

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

MARCOS MOLINARI

**POBREZA NA ÓTICA DAS REDES SOCIAIS: COMPREENSÕES E
FERRAMENTA PARA ANÁLISE**

Florianópolis

2012

MARCOS MOLINARI

**POBREZA NA ÓTICA DAS REDES SOCIAIS: COMPREENSÕES E
FERRAMENTA PARA ANÁLISE**

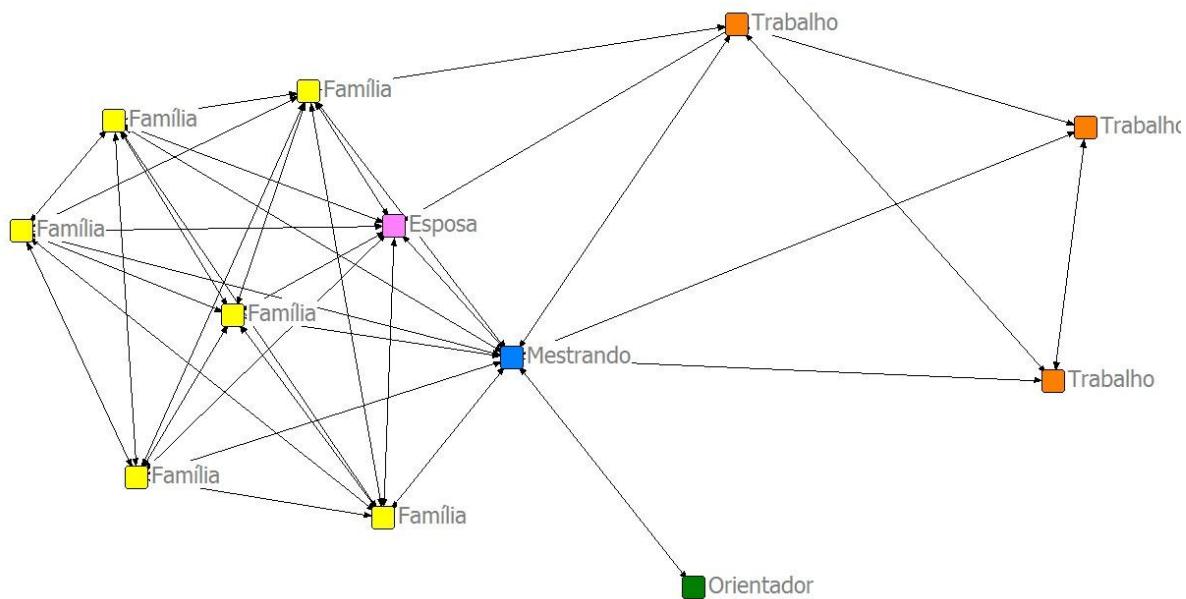
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Gestão da Co-produção do Bem Público.

Orientador: Maurício C. Serafim, Dr.

Florianópolis

2012

AGRADECIMENTOS



À minha esposa agradeço pela compreensão perene, por me manter revigorado no objetivo de concluir este trabalho, pelo auxílio na tabulação de dados e peço desculpas pelas ausências.

Aos familiares, sou grato pelo interesse demonstrado nesta pesquisa e pela crença de que é possível compreender as realidades e tentar alterá-las.

Aos amigos de trabalho, demonstro meu apreço pela compreensão das ausências e pelo auxílio no acesso às áreas pesquisadas.

Ao meu professor orientador, agradeço pelo conhecimento, bem como pela atenção e cordialidade sempre presentes em seu modo de atender minhas dúvidas e anseios. Agradeço também pela paciência de orientar um mestrando que em não raras vezes entregava suas pendências no “apagar das luzes”.

RESUMO

A pobreza é um fenômeno complexo e multivarietal, entendido como a situação na qual as necessidades de um indivíduo não são atendidas de forma adequada em determinado contexto socioeconômico. Este estudo corrobora com esta compreensão e oferta um complemento à análise do fenômeno através da teoria das redes sociais. A pesquisa, efetuada por meio de uma ferramenta para Análise das Redes Sociais (ARS), deu-se tanto com indivíduos em situação de pobreza como também com indivíduos de classe média, habilitando assim a comparação entre as redes e as condições socioeconômicas. As entrevistas com indivíduos em situação de pobreza foram distribuídas em quatro comunidades sócio-vulneráveis da Grande Florianópolis e as com indivíduos de classe média foram estabelecidas com pessoas cujos rendimentos familiares eram superiores àqueles estabelecidos pelo IBGE para as classes A e B. Na comparação entre os diversos tipos de sociabilidade identificados, bem como na comparação entre a sociabilidade dos grandes grupos pesquisados – indivíduos em situação de pobreza e indivíduos de classe média – verificou-se o impacto que as redes sociais exercem nas condições socioeconômicas – acesso a emprego, educação e saúde, por exemplo – dos entrevistados e em suas rendas. Por fim, propõem-se adequações à ferramenta de pesquisa utilizada e como esta poderia ser útil na compreensão do fenômeno da pobreza por gestores públicos e na mensuração do impacto social de suas políticas.

Palavras chaves: pobreza, redes sociais, renda, políticas públicas

ABSTRACT

Poverty is a complex and multivarietal phenomenon, understood as a situation in which an individual's needs are not met adequately in a particular socioeconomic context. This study confirms this understanding and offer a complement to the analysis of the phenomenon through the theory of social networks. The research, carried out by means of a tool for Analysis of Social Networks (ARS), gave both with individuals in poverty as well as middle-class individuals, thus enabling the comparison between the networks and socioeconomic conditions. Interviews with individuals in poverty were divided into four socio-vulnerable communities in Greater Florianópolis and those with middle-class individuals were established with people whose family incomes were higher than those established by the IBGE for classes A and B. In comparing the various types of sociability identified, and the comparison between the sociability of the major research groups - individuals in poverty and middle class individuals - there was the impact that social networks have on socioeconomic status - access to employment , education and health, for example - of the respondents and their incomes. Finally, we propose adjustments to the research tool used and how this could be useful in understanding the phenomenon of poverty and public managers in measuring the social impact of their policies.

Keywords: poverty, social networks, income, public policies

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 - Vista área da comunidade Frei Damião.
- Figura 02 - Vista área da comunidade Chico Mendes.
- Figura 03 - Vista área da comunidade do Morro do Horácio.
- Figura 04 - Vista área da favela do Siri (comunidade do Arvoredo).
- Figura 05 - Compilado de algumas fotos tiradas durante às visitas às comunidades.
- Figura 06 – Gênero dos entrevistados
- Figura 07 – Faixa etária dos entrevistados
- Figura 08 – Estado civil dos entrevistados
- Figura 09 – Tipo de moradia (principal material) dos entrevistados
- Figura 10 – Propriedade da residência dos entrevistados
- Figura 11 – Número de habitantes por domicílio
- Figura 12 – Número de filhos por domicílio
- Figura 13 – Número de quartos por domicílio
- Figura 14 – Número de banheiros por domicílio
- Figura 15 – Tempo (anos) que os entrevistados residem em Florianópolis
- Figura 16 – Tempo (anos) que os entrevistados residem no bairro atual
- Figura 17 – Porque motivos os entrevistados se mudaram para o bairro atual
- Figura 18 – Onde os entrevistados conheceram seus cônjuges
- Figura 19 – Nível de escolaridade dos entrevistados
- Figura 20 – Porque os entrevistados pararam de estudar
- Figura 21 – Frequência à escola dos filhos dos entrevistados
- Figura 22 – Porque motivos os filhos dos entrevistados pararam de estudar

Figura 23 – Nível de empregabilidade dos entrevistados.

Figura 24 – Redes que oportunizaram o emprego .

Figura 25 – Sobre a periodicidade de trabalho dos entrevistados

Figura 26 – Há quantos tempo (anos) os entrevistados possuem o emprego atual

Figura 27 – Sobre a remuneração mensal dos entrevistados

Figura 28 – Sobre a remuneração mensal familiar dos entrevistados

Figura 29 – Sobre a renda per capita da residência dos entrevistados

Figura 30 – Prática de alguma atividade de lazer pelos entrevistados

Figura 31 – Crença em alguma religião

Figura 32 – Prática de alguma religião

Figura 33 – Com que esferas os entrevistados mantém atividades de lazer

Figura 34 – Acesso dos entrevistados à água encanada

Figura 35 – Acesso dos entrevistados à rede de esgoto

Figura 36 – Sistema de coleta de lixo nas ruas dos entrevistados

Figura 37 – Acesso à energia elétrica pelos entrevistados

Figura 38 – Tipo de acesso a atendimentos médicos

Figura 39 – Tipo de acesso a atendimentos odontológicos

Figura 40 – Localização total dos nós dos entrevistados

Figura 41 – Predominância de localização geográfica dos nós

Figura 42 – Tamanhos das redes dos entrevistados

Figura 43 – Distribuição dos nós por esfera de sociabilidade

Figura 44 – Distribuição dos nós por contexto de entrada

Figura 45 – Esferas de sociabilidade predominantes

Figura 46 – Contextos de entrada predominantes

Figura 47 – Diagrama de rede da entrevistada no 50.

Figura 48 – Diagrama de rede do entrevistado no 19.

Figura 49 – Diagrama de rede do entrevistado no 39.

Figura 50 – Distribuição de renda para redes com preponderância de nós locais

Figura 51 – Distribuição de renda para redes com preponderância de nós externos

Figura 52 – Renda média versus localismo

Figura 53 – Distribuição de renda para redes de tamanho pequeno

Figura 54 – Distribuição de renda para redes de tamanho médio

Figura 55 – Distribuição de renda para redes de tamanho grande

Figura 56 – Renda média versus tamanho das redes

Figura 57 – Renda média versus tamanho das redes, excluindo os desempregados

Figura 58 – Evolução da renda em comparação com o número de nós das redes

Figura 59 – Relação do IDESAG com o número de nós das redes

Figura 60 – Faixa etária dos entrevistados de classe média

Figura 61 – Gênero dos entrevistados de classe média

Figura 62 – Empregabilidade dos entrevistados de classe média

Figura 63 – Através de qual rede os entrevistados de classe média conseguiram seus empregos

Figura 64 – Remuneração mensal dos entrevistados de classe média

Figura 65 – Remuneração mensal familiar dos entrevistados de classe média

Figura 66 – Renda per capita dos entrevistados de classe média

Figura 67 – Localização total dos nós dos entrevistados de classe média

Figura 68 – Distribuição dos nós por esfera de sociabilidade dos entrevistados de classe média

Figura 69 – Distribuição dos nós por contextos de entrada dos entrevistados de classe média

Figura 70 – Esferas de sociabilidade predominantes nos entrevistados de classe média

Figura 71 – Contextos de entrada predominantes nos entrevistados de classe média

Figura 72 – Tamanhos das redes dos entrevistados de classe média

Figura 73 – diagrama de rede do entrevistado n° 69

Figura 74 – Renda média versus tamanhos das redes para a classe média

Figura 75 – Evolução da renda em comparação com o número de nós das redes dos entrevistados de classe média

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Definições de redes sociais

Tabela 02 – Principais diferenças entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Tabela 03 – Formulário utilizado para a geração de nomes.

Tabela 04 – Formulário utilizado para a classificação dos nomes gerados.

Tabela 05 – Enquadramento de classes sociais, segundo o IBGE.

Tabela 06 - Distribuição de renda por nível de escolaridade.

Tabela 07 – Principais contextos de entrada para indivíduos de classe média.

Tabela 08 - Comparativo entre os principais resultados das redes de indivíduos vulneráveis e indivíduos de classe média.

Tabela 09 – Adequação ao Formulário de rede da ferramenta utilizada.

Tabela 10 – Alteração na forma de registro de nomes e características.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1.	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2.	OBJETIVOS.....	15
1.2.1.	Geral	15
1.2.2.	Específicos:.....	15
1.3.	JUSTIFICATIVA	15
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1.	POBREZA.....	18
2.2.	REDES SOCIAIS	24
2.2.1.	CARACTERÍSTICAS E INDICADORES DAS REDES	30
2.2.2.	REDES SOCIAIS, SEGREGAÇÃO E POBREZA	33
3.	METODOLOGIA.....	36
3.1.	SURVEY: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS	40
3.2.	SURVEY: MOMENTOS, UNIDADE DE ANÁLISE, AMOSTRA E INSTRUMENTO ..	42
3.3.	A PESQUISA PARA ESTA DISSERTAÇÃO	45
3.3.1.	A PESQUISA COM INDIVÍDUOS SÓCIO VULNERÁVEIS.....	52
3.3.2.	A PESQUISA COM INDIVÍDUOS DE CLASSE MÉDIA.....	56
4.	OS RESULTADOS OBTIDOS	57
4.1.	INDIVÍDUOS SÓCIO-VULNERÁVEIS.....	57
4.2.	INDIVÍDUOS DE CLASSE MÉDIA	84
5.	ANÁLISE	94
5.1.	COMPARATIVO ENTRE AS REDES.....	94
5.2.	A FERRAMENTA UTILIZADA	96
6.	CONCLUSÕES.....	100
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

1. INTRODUÇÃO

1.1. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Mesmo sendo ainda poucos os estudos sobre redes sociais e o impacto destas na compreensão do fenômeno da pobreza, os já existentes mostram que as redes são importantes para que se compreenda a sociabilidade dos indivíduos e o seu acesso tanto a bens materiais quanto serviços. De acordo com Marques (2006), na sociologia urbana e nos debates relativos a políticas públicas, as redes tem sido cada vez mais utilizadas como recurso teórico, tanto por auxiliarem na implementação das políticas – como na incorporação de ONGs no combate à Aids – como por sua customização de acordo com aspectos culturais (contratação de indivíduos da própria comunidade para programa de saúde, por exemplo).

Avançando um pouco, as redes se tornam o próprio alvo das políticas públicas, uma vez que são citadas como primordiais para questões como obtenção de emprego, nível de renda, precariedade social, organização comunitária e sociabilidade em geral. Porém, como já dito, são poucos os trabalhos que analisam as redes e suas características e as consequências destas para as situações de pobreza. Para Marques (2009), as redes sociais representam um importante passo para a melhor compreensão dos processos sociais que contribuem para a reprodução da pobreza em um sentido mais amplo.

Autores como Rocha (2003) explicam que a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido como a situação na qual as necessidades de um indivíduo não são atendidas de forma adequada em determinado contexto socioeconômico. Segundo Townsend Peter (1962) pobreza é um termo relativo, só podendo ser definido em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis em uma determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades. Atualmente, boa parcela das inferências sobre o tema se pauta no conceito de pobreza relativa e isto se explica pelo fato de que os primeiros estudos sobre a pobreza ocorreram em países mais ricos, os quais já contavam com ampla maioria da população com necessidades básicas atendidas. Contudo, não há como deixar de se dialogar sobre o conceito de pobreza absoluta, visto que em muitos

países subdesenvolvidos há ainda um grande trabalho a ser desempenhado para que parcela significativa da população consiga romper com níveis mínimos de subsistência (IPEA, 2000).

Porém, surgem questões fundamentais ao se tratar do tema: como se mede a pobreza, quais são as variáveis que a compõem ou influenciam? De que forma é possível dizer se um indivíduo, um bairro ou uma sociedade inteira são ricos ou pobres? Na economia moderna, dominada pelas relações mercantis, fica evidente que uma variável que permite mensurar o nível de pobreza de um indivíduo ou de uma população seja renda auferida, o volume pecuniário que se obtém (SOARES, 2008). Como as necessidades individuais podem ser saneadas através de trocas mercantis (aquisição de bens ou serviços), tornou-se ponto comum mensurar o nível de riqueza ou pobreza de uma pessoa apenas através de sua renda, surgindo diversas estratificações (classe baixa, média, alta, etc.).

Ainda conforme Soares (2008), mesmo sendo um bom indicativo, pautar o estudo sobre pobreza em uma abordagem estritamente monetária incorre em algumas dificuldades. Esta abordagem não consegue mensurar o impacto governamental no combate à pobreza e tampouco a desigualdade de acesso a serviços públicos, subsídios e outros benefícios. A compreensão desta distorção ocasionou o surgimento de outros índices para determinar o grau de pobreza de uma pessoa, município ou nação. Entre estes novos indicadores, surgidos após a década de 1990, podemos citar como principais o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH), os quais têm como variáveis outros itens que compõem o bem estar, a exemplo de educação, habitação, saneamento, saúde e trabalho. Como exemplo das distorções que ocorriam antes da existência de índices mais elaborados para a mensuração da pobreza, pode-se citar o caso do Brasil nos anos 1980. Autores como Torres (2006) mostram que, durante este período, caracterizado pelo arrefecimento da economia com consequente diminuição de renda, houve uma melhoria nos indicadores sociais, o que pode ser explicado pela maior participação do Estado na implementação de políticas sociais. Naquela época, por inexistirem estes outros mecanismos de mensuração de

pobreza, a comparação entre renda e qualidade de vida mostrava conclusões paradoxais.

Verifica-se assim que o delineamento e a compreensão da pobreza apresentam-se como equações mais complexas, com uma amplitude de variáveis. É neste bojo que se inserem as redes sociais como mais um ferramental para a compreensão da pobreza. Citando Soares (2008, p. 6):

“Considerando que a pobreza é produzida por processos complexos que envolvem não apenas o mercado de trabalho como também as políticas estatais, transformações significativas de natureza demográfica e a estrutura de relações sociais, ela deve ser entendida como um fenômeno de múltiplas dimensões cumulativas que reforçam e reiteram situações de privação. Assim, a vulnerabilidade social estaria não só na ausência de ativos, como no baixo acesso à estrutura de oportunidades”.

Nos últimos anos, em complemento aos estudos de pobreza baseados apenas nos rendimentos econômicos e nos atributos individuais, autores como Marques (2007) e Bichir (2006) mostram que a pobreza não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de integração social e de pertencimento. A desigualdade entre dois indivíduos pode ser superficialmente mensurada pela renda ou pelo nível educacional, porém, em uma análise ampliada e em perspectiva, uma pessoa pode ser considerada mais pobre ou rica de acordo com as redes sociais que estabelece, uma vez que as mesmas caracterizam uma maior ou menor possibilidade de acesso a bens e serviços.

Esta dissertação pretende contribuir para este debate, procurando elucidar as principais características de uma rede social, bem como mostrar como estas características explicam ou reforçam condições de pobreza nos indivíduos, por meio do estudo de caso das comunidades Frei Damião, Chico Mendes, Morro do Horário e Favela do Siri. Com esse intuito, formatou-se uma ferramenta de pesquisa aplicada tanto em indivíduos vulneráveis quanto naqueles com bom padrão de vida, sendo que as perguntas guias desta dissertação serão: de que modo as redes sociais

influenciam na condição de pobreza? Quais as principais características das redes de indivíduos em condição de pobreza e de indivíduos de classe média?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Geral

Elaborar uma proposta metodológica que permita identificar uma correlação entre a estrutura das redes sociais e a pobreza, de modo que seja um instrumento útil para os agentes da administração pública para a mitigação da pobreza.

1.2.2. Específicos:

- Compreender a dinâmica da pobreza por meio da teoria das redes sociais;
- Construir um instrumento de pesquisa adequado para mapeamento das redes sociais;
- Testar o instrumento com 60 famílias em condições de vulnerabilidade social;
- Testar o instrumento com 25 famílias de classe média e que não estão em condições de vulnerabilidade social, no intuito de verificar distinções entre as redes destas com aquelas de famílias mais vulneráveis;
- Propor como o instrumento pode ser utilizado em políticas públicas, de modo que estas se valham da teoria das redes em suas formulações.

1.3. JUSTIFICATIVA

Derivada do latim “*retis*”, a palavra rede significa o entrelaçamento de fios com aberturas uniformes, permitindo assim a formação de um tecido (SOARES, 2010). Já para Castell (1999), rede é um conjunto de nós interconectados, sendo o nó o ponto no qual uma curva se entrecorta. Descrições à parte, é um conceito que

quando incorporado à sociologia econômica contemporânea, mostra-se de boa valia para a compreensão da vida cotidiana, principalmente naqueles temas em que a sociedade civil exige respostas políticas rápidas e eficazes (FONTES, 2004).

Para a socióloga Scherer Warren (2005), o conceito de redes foi incorporado às ciências sociais na década de 1940, principalmente a partir dos textos de Radcliffe-Brow e Simmel. Neste sentido, Fontes e Martins (2004) defendem que a discussão sobre redes faz-se importante, pois atende dois anseios da sociedade, sendo o primeiro de promoção de políticas de cidadania e de participação e, o segundo, ao atingir os intelectuais e técnicos que anseiam pela criação de condições institucionais favoráveis à emancipação de experiências da esfera pública e democrática. Desta forma, as redes são possibilidades inéditas para a democratização da vida social (PAIVA, 2007).

As redes sociais são entendidas como mais um elemento a atuar no multifacetado fenômeno da pobreza. Além de relacionadas à coesão social, as redes conectam as pessoas a estruturas de oportunidades mais ou menos amplas, proporcionando maior ou menor capacidade de superar obstáculos (SOARES, 2008). Desta forma, analisar e compreender as redes sociais é um boa estratégia para decifrar os condicionantes da pobreza, bem como para propor agendas e políticas públicas com o intuito de mitigar situações de precariedade de vida.

Para Marques (2007), que elucida a pobreza também como um fenômeno relacional, o estudo das redes sociais toma corpo na medida em que estas facilitam – quando existentes e com características específicas – o acesso às estruturas de oportunidades. Segundo Soares (2008), os recursos econômicos (renda) que os indivíduos tiraram do mercado de trabalho não são os únicos vetores de bem-estar. O Estado, por meio de suas políticas, assim como as redes sociais, têm o potencial de conectar as pessoas a estruturas mais amplas. Assim, a superação da pobreza também passa pelo reforço de laços sociais, ou como Katzmann (2003) propõe, a mitigação da pobreza passa por melhores formas de integração social.

Os estudos sobre redes sociais mostram que estas impactam principalmente em aspectos como obtenção de trabalho, obtenção de trabalho protegido,

precariedade social - que pode ser compreendida como uma medida síntese de condições sociais negativas (Marques, 2009) - e rendimentos monetários. Apenas para servir como exemplo e elucidar esse impacto, os estudos empíricos de Eduardo Marques mostram que a maior parte dos seus entrevistados (66%) obteve emprego através das redes sociais. Mostram também que a adição de um nó à rede social ocasiona um incremento médio de R\$ 1,30 na renda mensal de um indivíduo. Como contraste e no intuito de validar a importância das redes sociais, é interessante ter-se a ciência de que o acréscimo de um ano de estudo representa em média um aumento de R\$ 9,00 no rendimento familiar médio per capita dos indivíduos, ou seja, o equivalente a adição de 7 nós em uma rede social.

Há fortes evidências, então, que a existência das redes sociais, bem como suas características, influenciam nas condições de vida de uma sociedade, de tal forma que as redes podem ou devem ser consideradas na formulação de políticas públicas. Neste sentido, muito ainda pode-se avançar no dueto “compreensão de redes sociais” e “políticas de mitigação de pobreza”, principalmente habilitando aos mais pobres condições para que estabeleçam e fomentem vínculos não locais e menos homogêneos.

Ao se falar de políticas públicas, não se pode prescindir da etapa de montagem de agenda, na qual uma questão social é reconhecida e conhecida pelos governantes. Por esta razão, fundamenta-se a necessidade de uma ferramenta que evidencie as redes sociais como importante condição na mitigação da pobreza. Se, de forma resumida, a pobreza também pode ser encarada como precariedade de relações sociais, o Estado pode obter bons resultados – inclusive em termos de eficiência financeira – ao considerar as redes sociais como ferramentas - teóricas e práticas – no combate à pobreza. Porém, para isso é necessário compreender melhor a relação entre as duas variáveis. Por sua vez, para compreender tal relação, é necessária a construção de instrumentais de pesquisa adequados, cuja metodologia de elaboração possa também ser replicada para outros temas de relevância social. Assim sendo, justifica-se a elaboração de uma proposta metodológica que permita identificar a estrutura das redes sociais e as correlacionar com os conceitos de pobreza, para que este fenômeno possa ser mais bem

compreendido para os agentes da administração pública, pois, conforme Marques (2007, p. 169), “em razão de as redes sociais influenciarem as situações de pobreza, as políticas públicas podem interagir com elas e considerá-las efetivamente”.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Faremos aqui a exposição de alguns conceitos importantes para a dissertação, os quais já foram mencionados na etapa introdutória. De forma mais detalhada, explicaremos o conceito de pobreza e de como ela é comumente interpretada e mensurada, vez que nesta dissertação a pobreza é apresentada com uma faceta ainda pouco difundida: a pobreza relacional. Contudo, não seria possível compreender esta nova dimensão sem apresentar também os conceitos e a análise de redes sociais, os quais, embora sejam bastante conhecidos na literatura mundial, ainda são relativamente recentes no Brasil.

2.1. POBREZA

Não são poucos os relatos históricos que possibilitam identificar a existência da pobreza, independente de região geográfica ou período de sua ocorrência. Na antiguidade, atribuía-se à pretensão divina a distinção entre ricos e pobres, cabendo a cada indivíduo simplesmente aceitá-la sem maiores questionamentos, uma vez que a dúvida seria encarada como um afronte às leis supremas

Avançando um pouco na história, na Europa do século XIV, um grande número de pessoas se encontrava em situação desfavorável, sofrendo com miséria e epidemias. Até esta época, a assistência aos desfavorecidos concentrava-se tradicionalmente em torno da vida religiosa, contudo, a chamada caridade cristã não foi suficiente para socorrer o crescente número de flagelados, de tal forma que esta limitação se mostrava perigosa, ao passo que a tensões sociais surgiam e aumentavam (LACERDA, 2009). Surge então, por meio da monarquia britânica, o “Poor Law Act”, a Leis dos Pobres, a qual pode ser considerada uma das primeiras

políticas sociais minimamente estruturadas do mundo. Importante destacar que já nesta época surge o questionamento: quem seria o beneficiário desta lei? O que é pobreza?

No período compreendido entre o século XIV e o século XVI, as sociedades europeias passaram por muitas transformações relacionadas à propriedade da terra e ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Ainda nesse período, formou-se a burguesia, sendo que mesmo com essa melhora de alguns grupos, a miséria ainda era evidente (SILVA, 2009). Prudente mencionar que no final deste período, a opinião sobre a pobreza era dicotômica e havia dúvidas se a sua existência/manutenção era de fato algo negativo. Atualmente, esta ainda não é compreendida claramente entre os estudiosos, pois de um lado defende-se a tese de que os industriais e comerciantes surgidos podiam se valer da pobreza para dela extrair uma mão de obra barata, já que a sociedade vigente tinha seus contornos de mercado, há uma outra vertente que acredita que o capitalismo auxiliou na mitigação de uma pobreza já existente, gerando níveis de renda que antes que não seriam possíveis.

Foi no início do século XX que se iniciaram os estudos científicos sobre a pobreza, sendo que para os mesmos a pobreza era associada ao conceito de subsistência. Este conceito, por sua vez, tinha como pressuposto as necessidades nutricionais mínimas para a manutenção física do indivíduo. Segundo Lacerda (2009) o trabalho de Rowntree sobre a pobreza na cidade inglesa de York, de 1901, é frequentemente citado como pioneiro no estudo científico da pobreza. Neste trabalho, Rowntree classificou como pobres aquelas famílias cujo total de rendimentos era insuficiente para a satisfação das necessidades humanas básicas.

Autores como Rocha (2003), explicam que a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada em determinado contexto socioeconômico. Percebe-se que talvez não seja adequado atribuirmos um caráter absoluto à pobreza, mas também caracterizá-la como de acordo com o ambiente no qual o estudo se insere (VINHAIS, 2006). Neste sentido, é importante definir o que é necessidade, pois ser

pobre significa então não acessar ou não dispor dos instrumentos para se adaptar e operar adequadamente no meio social em que se vive.

Para evitar contratemplos e antes de adentrar um pouco mais no assunto, é pertinente que se faça então uma distinção clara entre pobreza absoluta e pobreza relativa. O conceito de pobreza absoluta possui aderência a situações em que as condições de sobrevivência física não são atendidas, ou seja, quando o mínimo para suprir as necessidades vitais não é alcançado (ROCHA, 2006). Por sua vez, o conceito de pobreza relativa está ligado aos parâmetros a serem atendidos/alcançados em função do mínimo convencionado pela sociedade, o qual difere dos parâmetros ligados à subsistência primária. Segundo Townsend Peter (1962, *apud* SOARES, 2008) pobreza é um termo relativo, só podendo ser definido em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis em uma determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades. Atualmente, boa parcela das inferências sobre o tema se pauta no conceito de pobreza relativa e isto se explica pelo fato de que os primeiros estudos sobre a pobreza ocorreram em países mais ricos, os quais já contavam com ampla maioria da população com necessidades básicas atendidas. Contudo, não há como deixar de se considerar o conceito de pobreza absoluta, visto que em muitos países subdesenvolvidos há ainda um grande trabalho a ser desempenhado para que parcela significativa da população consiga romper com níveis mínimos de subsistência (IPEA, 2000).

Compreendidos agora os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa, a discussão migra para a ciência de como se mede a pobreza, quais são as variáveis que a compõem ou influenciam. O estabelecimento de um referencial para a caracterização da pobreza, no caso a necessidade nutricional mínima, ensejou o surgimento daquele que seria (e ainda é) desde então a principal base para a análise da pobreza: a abordagem monetária. Intensificada pela trajetória capitalista, a conversão das necessidades mínimas de subsistência para uma base monetária ganhou espaço e por muito tempo foi tida como a única forma para a mensuração da pobreza, o que permitiu a discriminação entre pobres e não pobres.

Esta abordagem monetária e unidimensional caiu nas graças dos economistas e pesquisadores da época, dado que é compatível com pensamento clássico de maximização do comportamento utilitário. Por esta ótica, o bem-estar poderia ser convertido em unidades monetárias (SILVA, 2009), pois o indivíduo é considerado como um consumidor que visa a maximização de sua utilidade - representada por medidas de prazer ou felicidade – e seus gastos em consumo fazem referência à utilidade que as mercadorias consumidas geram para si. Segundo Lacerda (2009, p. 39), é assim que o nível de renda aparece como indicador exclusivo do bem estar, pois este seria “a maximização da soma das utilidades, ou a função consumo total”.

Na economia moderna, dominada pelas relações mercantis, onde ampla variedade de bens e serviços está à disposição no mercado, fica evidente que uma variável que permite mensurar o nível de pobreza de um indivíduo ou de uma população seja a renda auferida, o volume pecuniário que se obtém (SOARES, 2008). Podendo, então, as necessidades serem sublimadas através de trocas mercantis, podemos estabelecer valores monetários médios associados a esta sublimação, sendo habilitado que se faça duas classificações: linha de indigência e linha de pobreza. Segundo Rocha (2003, pag. 12), “quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é dominado de linha de indigência, ou de pobreza extrema, quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza”.

Assim, pobres – e aqui nos aproximamos do conceito de pobreza relativa – são aqueles indivíduos que não alcançam os níveis mínimos convencionados pela sociedade e indigentes (pobreza absoluta) como aqueles cuja renda é incapaz de lhes prover as condições mínimas de sobrevivência. Desta forma, cada país pode mensurar a sua “quantidade de pobreza”, de acordo com as condições mínimas estabelecidas por sua sociedade. Essa concepção nos leva a entender que uma pessoa considerada pobre na Inglaterra não o seria no Brasil e vice-versa. Ainda é possível compreender que, embora um relatório hipotético possa mostrar que o nível médio de renda (PIB per capita) seja superior ao mínimo necessário convencionado, isso na realidade não quer dizer que inexistam pobres, uma vez a desigualdade na

distribuição de renda está por mascarar estes resultados. Embora tratar-se-á melhor das observações relacionadas à desigualdade social posteriormente, vale adiantar o estudo de Soares *et al.* (2008), no qual se elucida que, segundo o IBGE, em 2005 o PIB per capita brasileiro era de R\$ 10.520,00, o que leva a crer que o Brasil não é um país pobre. Contudo, ao se verificar a distribuição de renda e a quantidade de pessoas que vivem em situação de pobreza ou precariedade, tem-se que embora o PIB per capita não seja dos mais baixos, há um grande contingente de pessoas que não alcançam este valor, de tal forma que podemos dizer que o Brasil não é “um País pobre”, mas sim “um País de pobres”. É o mesmo fenômeno que se observa em países petrolíferos, como o Kuwait, onde se verifica um país rico, porém, com a renda extremamente concentrada em pequenos grupos.

Não se pode negar que o estabelecimento de uma medida universal para a pobreza, tal como a renda, foi um passo importante para o desenvolvimento de estudos comparativos, seja em nível regional ou internacional e que também é um indicador facilmente mensurável e padronizado. Contudo, conforme Soares (2008), mesmo sendo um bom indicativo, pautar o estudo sobre pobreza em uma abordagem estritamente monetária incorre em algumas dificuldades. Tal abordagem não consegue mensurar o impacto governamental no combate à pobreza e tampouco a desigualdade de acesso a serviços públicos, subsídios e outros benefícios. A compreensão desta distorção ocasionou o surgimento de outros índices para determinar o grau de pobreza de uma pessoa, município ou nação. Entre estes novos indicadores, surgidos após a década de 1990, podemos citar como principais o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH), os quais têm como variáveis outros itens que compõem o bem-estar, a exemplo de educação, habitação, saneamento, saúde e trabalho. Como exemplo das distorções que ocorriam antes da existência de índices mais elaborados para a mensuração da pobreza, podemos citar o caso do Brasil nos anos 1980. Autores como Torres (2006), mostram que durante este período, caracterizado pelo arrefecimento da economia com consequente diminuição de renda, houve uma melhoria nos indicadores sociais, o que pode ser explicado pela maior participação do Estado na implementação de políticas sociais. Naquela época, por inexistirem

estes outros mecanismos de mensuração de pobreza, a comparação entre renda e qualidade de vida mostrava conclusões paradoxais.

Neste trabalho se considera que inexiste uma única forma de pobreza e tampouco uma única forma para mensurá-la. Como destaca Pavez (2005), a ideia do conceito de múltiplas dimensões da pobreza é de que não se define pobreza exclusivamente a partir de critérios econômicos de ingresso e consumo, por meio da linha de pobreza absoluta ou relativa. Não se pode considerar pobre apenas os indivíduos que não alcançam determinado nível de renda, mas também aqueles que embora se situem acima da linha de pobreza, não conseguem acessar os benefícios comuns – ou que ao menos deveriam sê-lo –, como educação, saneamento básico, saúde e cultura.

Segundo Lima (2005), a evolução do pensamento científico trata a pobreza cada vez mais como problema multidimensional e complexo, em que:

vários fatores socioeconômicos relacionam-se entre si, reforçando-se mutuamente, com a necessidade de que tal complexidade seja refletida nas pesquisas empíricas sobre o tema. Dentro dessa perspectiva, os principais métodos utilizados nos estudos sobre pobreza – a dizer, os índices sintéticos, os sistemas de indicadores sociais e as análises de regressão – mostram-se insuficientes para abordarem o fenômeno “relacionalmente” (LIMA, 2005, p. 06)

É nesse ponto que convém e é prudente que se estabeleça uma boa distinção no uso da expressão “relacional”. Quando se quer mencionar a multidimensionalidade do fenômeno da pobreza, a expressão é utilizada para explicar que os diversos fatores socioeconômicos relativos à pobreza se imbricam entre si e se reforçam, em uma miríade de interações que não podem ser quantificadas e analisadas simploriamente. Contudo, nesta dissertação a expressão é utilizada quando se faz a análise de uma destas facetas/dimensões da pobreza, tentando explicá-la através da Análise das Redes Sociais (ARS), surgindo assim a abordagem de redes ou a “abordagem relacional” da pobreza.

É nesta perspectiva que se inicia o diálogo sobre as redes sociais, as quais, de forma semelhante à segregação residencial, porém com o sinal inverso, teriam potencial para inserir de forma diferenciada os indivíduos em diversos contextos sociais mais amplos, facilitando o acesso às estruturas de oportunidades. As redes seriam assim também responsáveis por ocasionar ou reduzir a pobreza, dado que o acesso a estas estruturas também é mediado pelos tipos de relações que esses indivíduos estabelecem com outros indivíduos e organizações (SOARES, 2008). Assim, pobreza não seria apenas uma questão de reprodução econômica, mas também de integração social e pertencimento, estabelecendo-se assim a abordagem relacional (MARQUES, 2007).

2.2. REDES SOCIAIS

A palavra rede é bastante antiga e deriva-se do latim *retis*, a qual significa o entrelaçamento de fios com aberturas regulares, formando um tecido. A partir desta compreensão, a palavra ganhou novos significados ao longo do tempo, sendo usada nas mais diversas situações (SILVA, 2006).

Os estudos registram que as redes sociais sempre existiram, sendo, provavelmente a forma mais antiga de organização social, dada a simplicidade de seu funcionamento e sua adaptabilidade aos mais variados contextos (RIBEIRO, 2007). Em um resgate histórico, o conceito fora inicialmente utilizado na medicina, sendo por Hipócrates associado à interligação das veias no corpo humano. Descartes, por sua vez adiciona profusões mais filosóficas ao conceito, sendo que rede, para este pensador era “uma parte do cérebro e lugar de passagem dos espíritos que vem do coração” (PAIVA, 2007, p. 68). Contudo, a partir do século XVIII, o conceito de rede não mais é associado somente com o corpo humano, passando também a ter conotações geométricas, comunicativas e territoriais.

Saindo do campo médico e adentrando ao campo administrativo/político, pode-se dizer que o conceito moderno de rede surge com Saint-Simon. De acordo com Paiva (2007), ainda com analogias ao campo médico, Saint-Simon explana que

o corpo humano sofre e padece quando a circulação sanguínea é suspensa. Com este enfoque, projeta uma “melhoria geral no território da França”, traçando sobre este País as mesmas redes (veias e artérias) que permitiriam a circulação de mercadorias e serviços, enriquecendo-o e melhorando a qualidade de vida de sua população.

Em seu trabalho clássico, Elizabeth Bott (1976) mostra que o uso metafórico do termo rede foi utilizado inicialmente por Radcliffe-Brown, em 1940, designando a estrutura social como uma rede complexa de relações sociais. A autora também elucida que entre as décadas de 1950 e 1960, outros pesquisadores também descreveram conceitos semelhantes ao de rede, porém, se valendo de outras nomenclaturas, tais quais círculo social por Charles Kadushin ou ambiência por Caplow. Porém, foi após a trilogia “A Era da Informação” de Manuel Castells (1999), na qual o autor empreende uma análise acerca da sociedade como rede, que tanto termo quanto conceito passaram a ocupar um lugar privilegiado nas Ciências Sociais (RIBEIRO, 2007).

Fontes e Martins (2004) defendem que a discussão sobre redes é importante por atender dois anseios da sociedade: primeiro, o de promoção de políticas de cidadania e de participação e, segundo, ao atingir os intelectuais e técnicos que anseiam pela criação de condições institucionais favoráveis à emancipação de experiências da esfera pública e democrática, a partir da sociedade civil, fora das esferas do Estado e do mercado. Desta forma, as redes são possibilidades inéditas para a democratização da vida social (PAIVA, 2007).

Para Elkain (1989), redes sociais implicam num processo perene de construção, seja em nível individual, seja em nível coletivo. Elkain ainda considera que por ser um sistema aberto e com intercâmbio heterogêneo e mutável entre seus membros e outros grupos sociais, habilita a melhor utilização/obtenção de recursos. Os membros da rede, portanto, se beneficiam das múltiplas relações que estabelecem e que lhes é favorável. Segundo Scherer Warren (2005), falar de rede é falar sobre a formação de parcerias e alianças e novos formatos de se organizar. Significa discutir uma nova forma de responder às transformações sociais.

Se for verdadeira a assertiva “o centro está em toda parte, e a circunferência, em parte alguma” de Nicolau de Cusa, cardeal da Igreja Católica e um dos primeiros filósofos da idade moderna, voltamos então à definição de rede. Sendo o homem um ser gregário, as redes se tecem e se dissolvem continuamente em todos os campos da vida, e estão presentes na vida cotidiana, nas relações familiares, profissionais e na vida pública. Como envolvem processos de circulação, articulação, participação e cooperação, as redes se colocam à disposição para a formação de vínculos e amparos em prol da consecução dos mais diversos empreendimentos (PAIVA; CARVALHO, 2003). Compreender e intervir nas redes sociais e suas formações auxiliaria na promoção de recursos e serviços a pessoas que têm dificuldades em diferentes esferas ou dimensões de suas vidas como saúde, moradia, educação e trabalho, para que consigam auto organizar-se (CASTELLS, 1999).

Assim, as redes remetem à ideia de uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária e sua existência se deve às necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos e de apoio. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação, associação e comunicação (DILLY, 2009).

Como forma de melhor elucidar o conceito, seguem abaixo pequenas definições que alguns pesquisadores tem sobre as redes:

REFERÊNCIA	DEFINIÇÃO
CARVALHO (2003, p. 03)	“A noção de rede se caracteriza como convergente e movente: interconecta serviços, organizações governamentais e não-governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais; mobiliza parcerias e ações multi-setoriais; constrói participação; mobiliza vontades e implementa pactos de complementaridade entre atores sociais, organizações, projetos e serviços. Instaura um novo valor: o da cooperação.”

CASTELLS (1999)	Rede é um conjunto de nós interconectados. Nós é o ponto na qual a curva se entrecorta. A topologia de redes define que a distância (intensidade e freqüência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (mais intenso ou mais freqüente), se ambos os pontos forem nós de uma mesma rede.
INOJOSA (1999)	Rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, Estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais.
JONES (1997)	É a coordenação interfirms que é caracterizada por sistemas sociais informais ou orgânicos, em contraste as estruturas burocráticas entre empresas e relações contratuais formais entre elas.
JUNQUEIRA (2005, p. 5)	“A rede surge da percepção conjunta dos problemas comuns e da possibilidade de resolvê-los não apenas no âmbito da cidade, mas da articulação entre outros atores sociais envolvidos com o problema e sua solução.”
MANCE (1999, p. 24)	“Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde estas unidades se articulam através de diversos fluxos”.
MOINET (2001, p. 21)	“A Estratégia-rede consiste em criar ou, na maioria das vezes, em ativar e orientar as ligações tecidas entre os atores no âmbito de um projeto mais ou menos definido.”

MARTINHO (2002, p. 6)	<p>“A rede é um tipo de organização específico, que se distingue das demais por conta de seus aspectos formais (a arquitetura reticular) e seus aspectos processuais ou operacionais. A organização-rede é fundada na multiplicidade de elementos que estão interligados e, especialmente, na horizontalidade das interligações.”</p>
MULLER e SUREL (1981, <i>apud</i> MINHOTO; MARTINS, 2001, p. 10)	<p>[...] a noção de rede propõe um esquema de interpretação das relações entre o Estado e a sociedade que acentua o caráter horizontal e não hierárquico dessas relações, o caráter relativamente informal das trocas que se dão entre os atores da rede, a ausência de fechamento que autoriza a multiplicação das trocas periféricas e a combinação de recursos técnicos (articulados aos saberes dos atores) e de recursos políticos (articulados à posição dos atores no sistema político). ”</p>
OLIVIERI (2003, p. 1)	<p>“Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes.”</p>
PEDRO (2003, p. 33)	<p>“Em termos topológicos, uma rede se caracteriza por suas conexões, seus pontos de convergência e bifurcação; por sua heterogeneidade, [...] em seu interior, de subconjuntos articulados entre si. É a força desses agenciamentos internos que permite melhor defini-la, entendendo-se que não se trata de vínculos estáveis [...], mas de relações meta-estáveis que implicam numa permanente redefinição”. ”</p>
TOMAÉL (2005, p. 2)	<p>“Redes sempre pressupõem agrupamentos, são fenômenos coletivos, sua dinâmica implica relacionamento de grupos, pessoas, organizações ou comunidades, denominados atores.”</p>

WHITAKER (1993, p. 2)	<p>“Uma estrutura em rede [...] corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.”</p>
WORLD HEALTH ORGANIZATION (1998)	<p>Uma rede é um agrupamento de indivíduos, organizações e agências organizadas em bases não hierárquicas em torno de questões ou interesses comuns, que são proativamente e sistematicamente perseguidos, baseadas no compromisso e confiança.</p>

Tabela 01 – Definições de redes sociais - adaptado de Dilly (2009).

Segundo Soares (2008), as redes sociais podem ser utilizadas como método de investigação (Análise das Redes Sociais – ARS) na medida em que buscam reproduzir, por meio de representações matemáticas e gráficas, os contextos relacionais mais variados. Na ARS, pessoas, grupos entidades e organizações são representadas através de “nós” ou pontos, ao passo que as relações entre os nós são representadas por vínculos dos mais diversos tipos. Para Castells (1999), as redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada e dispostas a integrar novos nós, desde que consiga estabelecer comunicação com a rede e que compartilhem dos mesmos códigos de comunicação (valores ou objetivos de desempenho). Na ARS o foco é a compreensão dos padrões desta integração/relação interação entre as pessoas e não apenas a análise de seus atributos individuais.

A ARS pode se subdividir em dois grandes grupos: redes totais e redes individuais. No primeiro grupo se estudam parcelas ou redes inteiras de contextos sociais específicos, como por exemplo, análises sobre organizações, comunidades específicas ou redes locais de uma favela. Para o segundo grupo, analisa-se as redes individuais, centradas em torno de indivíduos específicos, em questão

chamados de “egos” (Soares, 2008, p. 36). Nesta dissertação a análise será feita a partir de redes individuais, no intuito de identificar e analisar padrões nos processos de interação social e as correlações destes com o fenômeno da pobreza, independentemente de um local delimitado para sua ocorrência.

2.2.1. CARACTERÍSTICAS E INDICADORES DAS REDES

Para discutirmos as redes sociais e suas características, cabe antes uma apresentação das medidas e indicadores comumente utilizados para sua análise (MARQUES, 2007), embora nesta dissertação não se utilize a totalidade destes indicadores:

- **Tamanho da rede:** o tamanho indica diretamente a extensão da rede e é mensurado através dos números de nós e número de vínculos, do diâmetro da rede, de sua densidade (proporção entre os vínculos existentes e os teoricamente possíveis) e do índice de centralização. Em uma primeira análise, as redes maiores propiciariam uma maior veiculação de bens e serviços para os indivíduos. Porém, analisar uma rede apenas pelo seu tamanho produz resultados muito limitados, pois os contatos podem ser redundantes ou de pouco impacto no que tange o acesso a bens (materiais e imateriais).
- **Coesão da rede:** revela padrões de conectividade mais intensos e tem como indicadores: (a) coeficiente de clusterização (média das densidades das vizinhanças de todos os nós da rede e é o principal indicador de coesão); (b) grau médio (número médio de vínculos por nó na rede); e (c) informação (proporção de todos os caminhos entre quaisquer nós na rede que passam por um dado nó).
- **Rede egocentrada:** esta dimensão evidencia a parcela da rede com os contatos primários do ego e as relações entre eles. São dois os indicadores para esta dimensão: densidade da rede egocentrada (similar à densidade em geral, mas apenas considerando essa rede) e tamanho eficiente da rede

egocentrada (medida que leva em conta a redundância dos vínculos, determinando o controle do ego sobre sua rede imediata).

- **Diversidade da sociabilidade:** capta a diversidade de inserções sociais e, de forma geral, pode ser representada pelo número de esferas de sociabilidade¹ da rede. Seus indicadores são o número de esferas e de contextos diferentes de uma dada rede.
- **Localismo:** indica se a rede integra os indivíduos em contextos mais amplos do que o local. Como medida desta dimensão temos a proporção de indivíduos de fora da comunidade e de dentro da comunidade.

Existem alguns elementos que ao mesmo tempo em que são delineados pelas redes também impactam na formação dessas, tais como renda, nível de escolaridade, localização geográfica, entre outros. A criação e a manutenção de vínculos envolvem custos, de tal forma que é de se esperar que indivíduos de menor renda também possuam menores redes ou redes mais locais. É possível afirmar que a comparação com as redes de classe média sugere a relevância dos rendimentos na construção e manutenção de redes maiores e mais diversificadas, tanto social quanto espacialmente. Desta forma, indivíduos de baixa renda estariam submetidos àquilo que a literatura denomina de “economia dos vínculos” (MARQUES, 2007).

Destaca-se a escola como um ambiente importante para a criação e manutenção de vínculos, de tal forma que o acesso à educação é de forma direta e indireta um importante mecanismo para a redução de desigualdades sociais e da pobreza. Ressalte-se que além de aumentar o número de vínculos, a escola (ou o ensino) também é importante para o aumento de heterogeneidade das redes. Contudo, o que se verifica no caso brasileiro é que a segregação social de boa parcela das escolas públicas acaba por tornar as redes ainda mais homofílicas, entendendo-se por este conceito a construção e a manutenção de contatos com pessoas de características sociais similares.

¹ Esferas de sociabilidade representam os diferentes agrupamentos dos quais um indivíduo pode fazer parte – família, trabalho, vizinhança, lazer, etc.

Por sua vez, a relação entre espaço e redes é de compreensão mais intuitiva e já bastante debatido pelos estudiosos (Marques, 2007), uma vez que o local onde se reside e os deslocamentos que se efetua impactam na formação de novos relacionamentos ou na manutenção de antigos contatos. Como já mencionado, a criação e manutenção de vínculos é oneroso, de tal forma que o espaço é um dos principais responsáveis pela homofilia das redes. Este fenômeno é bem perceptível nas comunidades mais segregadas – salvo se existirem facilidades relacionadas aos transporte e à comunicação –, segregação tal que expõe o indivíduo apenas a pessoas de seu próprio grupo, criando uma espécie de cilada à heterogeneidade das redes.

Outros condicionantes também influenciam na formação das redes, tais como a idade e o ciclo de vida, o gênero e a frequência a templos, igrejas e espaços de convivência. De forma resumida, sobre a idade e o ciclo de vida é possível dizer que as redes tendem a aumentar até a fase adulta e iniciem seu declínio com o avanço da idade. Também percebe-se que para os jovens a rede tende a ser mais homofílica, para que na fase adulta torne mais heterogênea e menos local, principalmente devido aos vínculos formados pelo trabalho. Já na fase de idade mais avançada, a rede tende a diminuir e concentrar-se nos vínculos familiares (McPherson *et al.*, 2001). O gênero por sua vez parece pouco influenciar nas características das redes. O que se percebe é que por fatores culturais (por exemplo, a mulher deve ficar em casa e cuidar dos filhos) as redes das mulheres tendem a ser mais locais e também concentradas na esfera familiar. Por fim, a frequência a templos, igrejas ou centros comunitários e de lazer impactam nas concentrações de vínculos, de tal forma que indivíduos que frequentam igrejas e congêneres tendem a ter uma maior concentração de vínculos nessa esfera e uma menor na esfera de lazer, por exemplo. Efeito contrário ocorre com aqueles indivíduos com alta exposição às atividades de lazer e recreativas. Um detalhe interessante apontado nas pesquisas é que os indivíduos com sociabilidade marcada pela frequência a igrejas ou templos, tendem a ter uma maior número de esferas de sociabilidade (variabilidade de contatos), melhores empregos e salários

mais altos em relação àqueles que pouco frequentam estes ambientes (Marques, 2007).

2.2.2. REDES SOCIAIS, SEGREGAÇÃO E POBREZA

A relação entre pobreza e redes sociais foi bastante explorada pelo pesquisador norte-americano Xavier Briggs (2003). Em seu trabalho *Bridging Networks, Social Capital, and Racial Segregation in América*, o pesquisador evidencia aquilo que chama de “*bonding ties*” (rede com muitos vínculos entre iguais como forma de coesão social) e as “*bridging ties*” (vínculos que efetivam relações entre grupos distintos).²

Soares (2008) explica que os *bonding ties* ou o forte localismo auxiliam os indivíduos a darem conta de suas situações cotidianas (encaminhar um vizinho para o posto de saúde, empréstimo de ferramentas etc.) ao passo que as *bridging ties* são importantes para a mobilidade social, pois unem grupos diferentes e reduzem as diferenças de status. Voltando ao trabalho de Briggs, o pesquisador indica que a segregação tende a aumentar a homogeneidade dos vínculos, impactando de grande monta no tipo e na qualidade da informação que é recebida, nas interações e nas atitudes, limitando o mundo social dos indivíduos.

As pesquisas de Briggs também indicaram que a segregação residencial tende a aumentar a homogeneidade dos padrões de vínculos dos indivíduos, representando uma barreira ao contato e às oportunidades. Como consequência, a homofilia gerada por esses processos limita o mundo social das pessoas, com poderosas implicações no tipo e na qualidade da informação que é recebida, nas atitudes que são formadas e nas interações experimentadas.

² Os termos *bonding ties* e *bridging ties* foram cunhados pelo pesquisador Robert Putnam em seu livro *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Porém, ficaram mais conhecidos com os estudos de Xavier Briggs.

Em um processo inverso à segregação, as *bridging ties* apresentam importantes consequências para a equidade e para a democracia, pois “redes com maiores proporções relativas de pessoas não habitando o mesmo local de moradia do ego tenderiam a integrar mais intensamente os indivíduos” (MARQUES, 2007, p. 31).

De forma geral, os estudos sobre redes sociais mostram que estas impactam principalmente em aspectos como obtenção de trabalho, obtenção de trabalho protegido, precariedade social - que pode ser compreendida como uma medida síntese de condições sociais negativas (MARQUES, 2009) - e rendimentos monetários. Sobre o trabalho em particular, as pesquisas indicam que o seu acesso é fortemente mediado pelas redes sociais nas quais os indivíduos se inserem, confirmando os trabalhos de sociologia econômica iniciados por Granovetter (MARQUES, 2010). Apenas para servir como exemplo e demonstrar esse impacto, os estudos empíricos de Marques mostram que 73% dos indivíduos com redes e sociabilidades menos primárias possuíam emprego, contra apenas 46% cujas redes eram primárias e mais locais. No que tange à precariedade social, o resultado se repete, sendo que para aqueles com redes primárias e locais o índice de indivíduos em situação de precariedade era 37% contra cerca de 9% para aqueles indivíduos com redes mais dispersas e menos primárias. Em relação à renda per capita, os indivíduos com sociabilidade baseada na vizinhança tenderam a apresentar uma renda média de R\$ 210, ao passo que pessoas com sociabilidade mais institucional (trabalho, igreja e associações comunitárias) tinham uma renda média de R\$ 390. Tais resultados reforçam a compreensão de que as redes são importantes condicionantes dos indivíduos em situação de pobreza.

De forma a ratificar a importância da incorporação das redes sociais nos debates sobre pobreza, quando comparadas com as redes sociais da classe média, as redes pessoais de indivíduos em situação de pobreza tendem a serem menores, mais locais e menos variadas (Marques, 2007). Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que é custoso criar e especialmente manter vínculos, o que reforça a necessidade de políticas públicas que rompam com esse ciclo vicioso.

As redes de indivíduos de classe média são basicamente associadas a pessoas de fora do local de moradia, o que diminui o localismo quando se compara às redes de indivíduos em situação de pobreza. Além disso, a sociabilidade da classe média é baseada na esfera do trabalho e dos estudos e muito menos associada à vizinhança (MARQUES, 2007). Isso reforça a compreensão das *bridging ties* apresenta por Briggs, reforçando as possibilidades de crescimento e melhor acesso a oportunidades da classe média.

Vale ressaltar que mesmo as redes sociais dos indivíduos mais pobres variam grandemente e que essa variação impacta fortemente no acesso às estruturas mais amplas de oportunidade. Revisitando o quesito acesso ao emprego, exposto na introdução, esse é positivamente influenciado pela variabilidade das redes pessoais, bem como pelo seu tamanho, ou seja, pessoas com redes maiores e menos homofílicas – onde homofilia representa a relação entre indivíduos com características e atributos semelhantes - obtiveram mais facilmente empregos. No caso de rendimento, a renda tende a ser positivamente influenciada pela variabilidade e pouco pelo localismo, sendo determinante, portanto, a manutenção de relações com esferas de sociabilidade fora da comunidade em que se vive (MARQUES, 2007).

Conforme Marques (2009), quanto maior, mais dispersa e mais variável for, mais “rica” é esta rede e estudos mostram que redes “ricas” tem forte correlação com melhores condições de acesso a serviços e bens e, por consequência, a melhores condições de vida. De uma cíclica e viciante, os estudos mostram que constituir uma rede social mais ampla e diversa é custosa monetariamente, o que acaba inviabilizando a criação de redes mais propícias à superação de dificuldades para aqueles que já estão em situação de sócio-vulnerabilidade. Parece ser essa a incisão que as políticas públicas podem estabelecer para permitir que os indivíduos consigam ampliar sua capacidade de gerar renda e riqueza e, por conseguinte e em efeito cascata, melhorar a condição de vida também dos que com eles se relacionam.

Devido ao fato de que as políticas de combate à pobreza são baseadas nas representações sobre o fenômeno que se possui, a compreensão das redes sociais é importante para as ações do Estado (MARQUES, 2010). De qualquer forma, é recomendável que o Estado não prescinda das políticas sociais tradicionais (educação, saúde, habitação, transferência de renda, microcrédito, entre outros) para a superação da pobreza e tampouco de políticas macroeconômicas que promovam maior número de emprego e de melhor qualidade.

Em razão das redes influenciarem as situações de pobreza, as políticas públicas podem ser pensadas de forma a considerá-las como abordagem para potencializar a ação do Estado em cada localidade, permitindo que as políticas alcancem os cidadãos de forma mais precisa. Além disso, e aqui se trata de outro nível de intervenção, o Estado pode tentar combater a pobreza também por meio de iniciativas que incentivem a constituição de certos tipos de redes e vínculos, principalmente com a promoção de estratégias para a constituição de espaços urbanos de menor segregação e mais heterofílicos. Nesse sentido, caberia ao Estado atuar sobre o mecanismo da “economia dos vínculos”, reduzindo os custos de comunicação e deslocamento.

A abordagem de redes está distante de ser a única forma para compreender e combater a pobreza, contudo, é mais uma das vetores disponíveis. Seja potencializando as políticas já existentes, seja permitindo a criação de novas, as redes podem ajudar os formuladores e implementadores de políticas públicas nesta ação de forma rápida nos primeiros casos e de forma mais lenta – porém mais duradouras – nos segundos.

3. METODOLOGIA

Segundo Babbie (2003, p. 30), toda pesquisa científica é “um compromisso entre o ideal e o possível”, na qual, através de uma metodologia específica e determinada, inicia-se um processo investigativo com o intuito de levantar dados, explorá-los e analisá-los, para então ratificar-se ou introduzir novas áreas de

conhecimento. O conhecimento científico também pode ser compreendido como uma articulação entre uma teoria e a realidade, sendo que o método de pesquisa é o “fio condutor” desta articulação. Para torná-la legítima, é responsabilidade do pesquisador descrever as etapas que compõem o processo investigativo, justificar a relevância e as motivações para a pesquisa, bem como evidenciar qual a pergunta a ser respondida através dos dados obtidos e analisados.

Podem-se dividir as pesquisas em dois grandes tipos: as de caráter quantitativas e as qualitativas. O debate que envolve a contraposição entre as duas abordagens não é algo recente e, de acordo com Serapione (2000), vem desde a fundação das ciências sociais, e mais precisamente desde a análise durkheimiana do suicídio e dos estudos de Weber. Em sua obra *“Le Suicide, étude de sociologie”* de 1897, Durkheim realizou um grande levantamento estatístico, provando que o suicídio, ou as causas que levam alguém a querer se matar são de natureza sociológica e não apenas psicológica. A pesquisa quantitativa de Durkheim sobre o suicídio segue com rigor sua proposição metodológica de considerar as taxas de suicídios como um fenômeno social. Contudo, o mesmo rigor que Durkheim evidencia em sua obra, Weber emprega em *“A ética protestante e espírito do capitalismo”*, na qual conduz uma pesquisa qualitativa para compreender quais são as motivações que orientaram os indivíduos para o desenvolvimento do espírito do capitalismo.

Ainda sobre a diferença entre as duas abordagens, Serapione (2000) explica que as correntes positivistas definem como científicas somente as pesquisas baseadas na observação de dados e no uso instrumentos de mensuração sofisticados. Por tais razões, os métodos qualitativos não originariam resultados confiáveis. Na outra ponta, os pesquisadores que defendem a abordagem qualitativa, contrapõem que os quantitativistas, “na medida em que não se colocam no lugar do sujeito, não realizam investigações válidas”. (Serapione, 2000, p. 02)

Assim, a escolha pela abordagem dependerá do objeto de estudo, bem como daquilo que se deseja extrair do estudo. Vale ressaltar também que, embora as pesquisas quantitativas e qualitativas ofereçam perspectivas diferentes, as duas

abordagens podem ser utilizadas conjuntamente em análises mistas, obtendo mais informações do que se alcançaria no uso de uma abordagem isoladamente. Para esta dissertação, se utilizará um método quantitativo de pesquisa, o *survey*, sendo que um maior detalhamento do formato desta pesquisa será elucidado posteriormente.

Principais características dos métodos quantitativos:

- são orientados à busca da magnitude e das causas dos fenômenos sociais, sem interesse pela dimensão subjetiva e utilizam procedimentos controlados;
- são objetivos e distantes dos dados (perspectiva externa, outsider), orientados à verificação e são hipotético-dedutivos;
- assumem uma realidade estática;
- são orientados aos resultados, são replicáveis e generalizáveis.

Principais características dos métodos qualitativos:

- analisam o comportamento humano, do ponto de vista do ator, utilizando a observação naturalista e não controlada;
- são subjetivos e estão perto dos dados (perspectiva de dentro, insider), orientados ao descobrimento;
- são exploratórios, descriptivos e indutivos;
- são orientados ao processo e assumem uma realidade dinâmica;
- são holísticos e não generalizáveis.

DIFERENÇAS ENTRE PESQUISAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS		
	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Características gerais	<ul style="list-style-type: none"> - mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados; 	<ul style="list-style-type: none"> - tem caráter eminentemente exploratório; - faz emergir aspectos subjetivos; - é importante o que se fala sobre

	<ul style="list-style-type: none"> - permite realizar projeções para a população representada; - testa, de forma precisa, as hipóteses levantadas; - fornece índices que podem ser comparados com outros; - é importante a quantidade de vezes que se fala sobre o tema. 	determinado tema.
Quanto à amostra	<ul style="list-style-type: none"> - os resultados são projetados para a população representada; - exige um número maior de entrevistados para garantir maior precisão dos resultados. 	<ul style="list-style-type: none"> - não há preocupação em projetar resultados para a população; - em geral, o número de entrevistados é reduzido.
Quanto ao questionário	<ul style="list-style-type: none"> - as informações são coletadas através de questionário estruturado com perguntas claras e objetivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - em geral, as informações são coletadas por meio de um roteiro; - as opiniões dos participantes são registradas e analisadas posteriormente.
Quanto à entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - as pessoas a serem entrevistadas são identificadas por critérios previamente definidos (sexo, idade, ramo de atividade, localização geográfica, etc); - as entrevistas são aplicadas de forma individual; - não exigem ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - realizada com entrevistas individuais mais densas ou através de discussões em grupo; - uso de ambiente preparado com recursos audiovisuais para registro das discussões.

	previamente preparado.	
Quanto ao relatório	- as informações coletadas são interpretadas e as conclusões são convertidas em tabelas e gráficos percentuais.	- as informações coletadas são analisadas de acordo com o roteiro aplicado e registradas dando destaque às opiniões, comentários e frases mais relevantes.

Tabela 02 – Principais diferenças entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Extraído e adaptado do site www.ibope.com.br

3.1. SURVEY: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Para Forza (2002), um *survey* contribui para o conhecimento geral de uma área particular de interesse, pois envolve uma coleção de informações de indivíduos por meio de questionários e entrevistas sobre suas atividades ou sobre si mesmos. De acordo com Babbie (2003), *surveys* são semelhantes a censos, sendo que a diferença principal é que o *survey* examina uma amostra da população, enquanto o censo geralmente implica uma enumeração de toda a população. Para Freitas (1999) , um *survey* é apropriado como método de pesquisa quando:

- se deseja responder questões do tipo “o quê?”, “por quê?”, “como?” e “quanto?”, ou seja, o foco de interesse sobre “o que está acontecendo” ou “como e porque isto está acontecendo”;
- não se tem interesse ou não é possível controlar as variáveis dependentes e independentes;
- o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse;
- o objeto de interesse ocorre no presente ou num passado recente.

Babbie (2003), por sua vez, enuncia que uma *survey* possui 5 características, conforme breve explicativo abaixo:

- **a pesquisa de survey é lógica:** o survey é guiado por restrições lógicas e seus dados facilitam a aplicação cuidadosa do pensamento lógico. O exame de centenas e até milhares de entrevistas de survey permite testar proposições complexas envolvendo diversas variáveis.
- **a pesquisa de survey é determinística:** sempre que o pesquisador procura explicar as razões para e as fontes de eventos, características e correlações observados, a investigação deve assumir uma postura determinística. O fato do formato survey permitir elaboração clara e rigorosa de um modelo lógico clarifica o sistema determinístico de causa e efeito.
- **a pesquisa de survey é geral:** surveys amostrais quase nunca são realizados para descrever a amostra particular estudada. São realizados para se entender a população maior da qual a amostra foi inicialmente selecionada.
- **a pesquisa de survey é parcimoniosa:** como pesquisadores de survey têm à disposição um grande número de variáveis, estão em posição excelente para examinar cuidadosamente a importância relativa de cada uma delas, podendo construir modelos explicativos e então selecionar o que melhor servir seus propósitos.
- **a pesquisa de survey é específica:** a pesquisa científica visa a conceituação e medidas cada vez mais sofisticadas e úteis, mas a cada passo do caminho os métodos devem ser especificados. Por sua própria natureza, a pesquisa de survey se encaixa como uma luva nesta característica.

Existem tantas razões diferentes para se aplicar uma survey, assim como inúmeras são as variações que esse modelo de pesquisa pode alcançar. Porém, todas essas variações podem ser descritas em três tipos básicos de pesquisa baseada em survey (Forza, 2002). São elas:

- **Exploratória:** deve ser usada durante os primeiros estágios da pesquisa de um fenômeno, quando o objetivo é descobrir dados básicos e fornecer a base para a realização de surveys em profundidade;
- **Descriptiva:** deve ser usada quando se deseja compreender a relevância de um certo fenômeno e descrever a distribuição deste fenômeno em uma população e;
- **Explanatória:** deve ser usada quando o conhecimento de um fenômeno já está bem descrito de forma teórica usando conceitos, modelos e proposições.

3.2. SURVEY: MOMENTOS, UNIDADE DE ANÁLISE, AMOSTRA E INSTRUMENTO

O survey pode ocorrer em único momento (*survey interseccional*) ou ao longo do tempo em períodos específicos (*survey longitudinal*), buscando-se compreender a evolução ou as mudanças de determinadas variáveis. No que tange a unidade de análise, tipicamente esta é uma pessoa, porém, não necessariamente. Segundo Babbie (2003), as unidades de análise podem ser famílias, cidades, estados, nações, companhias, indústrias, etc. Quaisquer que sejam as unidades de análise, os dados são colhidos para se descrever cada uma delas, sendo estas descrições posteriormente agregadas e manipuladas para compreender-se a amostra estudada, generalizando-se esta compreensão para a população como um todo.

Sobre a amostra, Fink (1995) resume que a melhor é aquela representativa da população ou um modelo dela. O processo de amostragem pode se dar tanto pela via probabilística como pela não probabilística. Tendo clareza de que a finalidade última do survey por amostragem é selecionar um conjunto de elementos que melhor represente a população, a amostragem probabilística fornece um método para ampliar esta possibilidade, baseando-se na seleção aleatória. Segundo Freitas (2000), a amostra probabilística pode ainda ser classificada em estratificada e não estratificada, sendo que a primeira garante que todos os tipos de intervenientes estejam presentes.

Contudo, nem sempre é possível ou desejado um processo de amostragem probabilístico. Neste caso (Freitas, 1999), a amostra não probabilística é obtida à partir de algum tipo de critério e nem todos os elementos da população têm a mesma chance de serem selecionados. Seis tipos de amostras não probabilísticas podem ser identificadas:

- **por conveniência:** os participantes são escolhidos por estarem disponíveis;
- **mais similares ou mais diferentes:** os participantes são escolhidos por julgar-se que representam uma situação similar ou o inverso, uma situação muito diferente;
- **por quotas:** os participantes são escolhidos proporcionalmente a um determinado critério, a amostra é composta por subgrupos;
- **bola de neve (*snowball*):** os participantes iniciais indicam novos participantes;
- **casos críticos:** os participantes são escolhidos em função de representarem casos essenciais ou chaves para o foco da pesquisa;
- **casos típicos:** os participantes são escolhidos por representarem a situação típica, não incluindo extremos.

Sobre o tamanho da amostra, Fink (1995) ainda afirma que se refere ao número de respondentes necessários para a obtenção de resultados confiáveis e precisos. Naturalmente, o número de respondentes incrementa a confiabilidade dos resultados, porém, há de ter cuidado neste ponto dado que amostras excessivamente pequenas podem levar a resultados errôneos, ao passo que amostras desnecessariamente grandes acarretam desperdício de tempo e de recursos. Neste sentido, Mascarola (1990), de forma simplificada, apresenta a lei dos grandes números, para o qual uma amostra inferior a 30 observações pode tanto evidenciar um valor defasado e incorreto como também um valor se aproximando da realidade. Para o autor, as chances de obtenção de valores próximos da realidade aumentam com cerca de 100 observações e são muito mais precisos com cerca de 300 observações.

No que tange o instrumento de análise, o mais comumente utilizado para a condução de surveys é o questionário, o qual pode ser auto aplicado ou conduzido por um entrevistador, sendo que esta decisão dependerá tanto dos recursos financeiros e/ou tempo disponíveis para a pesquisa, bem como da taxa de resposta que se deseja obter. Sobre a elaboração do questionário, segundo Freitas (1999), alguns cuidados devem ser tomados:

- as alternativas para as questões fechadas devem ser exaustivas para cobrir todas as respostas possíveis;
- somente questões relacionadas ao problema devem ser incluídas;
- deve-se considerar as implicações das perguntas quanto aos procedimentos de tabulação e análise dos dados;
- o respondente não deve se sentir incomodado ou constrangido para responder as questões;
- as questões devem ser redigidas de forma clara e precisa, considerando o nível de informação dos respondentes;
- as questões devem possibilitar uma única interpretação e conter uma única idéia;
- o número de perguntas deve ser limitado;
- a sequência das perguntas deve ser considerada sempre que houver possibilidade de contágio, preferencialmente iniciando-se por perguntas mais simples e terminando-se com as mais complexas, assim como iniciando-se por temas mais amplos, questões mais delicadas no meio do instrumento e terminando por dados sócio demográficos;
- as perguntas não devem induzir as respostas;
- a apresentação gráfica do questionário deve ser observada, procurando-se facilitar o preenchimento;
- deve haver um cabeçalho que informe o objetivo da pesquisa, a importância das respostas e a entidade patrocinadora, de forma resumida;
- deve haver instruções sobre como preencher corretamente o questionário.

3.3. A PESQUISA PARA ESTA DISSERTAÇÃO

Para esta dissertação, cuja pesquisa possui um caráter predominantemente quantitativo, aplicou-se uma *survey* de caráter descritivo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário, o qual por sua vez foi aplicado por um entrevistador. A amostragem foi não probabilística, tanto pela conveniência (público alvo de um projeto social já existente), como também por tratar-se de casos típicos. Como justificativa para o uso de uma *survey* nesta dissertação, há o intuito de coletar informações sobre as redes sociais de um conjunto de indivíduos por meio de questionários. Como se trata de uma pesquisa determinística, a *survey* também se mostra adequada, vez que procura explicar razões, características e correlações existentes em um determinado fenômeno.

Para a coleta de dados, adotaram-se as estratégias já utilizadas por autores como Marques (2009), no qual procurava correlacionar pobreza com segregação social, Soares (2008) em estudo no qual verifica o impacto que a remoção dos indivíduos de uma favela promove em suas redes e Pavez (2005) em que procurava mostrar como a intervenção pública através de um projeto social modifica as relações sociais entre os indivíduos.

Nos modelos utilizados por estes pesquisadores e na adaptação feita para esta dissertação, as entrevistas foram divididas em duas partes, sendo que para a primeira etapa, aplicou-se um questionário semi-aberto, compostos por questões focadas na obtenção de: 1) dados pessoais (nome, sexo, idade, estado civil, etc), 2) origem dos indivíduos, 3) composição familiar 4) grau de instrução; 5) situação de trabalho e emprego; 6) renda pessoal e familiar e 7) lazer e participação religiosa.

Na segunda etapa da entrevista foram coletados dados da rede, por meio de um gerador de nomes e de perguntas relacionadas aos nomes gerados. Vale ressaltar que o gerador de nomes também se subdivide em duas etapas, sendo que a primeira busca formatar, a partir de esferas de sociabilidade estabelecidas pelo instrumental (familiar, amizade, vizinhança, associativa, estudos, lazer e profissional), um grupo de nomes iniciais. De posse destes nomes iniciais – os quais

constituem a semente do gerador de nomes – solicitou -se ao entrevistado que indicasse até cinco nomes que estão, em concomitância, associados tanto ao entrevistado quanto ao nome da semente. Os novos nomes surgidos constituem uma segunda semente de nomes, para a qual o entrevistado indicará para cada um deles, outro nome que também esteja associado em concomitância ao entrevistado. Com esta estratégia, é possível formar uma rede com até 315 diferentes nomes (nós).

Uma vez constituída a lista de nomes, solicitou-se ao entrevistado que classifique os nomes gerados segundo três atributos: 1) contexto de entrada do nó na rede pessoal; 2) se o nome é de fora ou de dentro da comunidade em que o entrevistado reside e 3) a esfera de sociabilidade a que o nome pertence (família, religião, trabalho etc.). Por fim, todas as informações coletadas foram organizadas em um banco de dados com as características gerais do entrevistado e de sua rede pessoal (número de vínculos, diversidade de vínculos, localização, etc) gerando-se, a partir deste banco de dados e com o uso dos softwares EXCEL e UCINET, estatísticas de análises de redes sociais. Por fim, como o uso do software NETDRAW foram “desenhadas” algumas das redes pesquisadas, de forma a obter uma compreensão gráfica do fenômeno.

Ressalta-se que os dados da pesquisa foram obtidos através de entrevistas com os próprios egos das redes, sendo que os dados obtidos podem possuir alguns vieses do tipo cognitivo, vez que as respostas passam pela compreensão dos indivíduos sobre suas redes. Contudo, Marques (2010) elucida que tal fato não ocasiona um viés na análise, pois se os egos entendem suas redes de formas distintas, também as utilizam de maneiras diferentes em suas práticas sociais. Por fim, menciono que a classe média foi definida sem maiores preocupações metodológicas, dado que apenas deseja-se comparar as redes dos indivíduos desta classe com as redes dos indivíduos em situação de pobreza.

Abaixo segue o questionário aplicado, o formulário semente (utilizado para gerar os nomes da rede) e o formulário de rede, o qual identifica os atributos dos nomes gerados.

Entrevista n.

Coleta de dados (socioeconômicos e biográficos)

Data _____ / _____ / _____

Local (Bairro): _____

Nome: _____

Sexo: M () F ()

PESSOAIS E FAMILIARES:

1. Idade: _____ anos
2. Tipo de Moradia: () alvenaria () madeira () material de construção
3. Moradia: própria () de terceiros ()
4. Número de habitantes na casa: _____ habitantes
5. Número de quartos: _____ quartos
6. Número de banheiros: _____ banheiros
7. Número de filhos: _____ habitantes
8. Energia elétrica: regular () clandestina ()
9. Cidade de nascimento: _____
10. Há quanto anos mora em Florianópolis: _____ anos
11. Há quanto anos mora neste bairro: _____ anos
12. Como veio para este bairro? Família () Amigos () Trabalho () Conjuge ()
13. Estado Civil: Casado () Solteiro () União estável () Separado () Viuvi ()
14. Onde conheceu o cônjuge (caso possua): () No bairro () No trabalho () Cidade de origem
15. Possui veículo próprio: Não () Carro () Moto ()

EDUCAÇÃO:

16. Nível de escolaridade: Nenhum ()

Fundamental incompleto ()

Fundamental completo ()

Médio incompleto ()

Médio completo ()

Superior incompleto ()

Superior completo ()

17. Porque parou de estudar? Trabalho () Mudou de cidade ()

18. Os filhos frequentam a escola? Sim () Não () Parte deles ()

19. Porque os filhos pararam de estudar: Escola sem vagas () Para ajudar na renda ()

TRABALHO E RENDA:

20. Possui emprego: Não () Informal () Formal ()

21. Como conseguiu o emprego? () Indicação familiar
() indicação de amigos da comunidade
() indicação de amigos da igreja
() indicação de amigos do lazer
() Procurei por conta própria

22. Periodicidade do trabalho: Regular () Esporádico ()

23. Há quanto tempo possui este trabalho: Menos de 1 ano () ou _____ anos

24. Em qual bairro é o trabalho: _____

25. Qual a sua renda: R\$ _____

26. Qual a renda familiar: R\$ _____

RELIGIÃO:

27. Possui religião: Sim () Não ()

28. É praticante desta religião (frequenta cultos, missas, etc); Sim () Não ()

LAZER:

29. Quais as suas atividades de lazer?
30. Com quem você as pratica: Amigos () Família () Trabalho () Vizinhança ()

GERAL:

31. Possui água encanada: Sim () Não ()

32. Possui sistema de esgoto: Sim () Não ()

33. Como é seu acesso a médicos: Não acesso () Posto de saúde () Convênio ()
Particular ()

34. Como é seu acesso a dentistas: Não acesso () Posto de saúde () Convênio ()
Particular ()

35. Sua rua tem sistema de coleta de lixo: Sim () Não ()

FORMULÁRIO SEMENTE

	Família	Vizinhança	Trabalho	Igreja	Lazer	Amizade	Estudos
1							
2							
3							
4							
5							
1.1							
1.2							
1.3							
1.4							
2.1							
2.2							
2.3							
2.4							
3.1							
3.2							
3.3							
3.4							
4.1							
4.2							
4.3							
4.4							
5.1							
5.2							
5.3							

5.4					
1.1.1					
1.2.1					
1.3.1					
1.4.1					
2.1.1					
2.2.1					
2.3.1					
2.4.1					
3.1.1					
3.2.1					
3.3.1					
3.4.1					
4.1.1					
4.2.1					
4.3.1					
4.4.1					
5.1.1					
5.2.1					
5.3.1					
5.4.1					

Tabela 03 – Formulário utilizado para a geração de nomes.

Tabela 04 – Formulário utilizado para a classificação dos nomes gerados.

3.3.1. A PESQUISA COM INDIVÍDUOS SÓCIO VULNERÁVEIS

A pesquisa com entrevistados em condições de vulnerabilidade ocorreu entre os dias 17/12/2011 e 06/04/2012, sempre feita aos sábados, domingos ou feriados. As comunidades pesquisadas foram: 1) Frei Damião, no município de Palhoça e 2) Chico Mendes, Morro do Horácio e “Favela” do Siri no município de Florianópolis.



Figura 01: Vista aérea da comunidade Frei Damião.



Figura 02: Vista aérea da comunidade Chico Mendes.

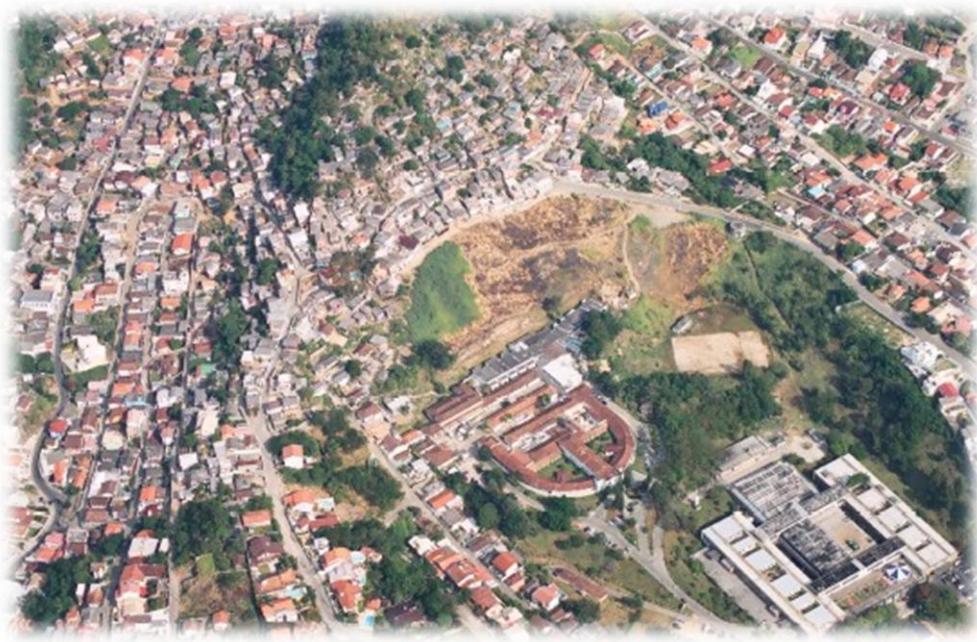


Figura 03: Vista área da comunidade do Morro do Horácio.



Figura 04: Vista aérea da favela do Siri (comunidade do Arvoredo).

Estas comunidades foram escolhidas para a pesquisa, pois são áreas com conhecido nível de pobreza e regiões nas quais o acesso seria facilitado por uma liderança comunitária já conhecida (contudo, essa intermediação não ocorreu em todos os momentos de pesquisa). Quando houve a mediação de alguma liderança comunitária, a mesma agendava as visitas do pesquisador, de tal forma que estas ocorreram nas próprias residências dos entrevistados ou nos centros comunitários (caso existissem). Nos momentos em que não houve intermediação, a seleção dos

entrevistados era feito de forma aleatória, de acordo com a disponibilidade e disposição aparente para responder ao questionário, cuja aplicação demorava, em média, 50 minutos.



Figura 05 – Compilado de algumas fotos tiradas durante às visitas às comunidades.

As experiências mais interessantes ocorreram nas comunidades tidas como violentas e onde não houve intermediação da liderança comunitária. Nestas comunidades foi perceptível que a maior disposição para responder os questionários dá-se no período matutino, sendo que, invariavelmente a seguinte dinâmica ocorria:

- Das 09h às 12h: pessoas dispostas e disponíveis para responderem ao questionário; receptivas e curiosas sobre a pesquisa;

- Das 12h às 14h: adultos praticamente “somem” das ruas e das frentes das residências. A comunidade é tomada pelas crianças e suas pipas - o céu é cortado por papel manteiga colorido e cerol;
- Das 14h às 17h: adultos voltam a estar disponíveis, porém, nem todos são receptivos à pesquisa. Pesquisador já é notado pela comunidade, pois já circulou mais de duas vezes pelo mesmo local.
- Após às 17h: hora de encerrar a pesquisa. Após este horário o trânsito já está alerta e o pesquisador pode tornar-se um corpo estranho à comunidade.

Ainda sobre as experiências vivenciadas, vale relatar que pelo fato de o questionário ser muito extenso, era necessário “envolver-se” com a rede dos entrevistados, ouvindo causos e contos que alguns faziam questão de relatar. Tal envolvimento (passivo) servia para tornar a aplicação do questionário menos fatigante ao entrevistado, pois, como a coleta de informações demorava em média 50 minutos, a disposição em responder ao questionário tendia a diminuir ao longo do tempo.

Foram entrevistados os mais diversos perfis, desde aqueles que convidam para tomar um café ou para ficar para o almoço até aqueles indivíduos mais retraídos e que respondiam ao questionário em pé, à beira da calçada. Também houve casos em que os entrevistados extendiam o diálogo para além do questionário, sendo que um deles (entrevistado n.41) agradeceu o estudo, pois o fez relembrar quantas pessoas já ajudou e quantas já o ajudaram. De forma inversa, uma das entrevistas (n. 03) sentiu-se um pouco constrangida com a entrevista e chorou ao seu término, momento em que percebeu que sua rede era muito pequena e que nunca tinha parado para pensar o quanto sozinha era.

Quando houve intermediação comunitária, percebeu-se uma maior “simpatia” e disponibilidade das mulheres em responder aos questionários, de tal forma que se não houvesse a intervenção do pesquisador, este gênero seria o dominante - quase exclusivo - da pesquisa. Ressalte-se, também, que nas comunidades pesquisadas verificou-se que boa parcela dos lares já consta com uma mulher exercendo a figura de chefe do domicílio. De maneira informal, averiguou-se de que isso se dá por

alguns fatores, entre eles: marido (ou referência masculina) falecido, preso ou abandonou o lar.

Ao total foram entrevistadas 77 pessoas de baixa renda, porém, tomou-se como amostra válida o quantitativo de 60 questionários. Essa decisão foi tomada pela crença de que alguns questionários respondidos estavam “viciados”³, de tal forma que no dia 06/04/2012 retornou-se a uma das comunidades citadas e 17 novos questionários foram aplicados.

3.3.2. A PESQUISA COM INDIVÍDUOS DE CLASSE MÉDIA

A pesquisa com a classe média foi realizada com indivíduos escolhidos pela conveniência do pesquisador (amigos e membros de sua família). Esta amostragem foi realizada apenas para confrontar os dados com aqueles obtidos nas entrevistas com indivíduos vulneráveis. Quando se verifica a renda dos indivíduos de classe média entrevistados, verifica-se que todos eles se enquadrariam na classe A, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que possuem renda familiar superior a R\$ 6.745,00. Segundo o órgão, as divisões de classe dão-se de acordo com a tabela abaixo:

	RENDA FAMILIAR MENSAL
CLASSE A	Acima de R\$ 6.745,00
CLASSE B	Entre R\$ 5.174,00 e R\$ 6.745,00
CLASSE C	Entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00
CLASSE D	Entre R\$ 751,00 e R\$ 1.200,00
CLASSE E	Inferior a R\$ 751,00

Tabela 05 – Enquadramento de classes sociais, segundo o IBGE

Tomando como certos estes critérios, os entrevistados não pertenceriam à classe média da população, mas sim à classe alta. Contudo, essa constatação não gera necessariamente um viés na pesquisa, vez que o efeito comparativo entre as redes se mantém.

³ Ao verificar as respostas dos questionários aplicados por uma assistente social contratada para auxiliar na pesquisa, as mesmas seguiam um certo padrão/sequenciamento de respostas, tirando a confiabilidade dos dados.

4. OS RESULTADOS OBTIDOS

4.1. INDIVÍDUOS SÓCIO-VULNERÁVEIS

Nesta etapa são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas com indivíduos em situação de vulnerabilidade. Inicialmente são apresentados os gráficos referentes aos dados socioeconômicos, e posteriormente, aqueles relativos às características dos vínculos e das redes sociais. Para alguns gráficos já é feita alguma análise, porém, será na seção de “Análise dos resultados” que os mesmos serão correlacionados com o referencial teórico. Seguem os principais indicadores socioeconômicos obtidos:

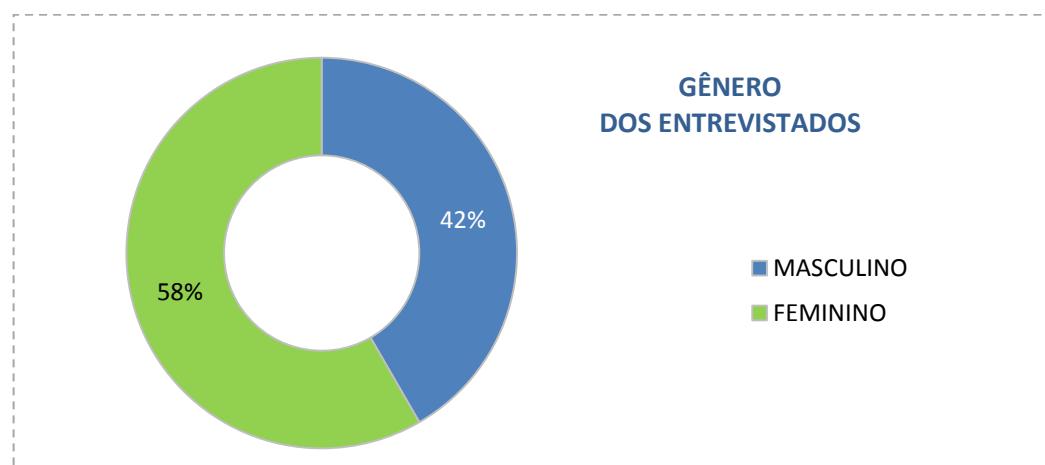


Figura 06 – Gênero dos entrevistados.

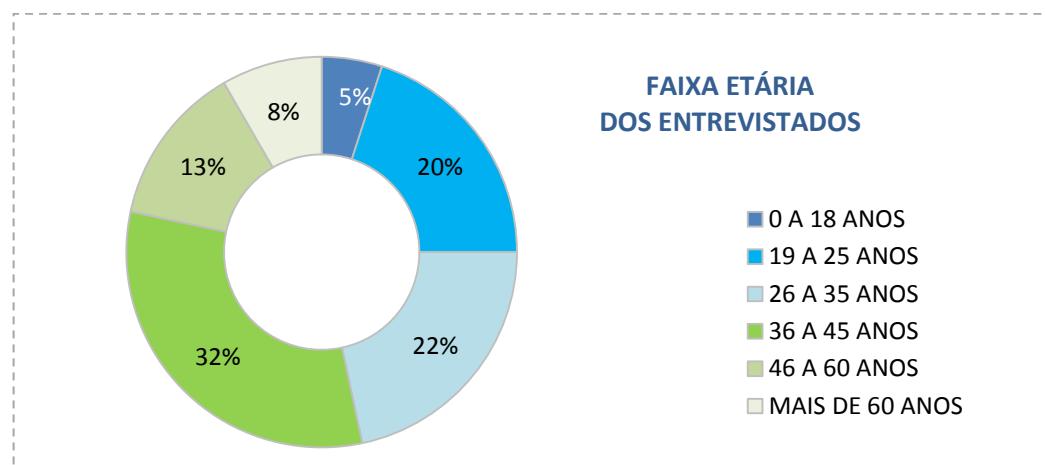


Figura 07 – Faixa etária dos entrevistados

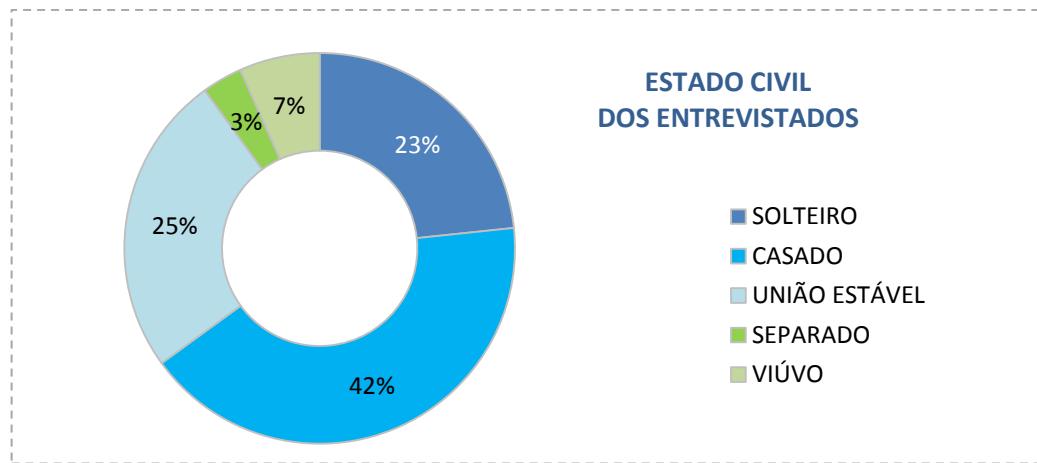


Figura 08 – Estado civil dos entrevistados

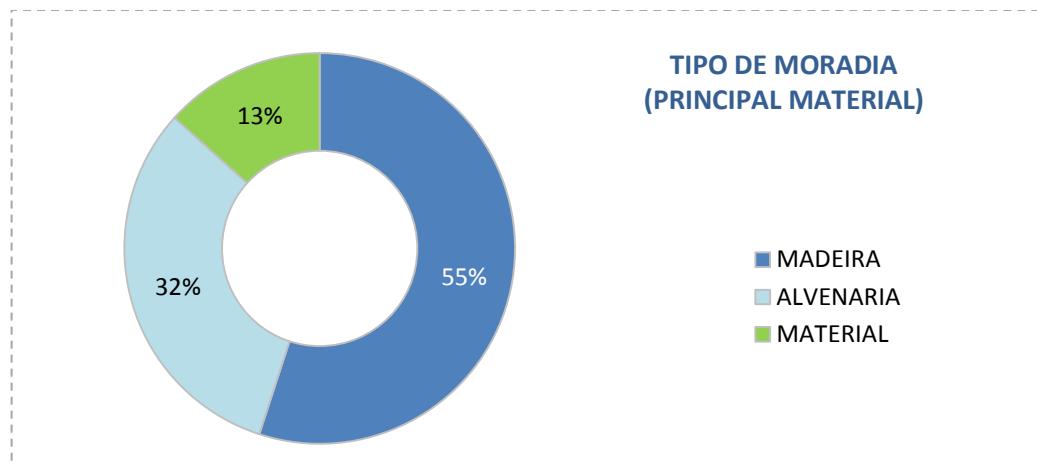


Figura 09 – Tipo de moradia (principal material) dos entrevistados.

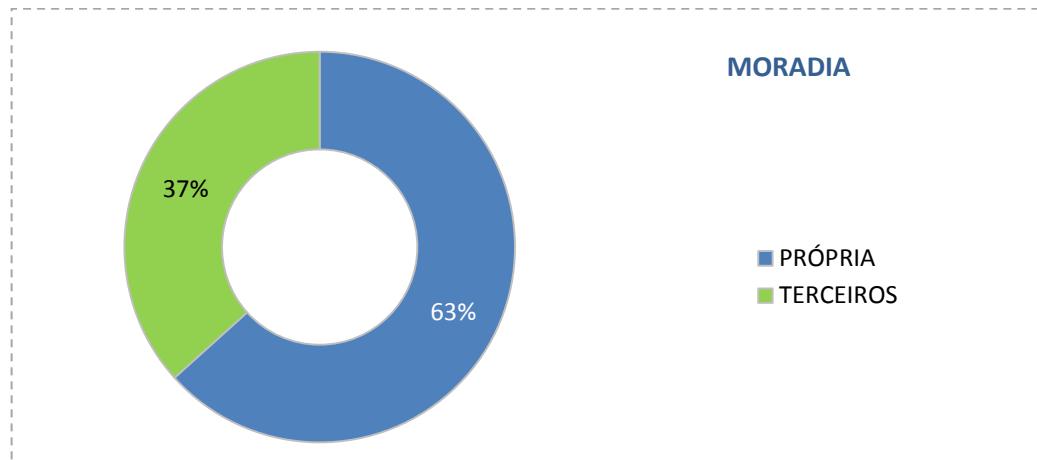


Figura 10 - Propriedade da residência dos entrevistados.

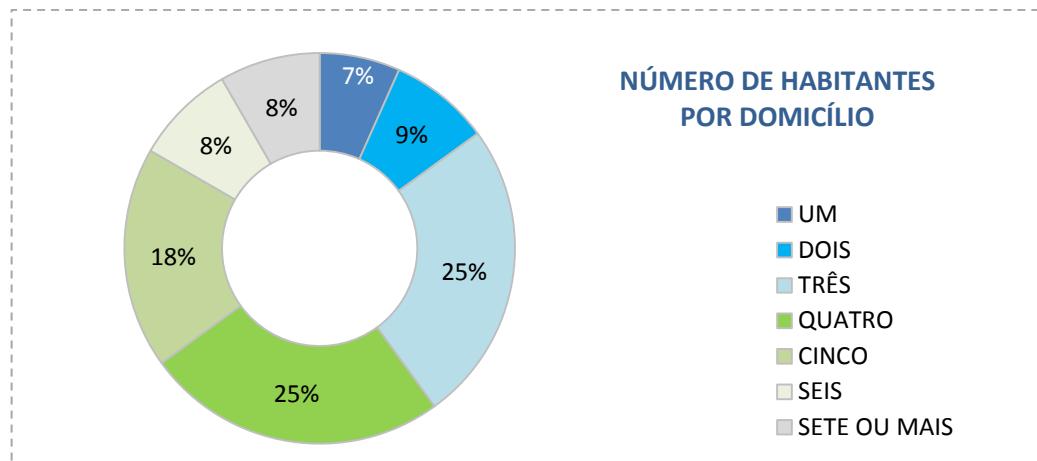


Figura 11 – Número de habitantes por domicílio

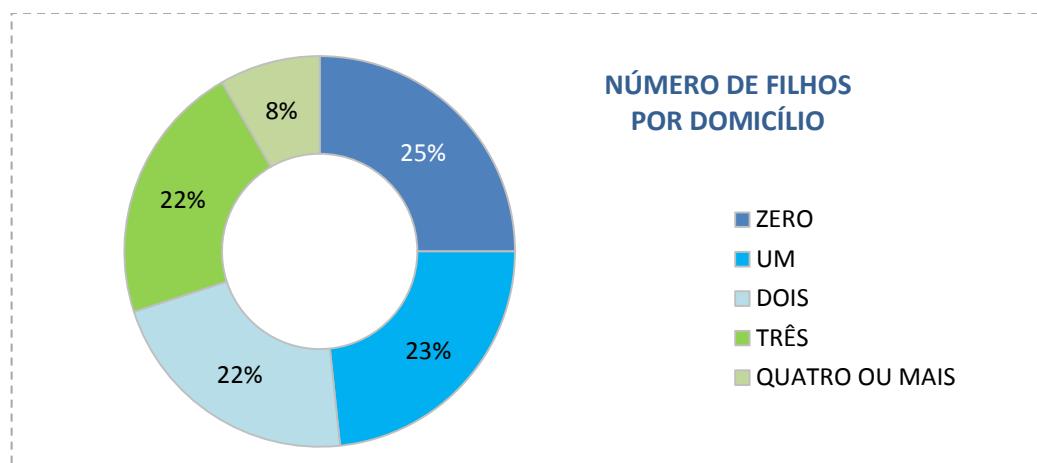


Figura 12 – Número de filhos por domicílio

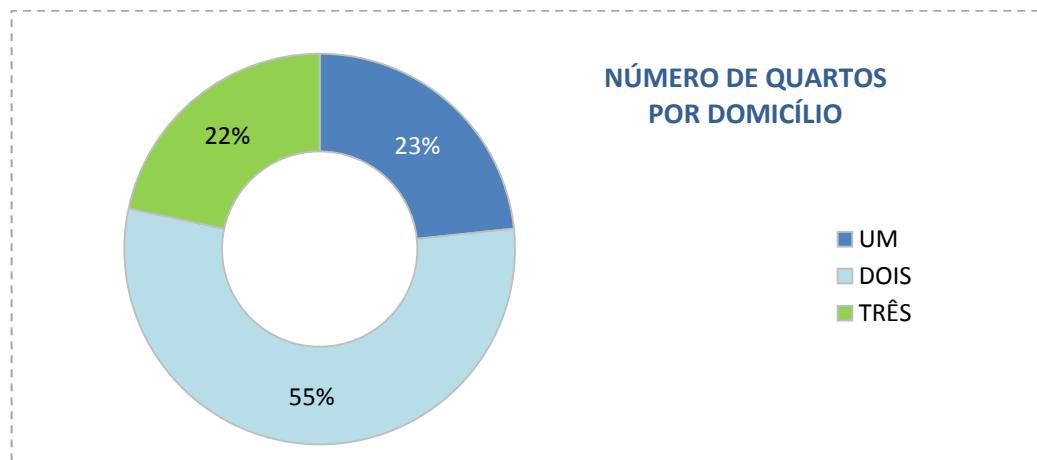


Figura 13 – Número de quartos por domicílio

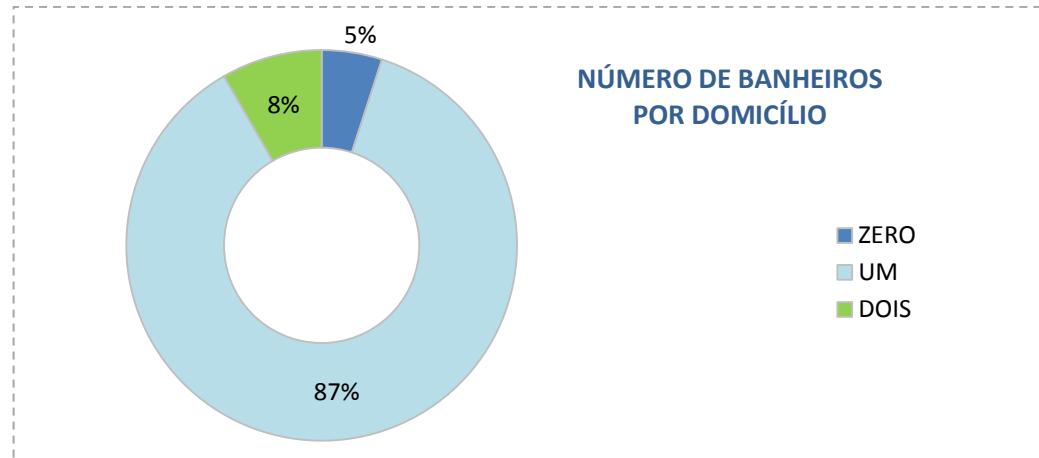


Figura 14 – Número de banheiros por domicílio

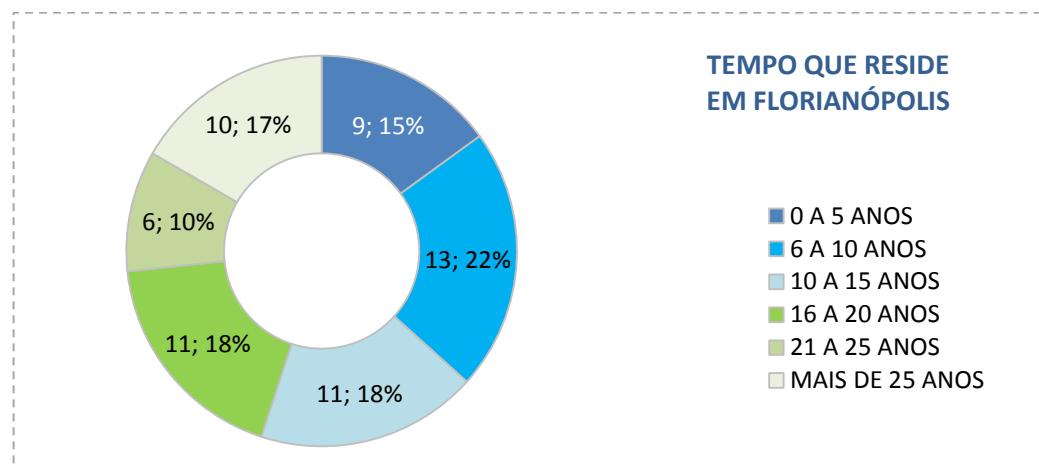


Figura 15 – Tempo (anos) que os entrevistados residem em Florianópolis.

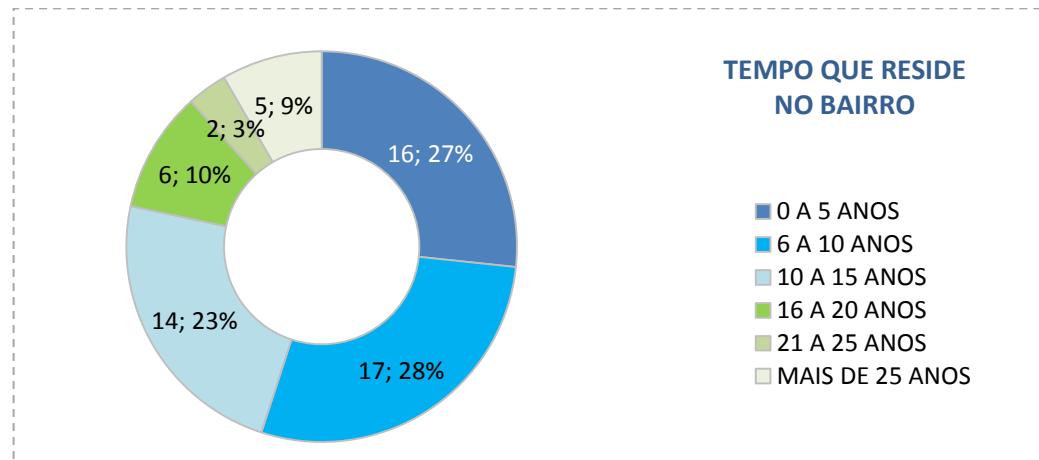


Figura 16 – Tempo (anos) que os entrevistados residem no bairro atual.

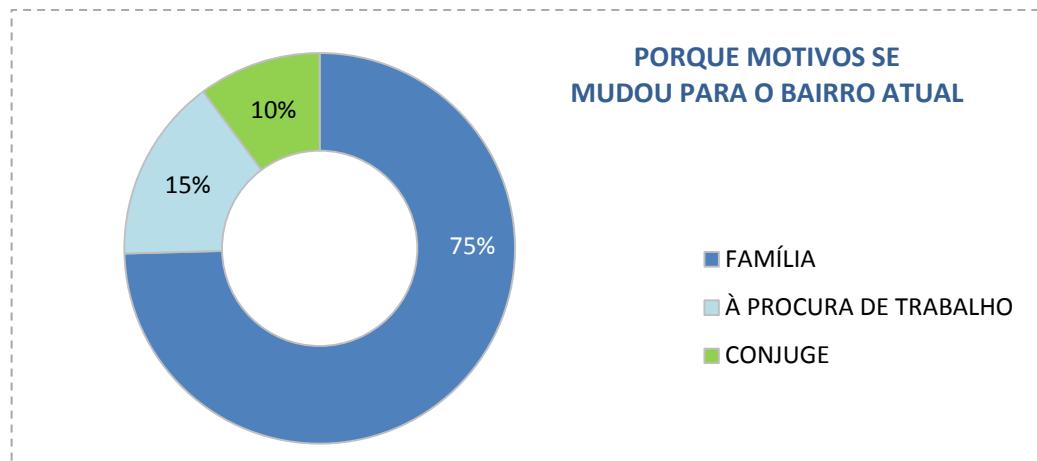


Figura 17 – Porque motivos os entrevistados se mudaram para o bairro atual.

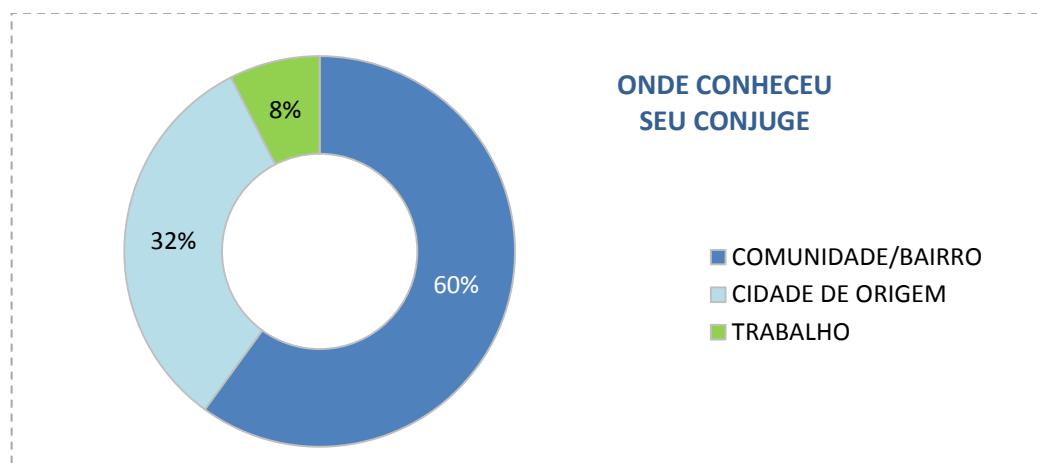


Figura 18 – Onde os entrevistados conheceram seus cônjuges.

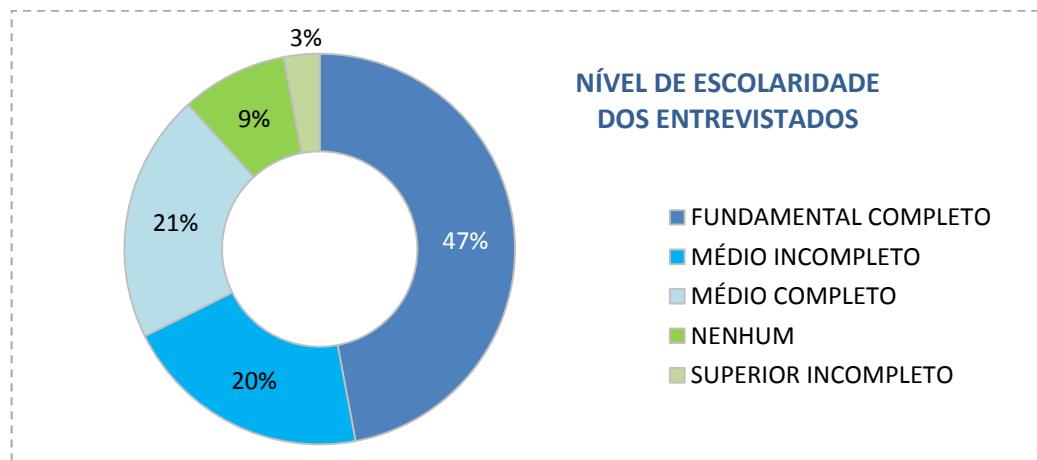


Figura 19 – Nível de escolaridade dos entrevistados.

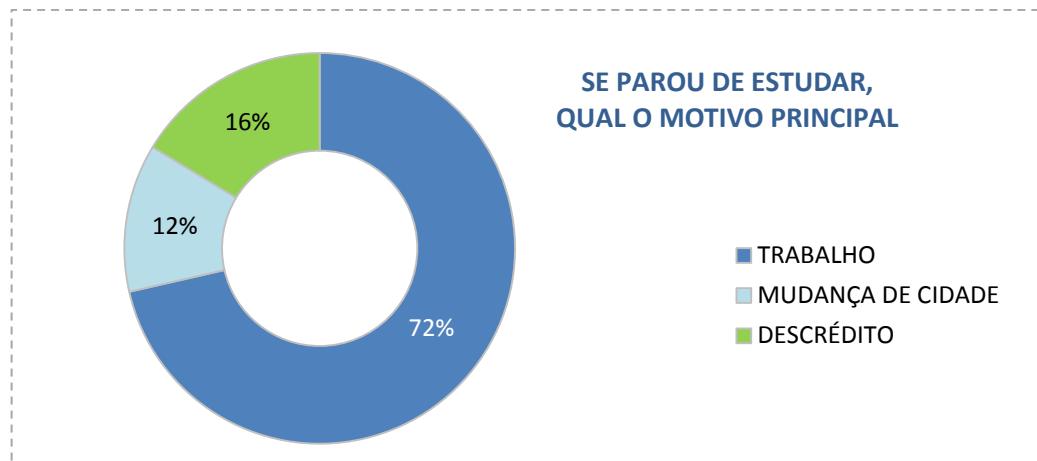


Figura 20 – Porque os entrevistados pararam de estudar.

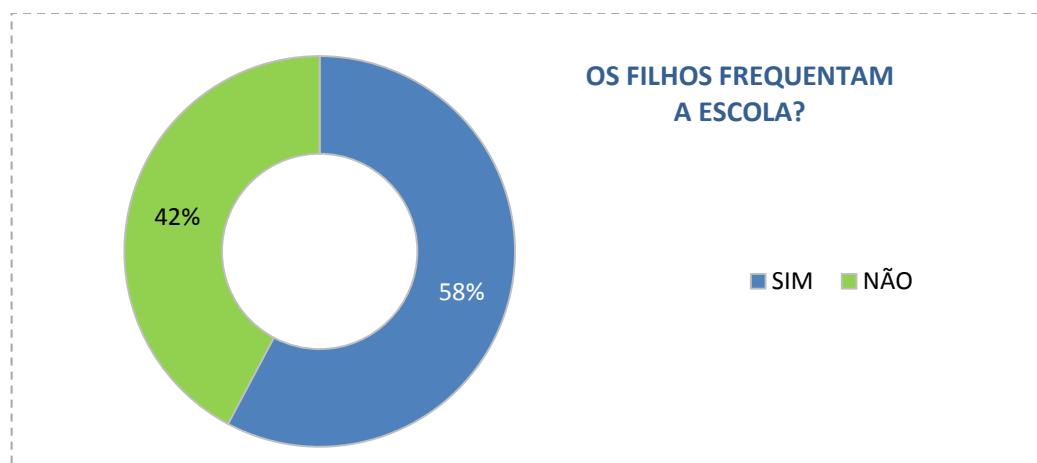


Figura 21 – Frequência à escola dos filhos dos entrevistados.

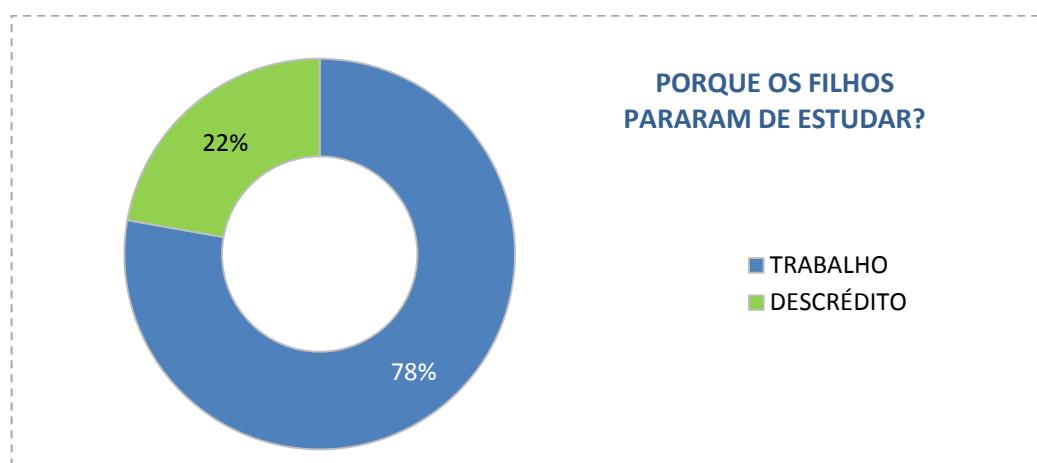


Figura 22 – Porque motivos os filhos dos entrevistados pararam de estudar.

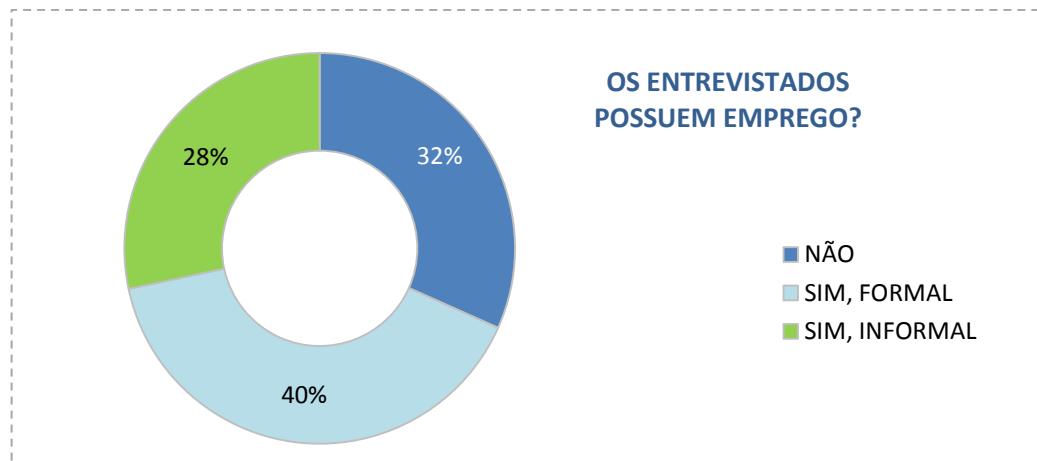


Figura 23 – Nível de empregabilidade dos entrevistados.

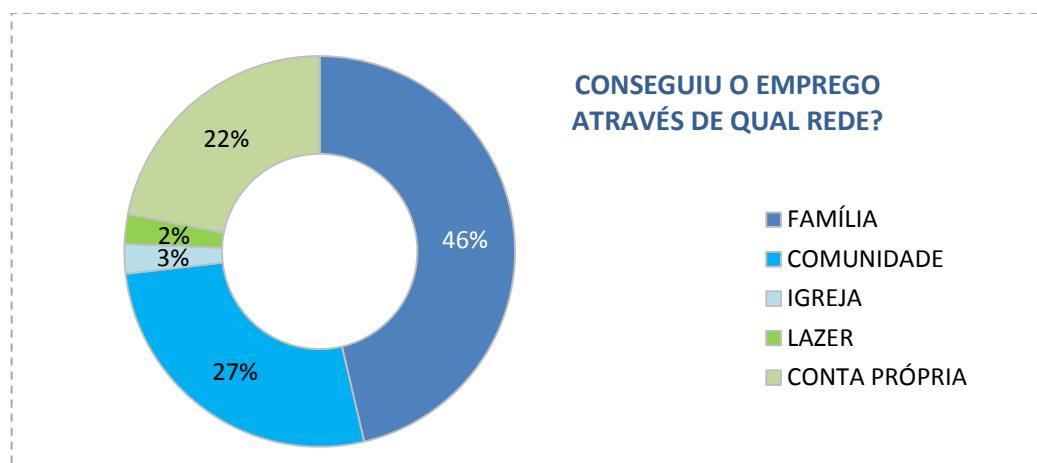


Figura 24 – Redes que oportunizaram o emprego.

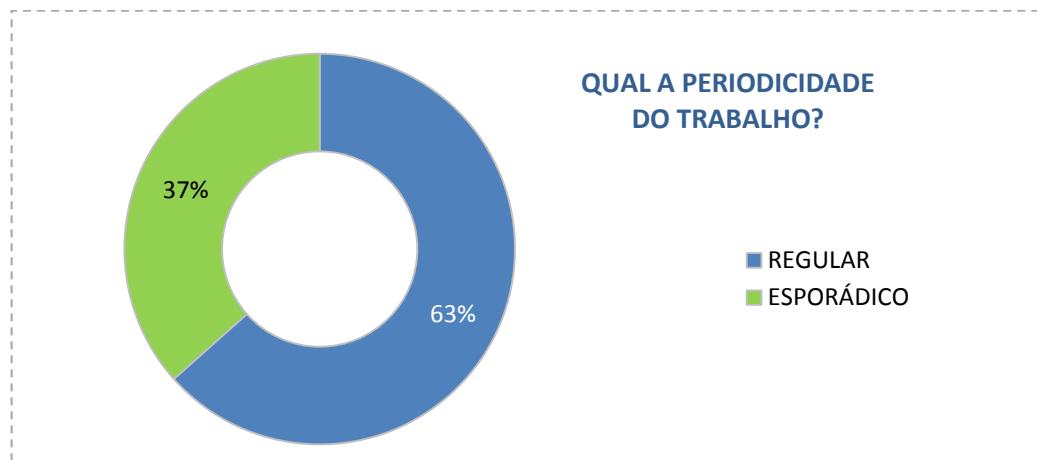


Figura 25 – Periodicidade de trabalho dos entrevistados.

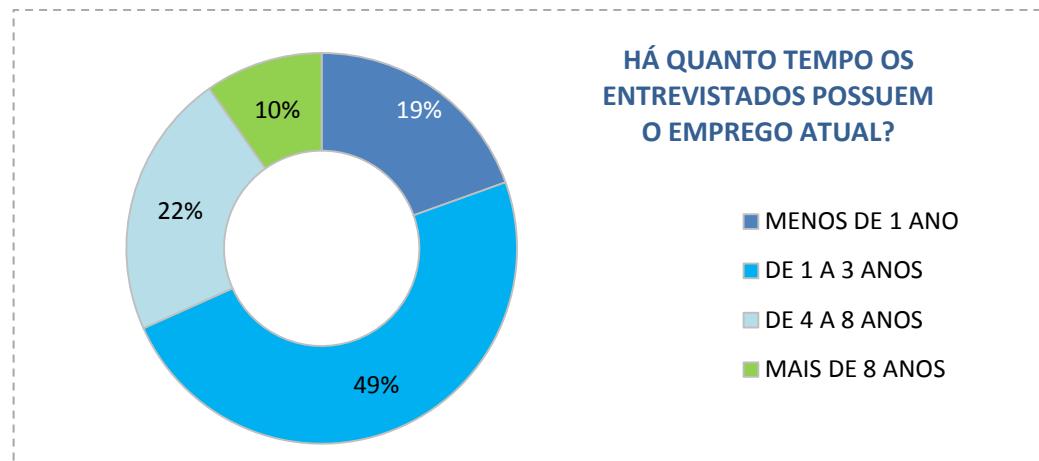


Figura 26 –Tempo (anos) que os entrevistados possuem o emprego atual.

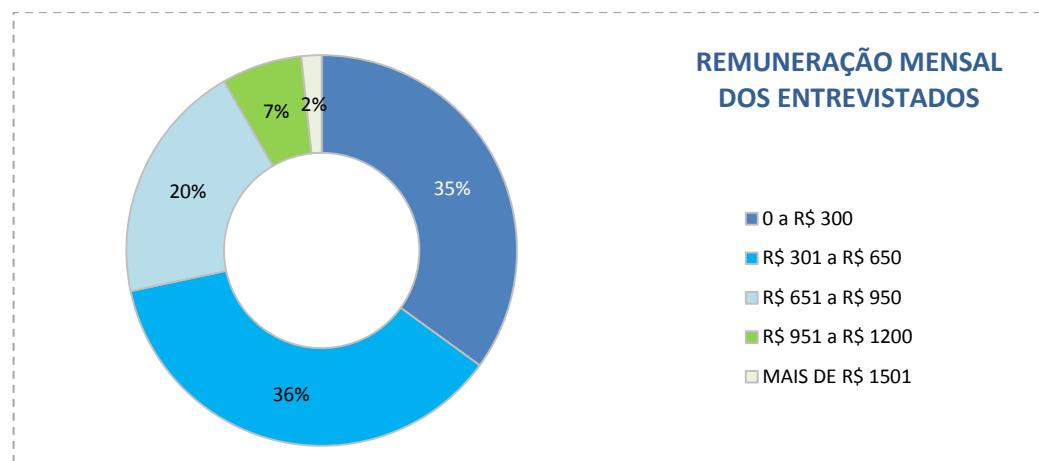


Figura 27 – Remuneração mensal dos entrevistados.

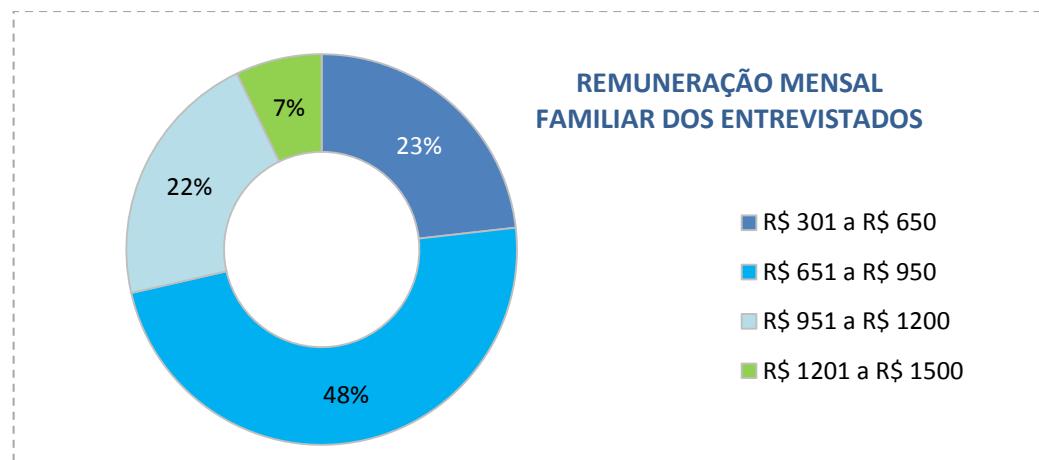


Figura 28 – Remuneração mensal familiar dos entrevistados.

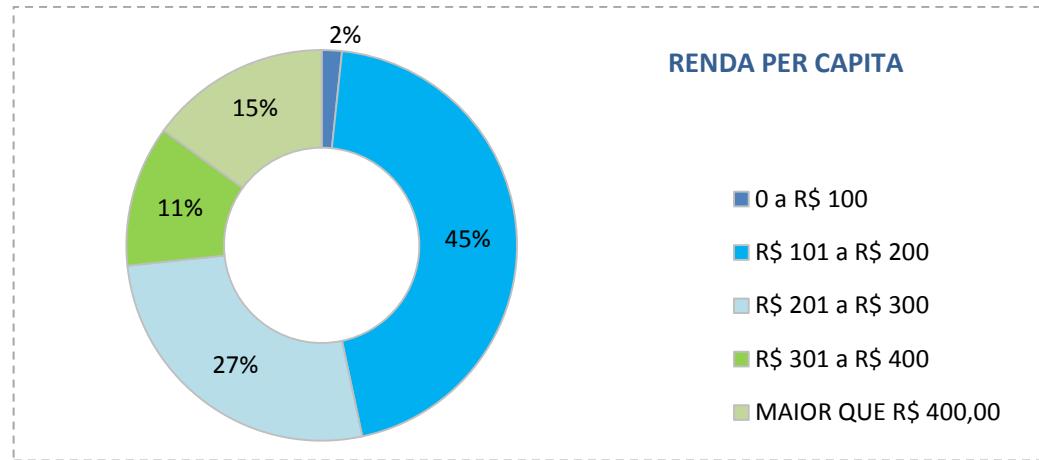


Figura 29 – Renda per capita da residência dos entrevistados.

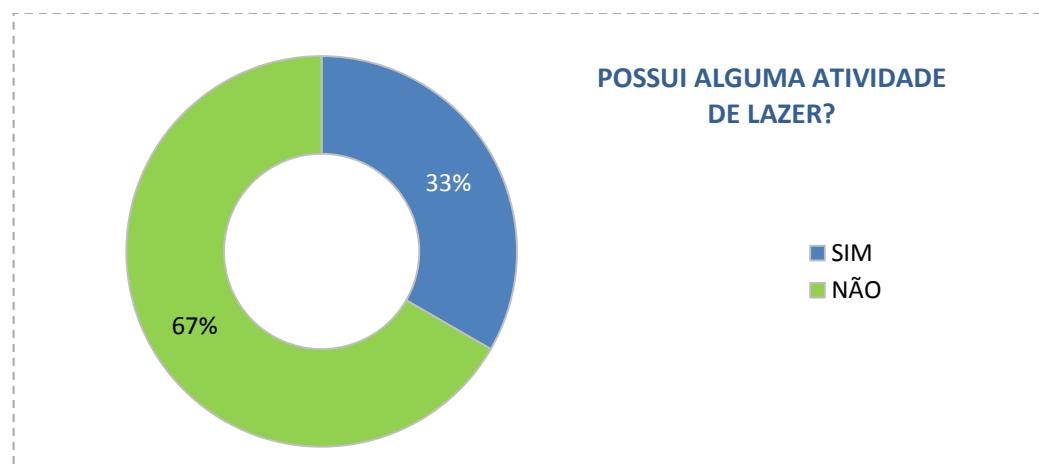


Figura 30 – Prática de alguma atividade de lazer pelos entrevistados.

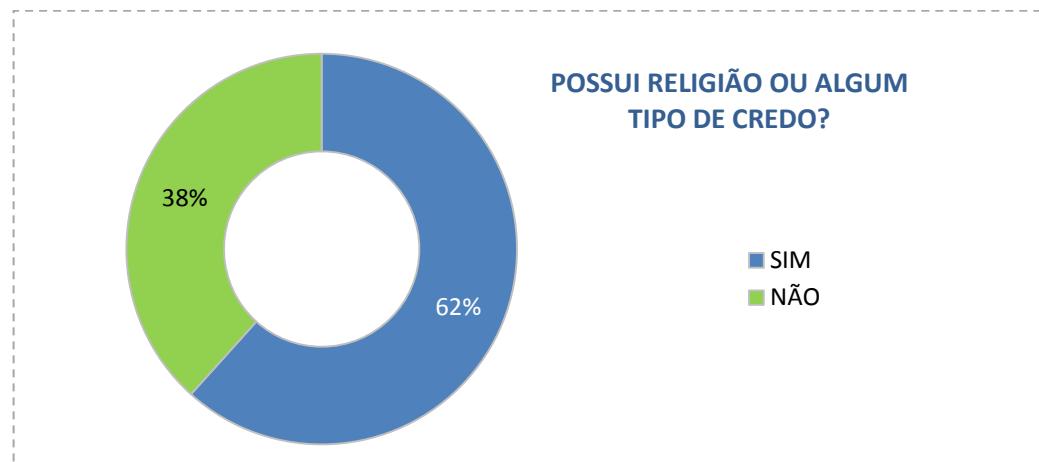


Figura 31 – Crença em alguma religião.

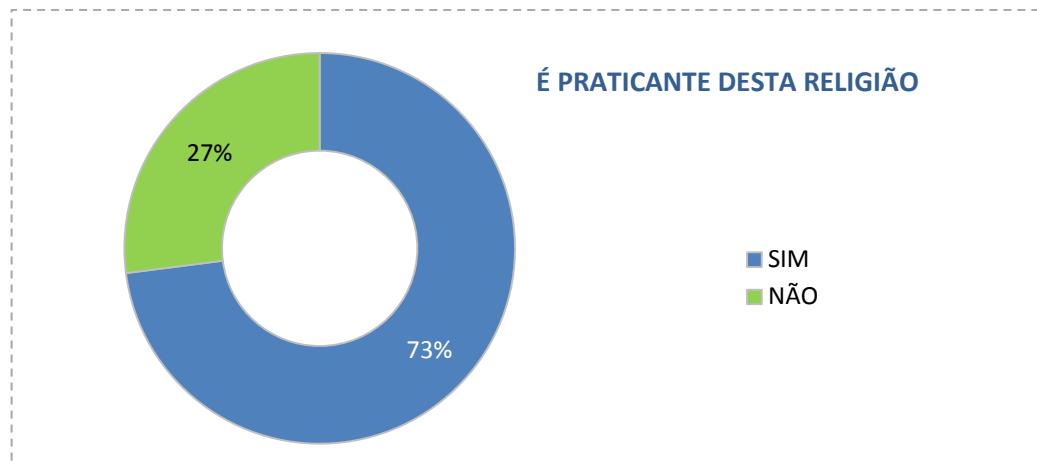


Figura 32 – Prática de alguma religião.

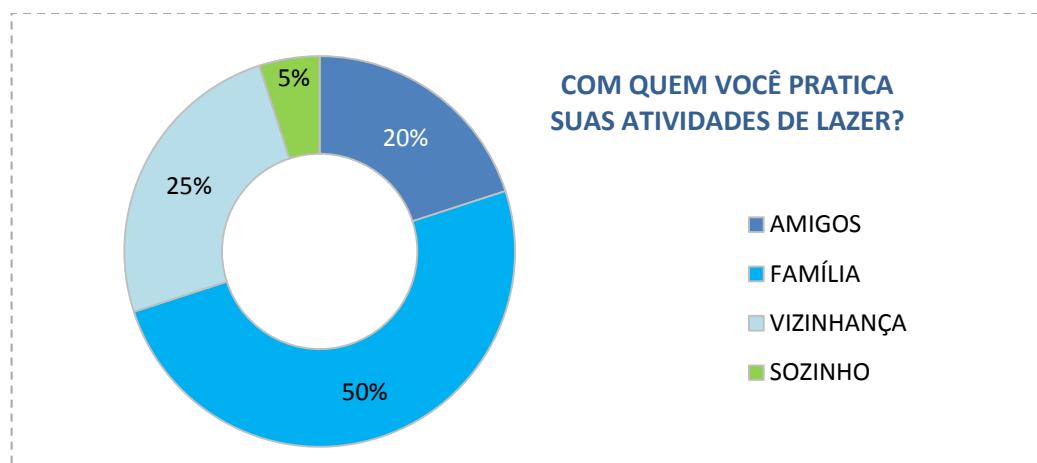


Figura 33 – Com que esferas os entrevistados mantém atividades de lazer.

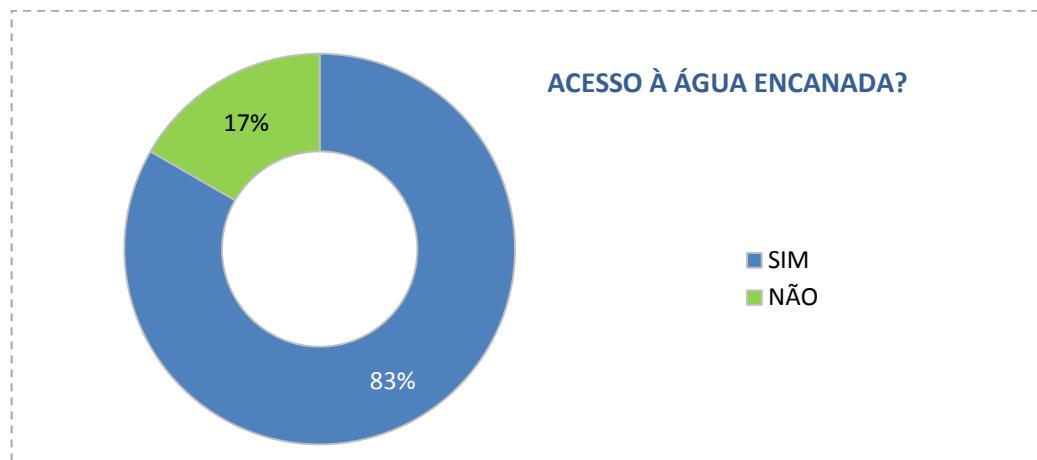


Figura 34 – Acesso dos entrevistados à água encanada.

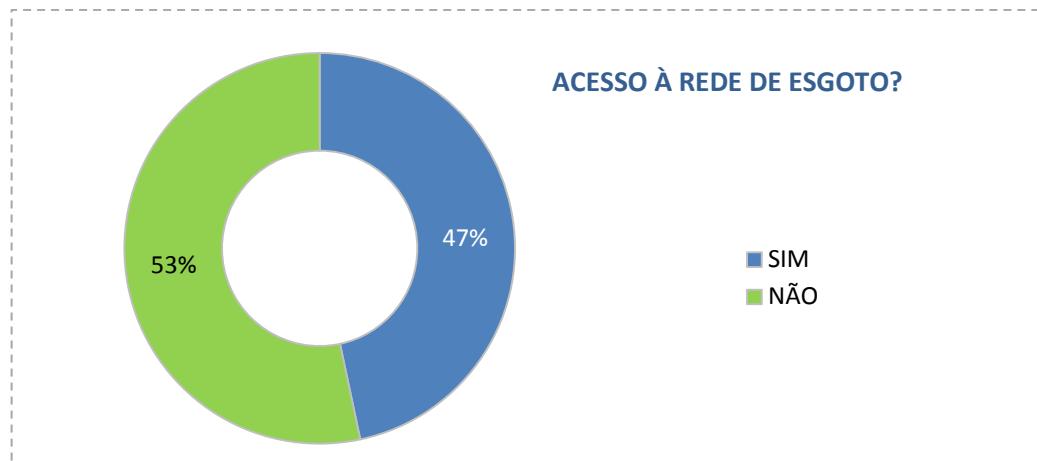


Figura 35 – Acesso dos entrevistados à rede de esgoto.

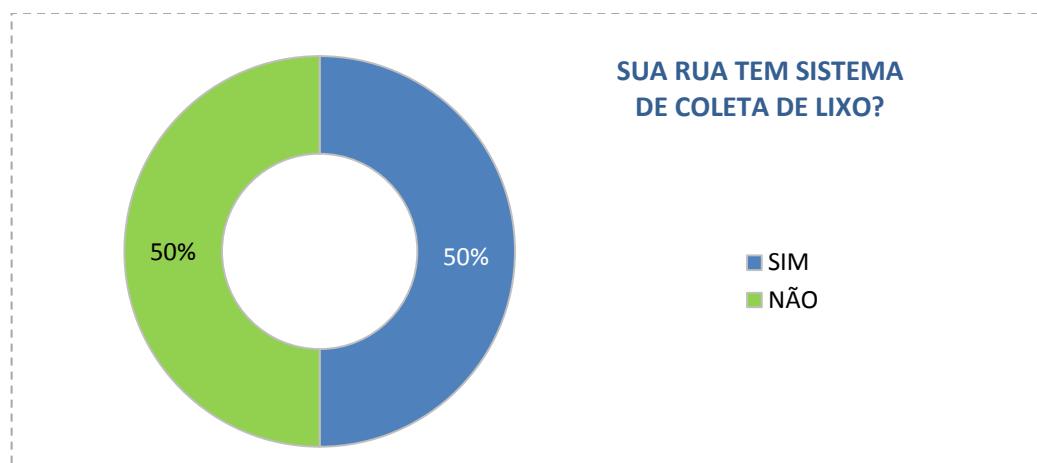


Figura 36 – Sistema de coleta de lixo nas ruas dos entrevistados.

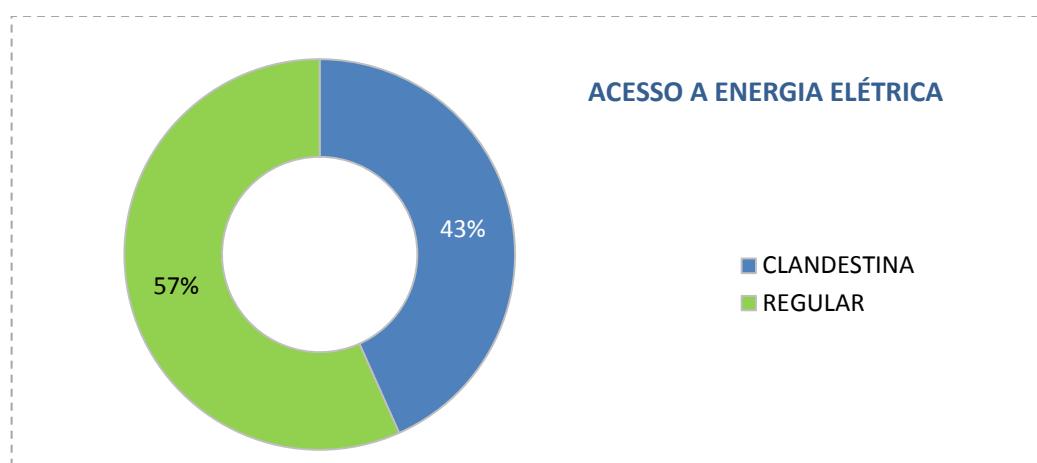


Figura 37 – Acesso à energia elétrica pelos entrevistados.

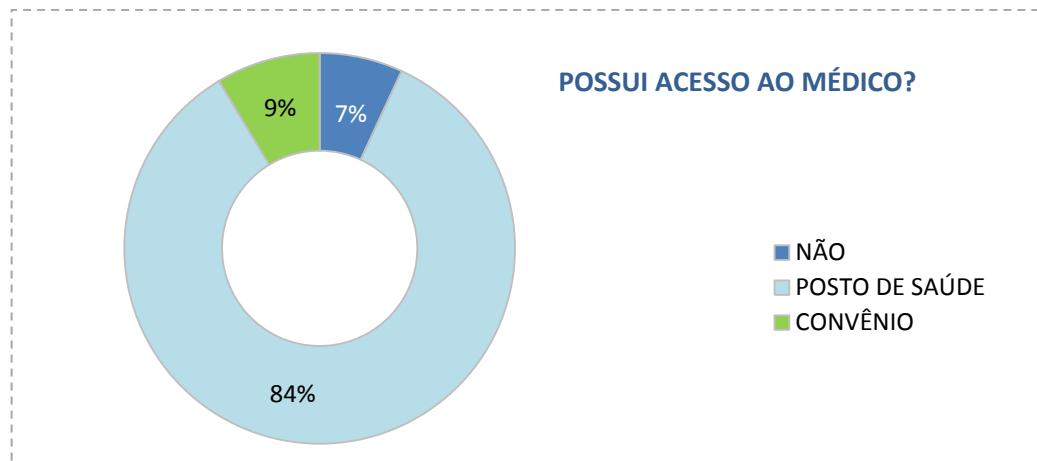


Figura 38 – Acesso a atendimento médico.

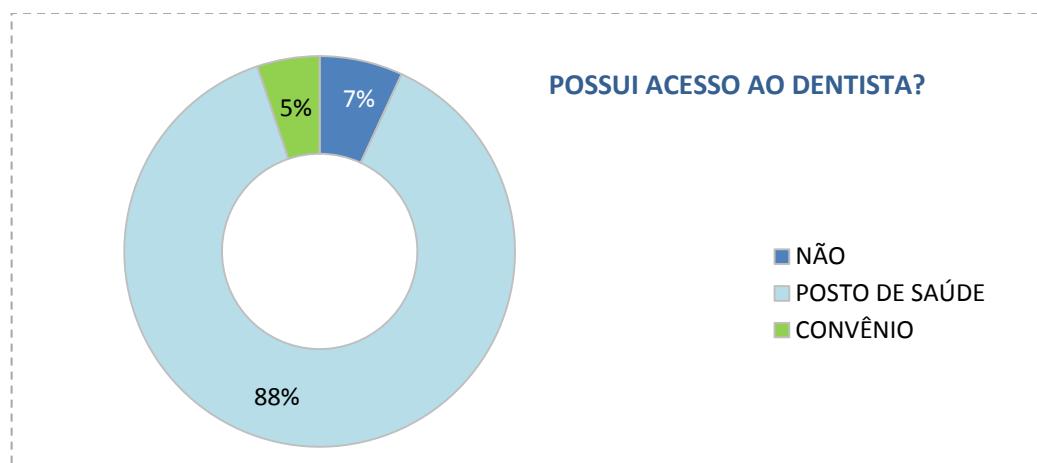


Figura 39 – Acesso a atendimento odontológico.

O maior percentual dos entrevistados (58%) foi do gênero feminino, pois, como já mencionado, percebeu-se um grande quantitativo de mulheres exercendo o papel de chefe da família. A idade média dos entrevistados foi de 36,8 anos, sendo que 64% dos mesmos encontravam-se na faixa etária de 19 a 35 anos. Sobre o estado civil, verificou-se que cerca de 67% dos entrevistados encontra-se ou casado ou vivendo em união estável. Fato a destacar é que apenas 3% dos entrevistados estavam separados, o que pode sugerir uma necessidade de união para superar as dificuldades cotidianas.

Quando questionados sobre há quanto tempo residem em Florianópolis, verificou-se que 40% dos entrevistados residem na cidade na faixa compreendida

entre 6 e 15 anos. Sobre o tempo em que residem no bairro, 27% residem na faixa compreendida entre 0 e 5 anos, 28% na faixa compreendida entre 6 e 10 anos, 23% entre 11 a 15 anos e 22% nas demais faixas. Quando perguntados sobre os motivos que os fizeram morar no bairro atual, a ampla maioria de 73% respondeu que se mudou por influência da família, 15% na busca de trabalho e 13% por influência do cônjuge. Por estes dados já se começa a perceber a homofilia de relações dos entrevistados.

No quesito escolaridade, verificou-se a predominância pela falta de estudo (ensino fundamental incompleto), sendo em ordem seguido por fundamental completo e ensino médio incompleto. Estas três tipificações somadas alcançam 81% dos entrevistados. O motivo elencado para não concluírem os estudos, como era esperado, foi a necessidade de trabalhar (67%), sendo seguido pelo descrédito, mudança de cidade e dificuldades de acesso. Para melhor explicar, descrédito refere-se à condição em que o entrevistado não achava importante o estudo para o seu desenvolvimento/qualidade de vida. Sobre os filhos dos pesquisados, 42% já largaram os estudos, sendo que o fizeram para auxiliar na renda familiar – 78% das respostas – e por descrédito, o que pode corroborar com a evidência de que o método de ensino usual não é atrativo às crianças e adolescentes da atualidade.

Sobre o nível de emprego, 68% dos entrevistados estavam trabalhando, sendo 40% de maneira formal e 28% de modo informal. Quando perguntados sobre qual esfera de sociabilidade lhes auxiliou na obtenção de emprego, 46% dizem tê-lo conseguido através de indicações familiares e 27% através de indicação por parte de algum conhecido de sua comunidade. O fato de que praticamente um quarto da obtenção de emprego deu-se por indicação de conhecidos da comunidade, insere nesta pesquisa o único ponto de confrontação com os estudos de Briggs (2003), pois para o autor, dificilmente os vínculos baseados na homofilia trariam grandes auxílios (obtenção de emprego, mobilidade social e etc.) aos indivíduos.

A remuneração média dos entrevistados é de R\$ 469,22, o que equivale a cerca de 75% do salário mínimo. Apenas 28% dos entrevistados possuem renda superior a R\$ 650,00. A renda familiar, por sua vez, alcança a média aproximada de

R\$ 923,00. Porém, o valor referente à renda familiar pouco diz isoladamente, razão pela qual se calculou a renda per capita dos membros das famílias, sendo que se obteve o valor médio aproximado de R\$ 294,00. É válido registrar que nenhuma das famílias abrangidas por esta pesquisa enquadrou-se na linha de extrema pobreza (renda per capita não superior a R\$ 70,00.). A menor renda per capita obtida foi de R\$ 107,00. Fazendo uma crítica, é de se questionar se os estratos estabelecidos pelo Governo Federal de fato revelam a quantidade de pessoas pobres e miseráveis (na visão unidimensional da renda) ou se servem para justificar programas sociais.

Uma vez apresentados os dados socioeconômicos dos entrevistados, seguem os gráficos relacionados às características dos vínculos (nós) e das redes sociais:

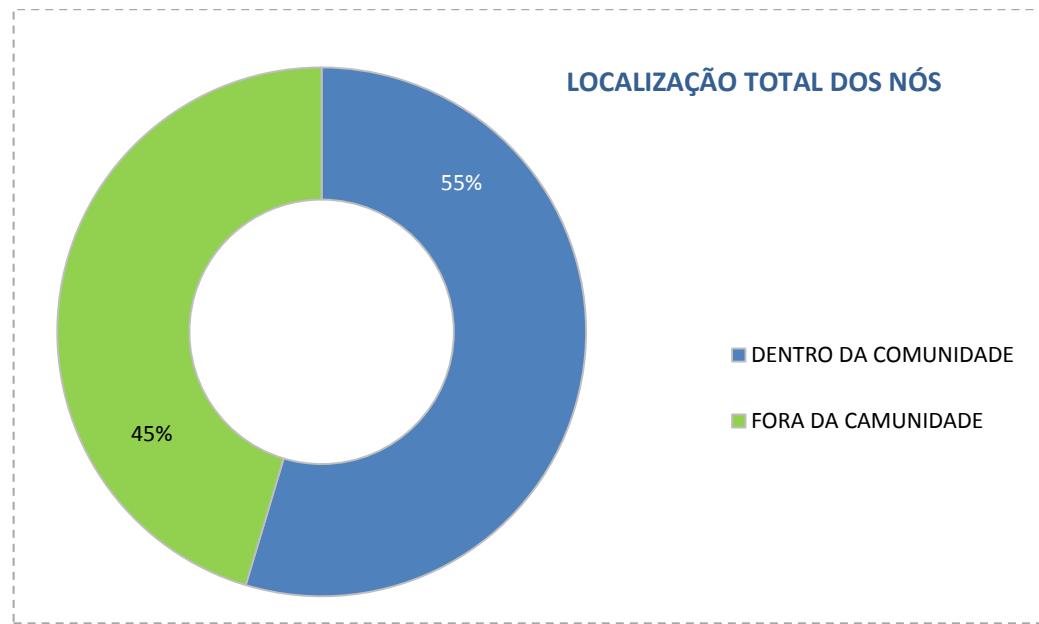


Figura 40 – Localização total dos nós dos entrevistados.

Foi observado que a maior parte (55%) dos nós localiza-se dentro das comunidades pesquisadas, o que evidencia segregação e potencial de homofilia. Do total de entrevistados, 65% apresentaram redes com predominância de nós localizados dentro das próprias comunidades.

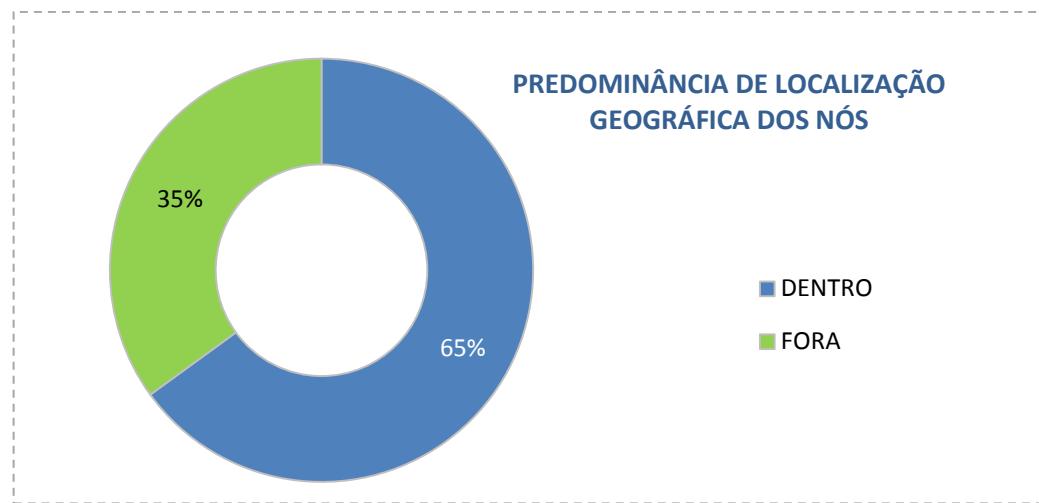


Figura 41 – Predominância de localização geográfica dos nós.

Para determinar se as redes eram pequenas, médias ou grandes, convencionou-se como parâmetros para essa pesquisa as seguintes condições:

- Até 60 nós foi considerada uma rede pequena;
- Entre 61 e 90 nós foi considerada uma rede média;
- Maior que 90 nós foi considerada uma rede grande.

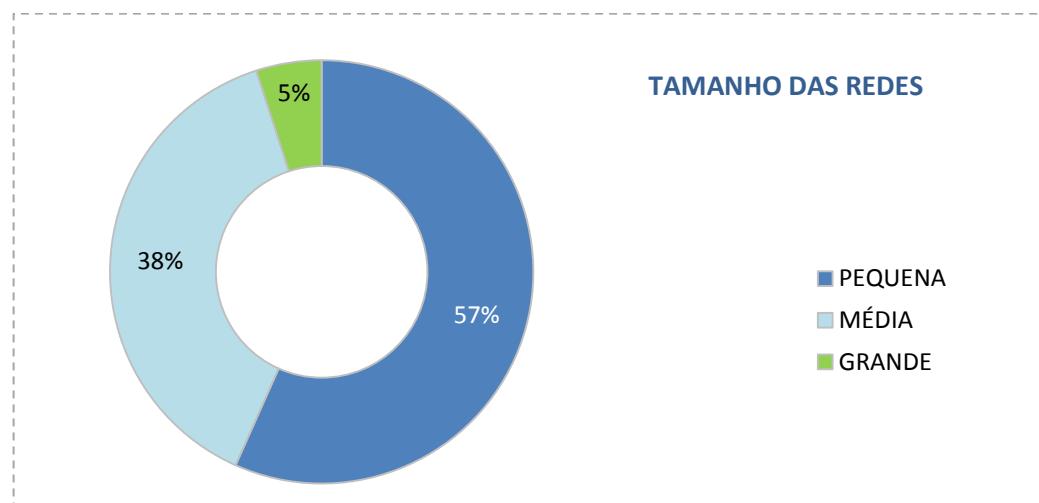


Figura 42 – Tamanhos das redes dos entrevistados.

Com base nestes parâmetros, constatou-se que 57% das redes pesquisadas eram de tamanho pequeno, 38% de tamanho médio e apenas 5% de tamanho

grande. Este é um resultado que já mostra a dificuldade na criação e manutenção de vínculos para moradores de comunidades mais vulneráveis socialmente. O que também se verificou nessa pesquisa é que, diferentemente do que faz querer crer um certo romantismo do imaginário popular, o censo de “comunidade” e ajuda mútua por vezes inexiste nas áreas mais sócio-vulneráveis, principalmente naquelas marcadas pelo fluxo migratório. O contato entre os vizinhos existe e é uma das principais esferas de relacionamento, porém, tal contato é utilizado para resolução de pequenos problemas, não se estendendo para relações mais profundas. Durante a pesquisa foram ouvidos alguns relatos sobre essa situação, como por exemplo, a jovem de 24 anos que, ao explicar o motivo de sua rede ser tão pequena elucidou: “prefiro manter contato apenas com a minha família. Até conheço alguns vizinhos, porém, a gente sabe que mais cedo ou mais tarde esse contato vai dar em confusão”. Ou o pensionista de 53 anos, para o qual “quando os vizinhos começam a frequentar a casa um do outro com frequência, pode acreditar, logo vão brigar”.

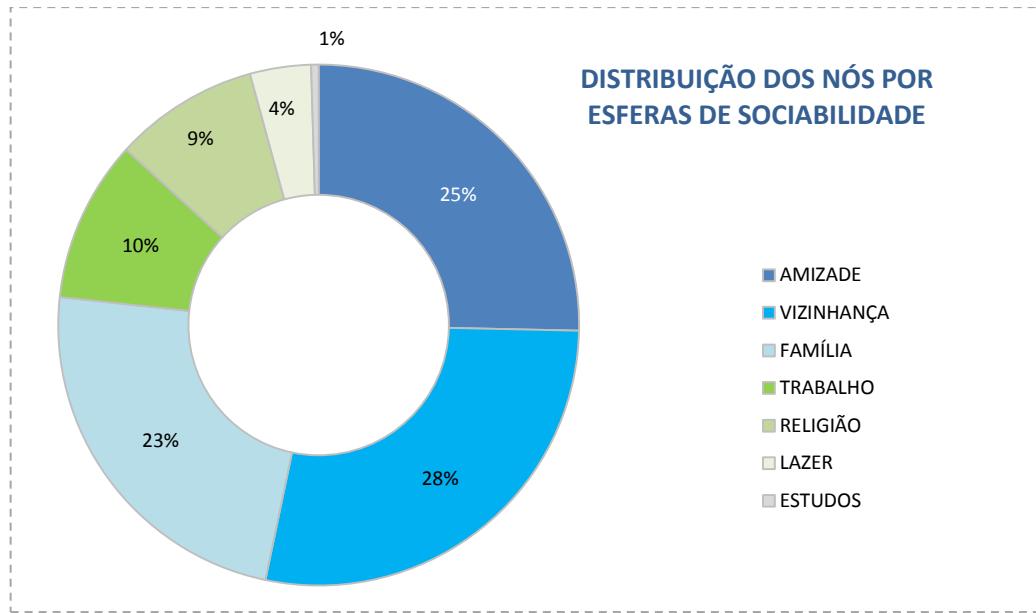


Figura 43 – Distribuição dos nós por esfera de sociabilidade.

Estabelecendo uma análise do total de nós levantados, obtém-se que a maior parte dos mesmos (28%) localiza-se na esfera da vizinhança, sendo seguidos pela amizade e posteriormente pela família. Mesmo ocupando apenas a 3^a posição, pode-se afirmar que a esfera familiar para os indivíduos de baixa renda é

extremamente representativa, visto que o universo de pessoas (nós) das esferas vizinhança e amizade são maiores que o universo de pessoas da esfera familiar. Outro ponto interessante a frisar é que na esfera de estudos, apenas 15 nós foram citados. Isto se deve principalmente ao fato de que ampla maioria dos entrevistados largou os estudos durante as séries iniciais.

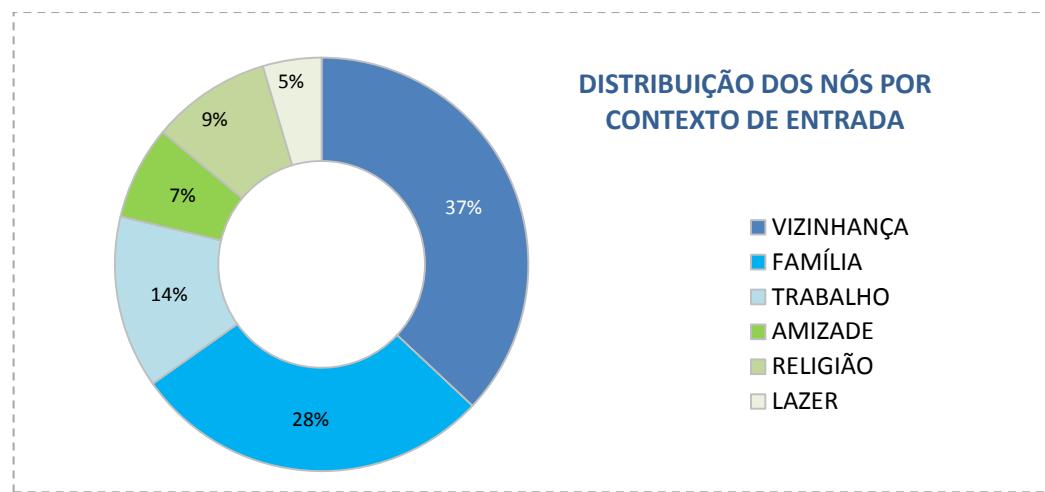


Figura 44 – Distribuição dos nós por contexto de entrada.

Como contexto de entrada, verificou-se que a vizinhança é a principal ponte de novos contatos, seguidos pela família e pelo trabalho. Em quarto lugar aparece a esfera social da religião, contribuindo com 9% de todos os contatos (nós) pesquisados.

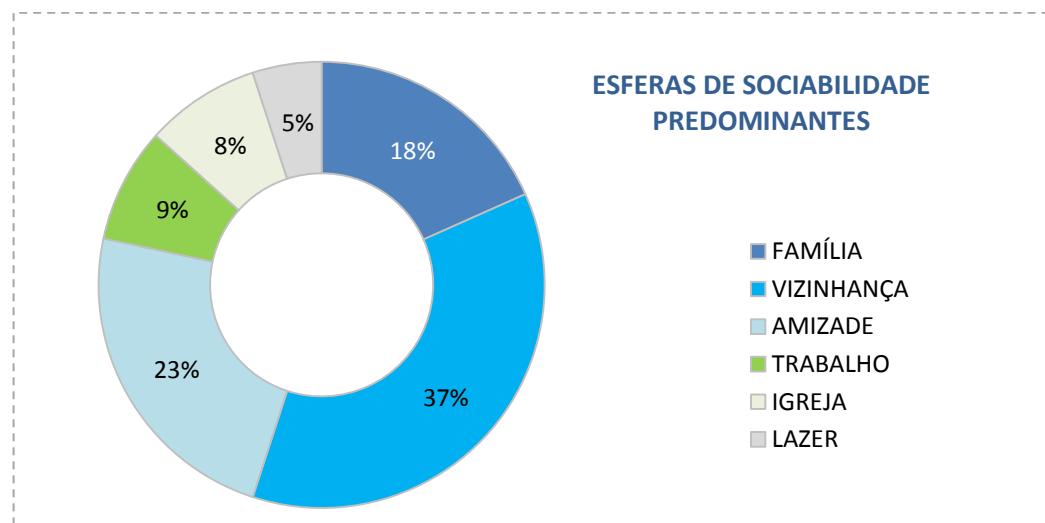


Figura 45 – Esferas de sociabilidade predominantes.

Agora saindo dos números totais e verificando quais as principais esferas de sociabilidade, temos que 37% dos entrevistados tem na vizinhança a principal esfera de sociabilidade, seguidos por 23% que possuem a amizade como principal esfera e 18% cuja principal esfera é a familiar.

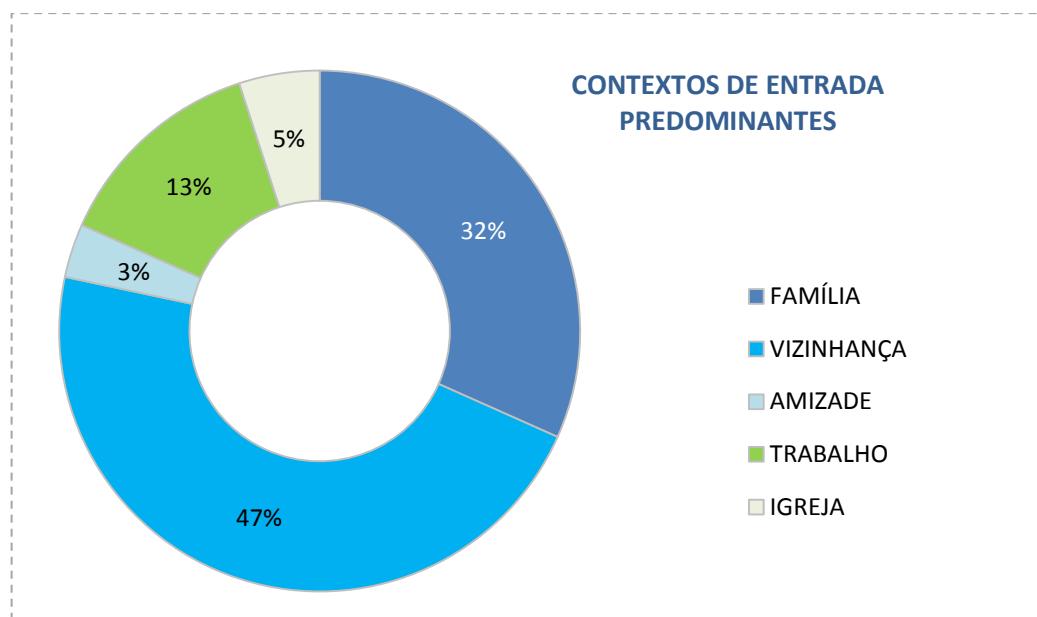


Figura 46 – Contextos de entrada predominantes.

Sobre as principais esferas para a obtenção de novos contatos, também se verificou a predominância da vizinhança (47%), seguida pela família, com 32%.

Para que se tenha ideia de como são as redes de alguns dos entrevistados, temos abaixo alguns diagramas de rede, construídos com o software NETDRAW. Nos diagramas, os nós em vermelho representam os vínculos que habitam o mesmo bairro que o entrevistado (vínculos locais) e os nós em azul representam vínculos que residem fora da comunidade do entrevistado. Para o formato dos nós, convencionou-se:

- Círculos representam vínculos da esfera familiar;
- Quadrados representam vínculos da vizinhança;
- Triângulos representam vínculos do trabalho;
- Cruzes representam vínculos da igreja;

- Círculos circunscritos em quadrados representam vínculos de lazer;
- Losangos representam vínculos da amizade;
- Caixas (quadrados com “X” interno) representam vínculos dos estudos.

O primeiro diagrama é o da entrevistada nº 50: uma rede pequena, local, homofílica e baseada na família. Para esta entrevistada de 24 anos, com dois filhos e sem emprego, era preferível conviver apenas com os familiares, pois em sua opinião, envolver-se com vizinhos “acaba em briga”. O diagrama ajuda a elucidar o quão restrita e local é a rede social desta entrevistada, baseada em indivíduos com características e atributos semelhantes aos seus.

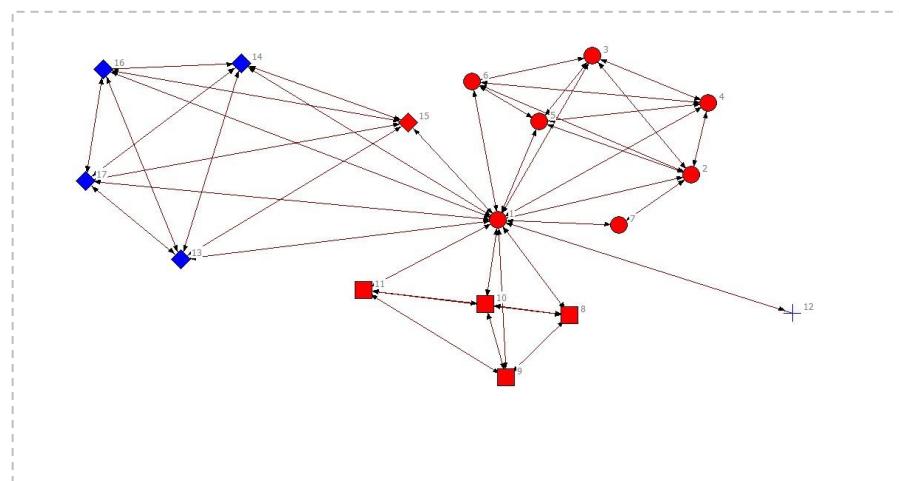


Figura 47 – Diagrama de rede da entrevistada nº 50.

O segundo diagrama foi o tipicamente encontrado. Trata-se do entrevistado nº 19, o qual tem a rede baseada na família e na vizinhança. Trata-se de um migrante, mas que mora na comunidade há cerca de 12 anos. Sua rede tem 42 nós, caracterizado por ser bastante local (85%) e homofílica. Sua renda mensal é de R\$ 738,00 e o entrevistado não possui atividades de lazer. Segundo o mesmo, a sua vida e da maioria da comunidade é “*ir de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Mais nada*”. Este diagrama evidencia o localismo da rede, pois a quase totalidade dos nós (exceção de seis deles) são de coloração vermelha, o que indica serem contatos de dentro da comunidade. Ainda sobre estes contatos, é possível verificar que cerca da metade são estabelecidos com membros da própria família (círculos).

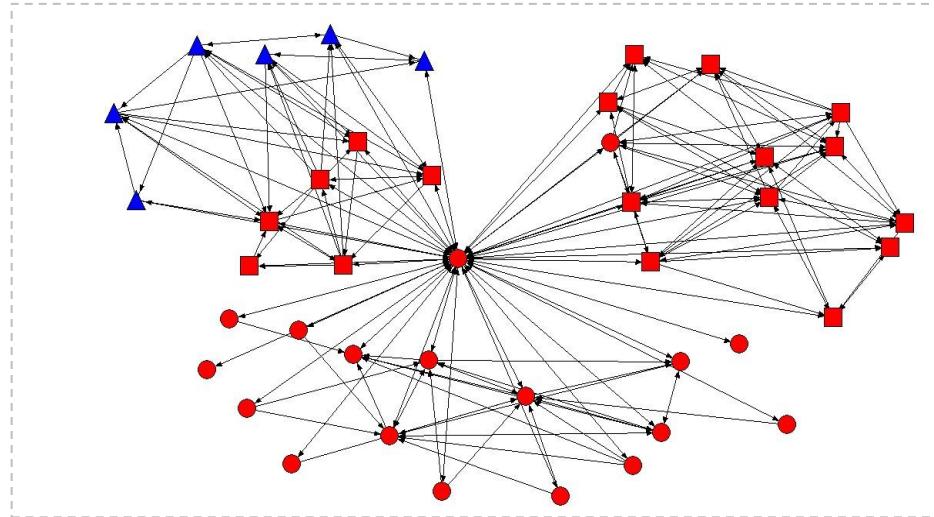


Figura 48 – Diagrama de rede do entrevistado nº 19.

O diagrama abaixo faz referência ao entrevistado nº 39, o qual possui uma rede média, com 76 nós, sendo que 55% deles já se encontram fora da comunidade, o que auxilia o acesso a bens, serviços e perspectivas. O entrevistado possui renda de R\$ 1.200,00, sendo que sua esposa também trabalha, de tal forma que a renda per capita em sua residência é de R\$ 600,00, uma das maiores verificadas na pesquisa com indivíduos em situação de vulnerabilidade. Através do diagrama fica mais fácil verificar a existência de vínculos externos à comunidade (nós com a coloração azul) e que estes estão bem distribuídos entre as esferas de família, amizade e trabalho.

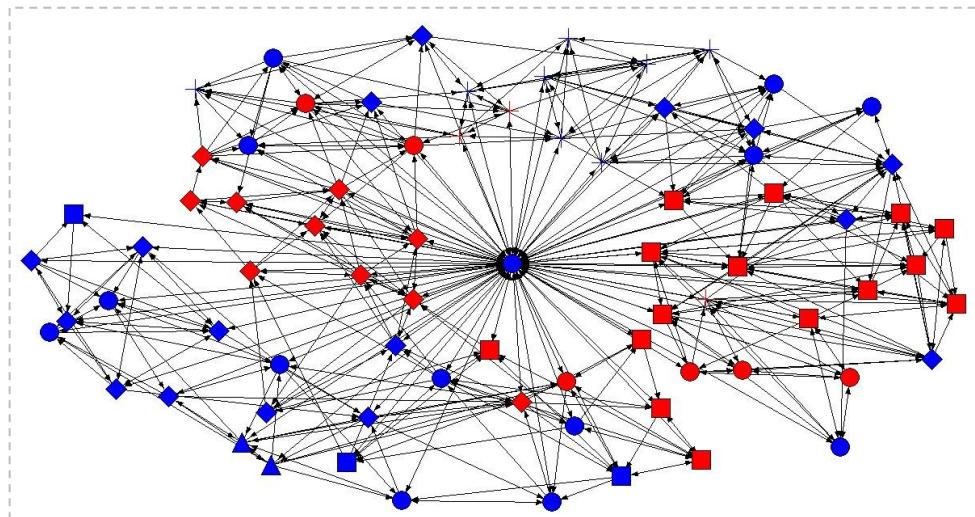


Figura 49 – Diagrama de rede do entrevistado nº 39.

Vamos agora relacionar as redes e suas características com a variável renda:

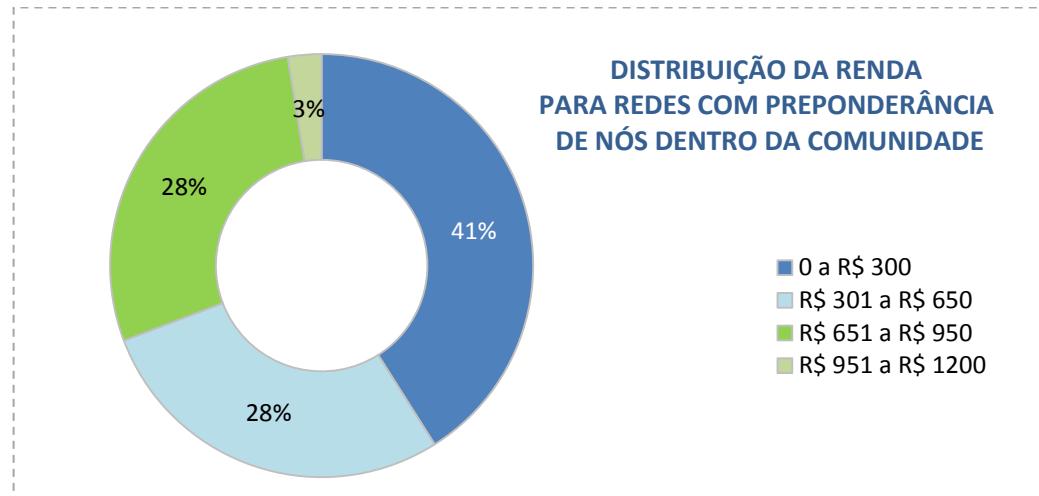


Figura 50 – Distribuição de renda para redes com preponderância de nós locais.

Para os indivíduos cuja sociabilidade está baseada na própria comunidade ou em áreas próximas à mesma, verificou-se que 41% dos entrevistados possuem renda mensal não superior a R\$ 300,00, seguidos por 28% que possuem renda mensal entre R\$ 651,00 e R\$ 950,00 e 18% com renda entre R\$ 301,00 e R\$ 650,00. De tal forma, tem-se que 97% dos entrevistados possuem renda inferior a R\$ 950,00.

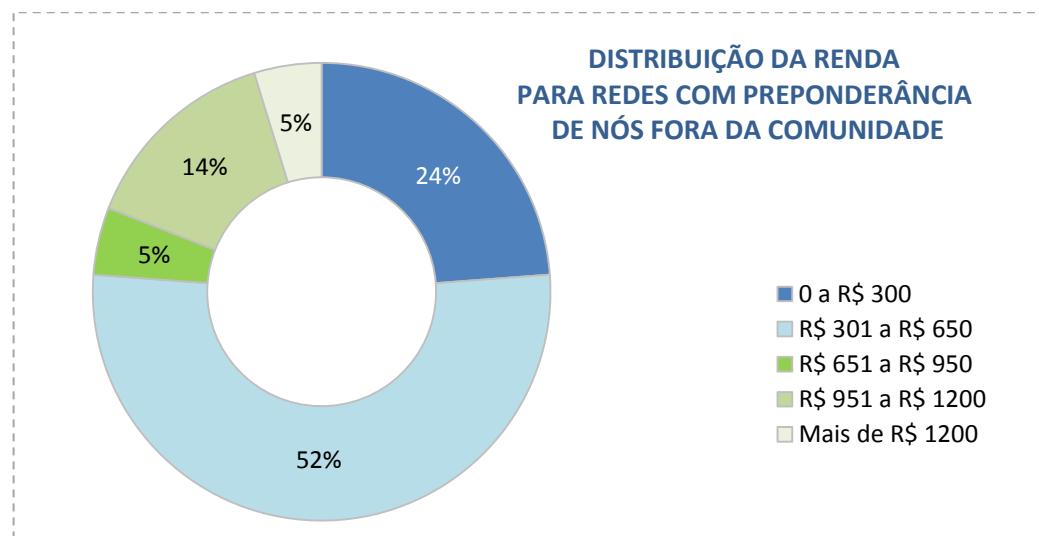


Figura 51 – Distribuição de renda para redes com preponderância de nós externos.

Quando comparada a renda dos entrevistados cuja sociabilidade é focada fora da comunidade, verificou-se que 24% dos entrevistados possuem renda inferior a R\$ 300,00 e que pouco mais da metade (52%) dos entrevistados possuem renda entre R\$ 301,00 e R\$ 650,00. Também foi neste grupo que se verificou as maiores rendas. Por fim, como pode ser observado no gráfico abaixo, a renda média daqueles indivíduos cuja rede é pouco local é cerca de 50% superior aos entrevistados cuja rede de contatos é fortemente local.

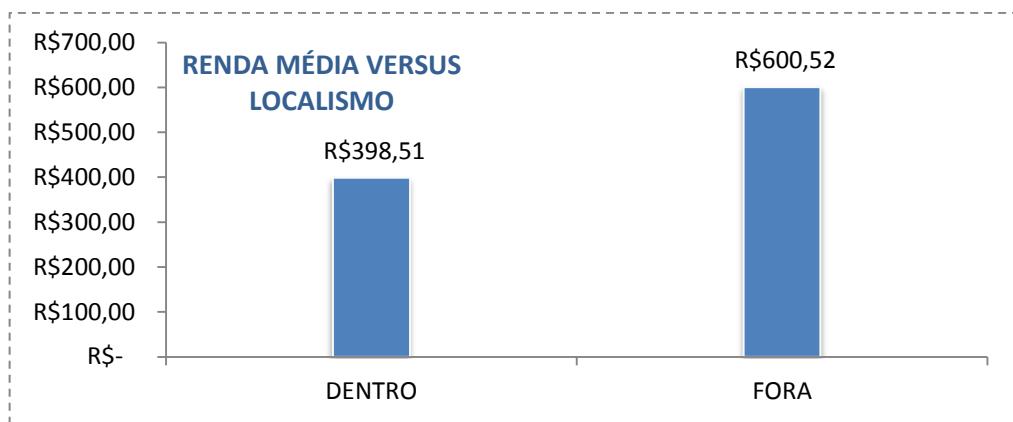


Figura 52 – Renda média versus localismo.

Já quando se comparou a renda com o tamanho das redes, verificou-se que naquelas de tamanho pequeno, 44% dos entrevistados estavam desempregados ou com renda inferior a R\$ 300,00. Com renda variando entre R\$ 301,00 a R\$ 650,00 encontramos 32% dos entrevistados e 18% com renda variando entre R\$ 651,00 e R\$ 950,00. Apenas 6% dos entrevistados possuía renda maior que R\$ 950,00.

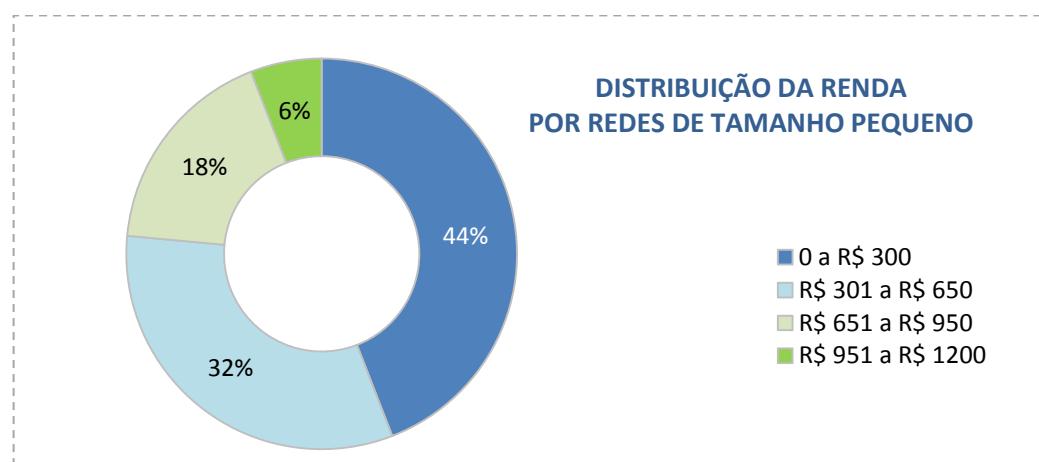


Figura 53 – Distribuição de renda para redes de tamanho pequeno.

Para as redes de tamanho médio, temos que 22% dos entrevistados estavam desempregados ou com renda inferior a R\$ 300,00, 48% com renda entre R\$ 301,00 a R\$ 650,00 e 22% com renda variando entre R\$ 651,00 e R\$ 950,00. Nesta amostra já se observou que um dos entrevistados possuía renda superior a R\$ 1200,00.

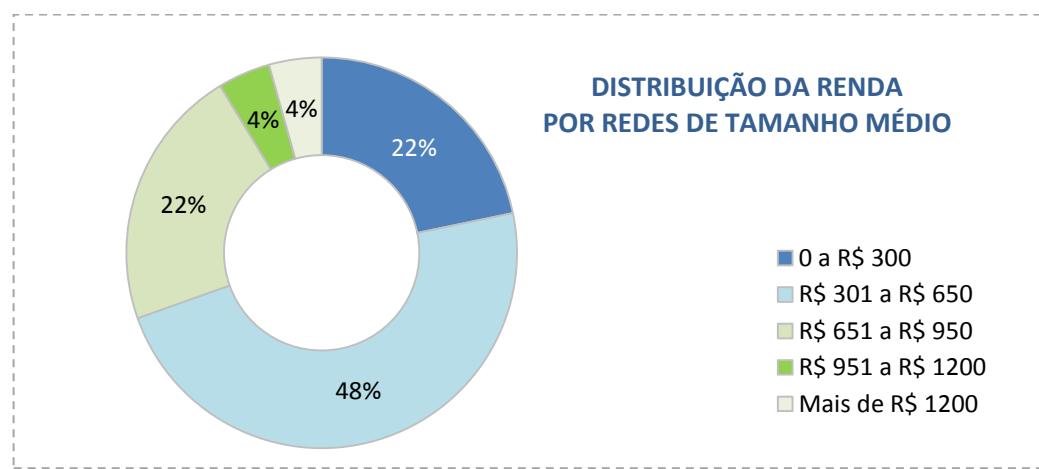


Figura 54 – Distribuição de renda para redes de tamanho médio.

Para as redes de tamanho grande, verificou-se uma distribuição uniforme entre as três faixas iniciais de renda, sendo que se obteve uma resposta (33%) para cada faixa.

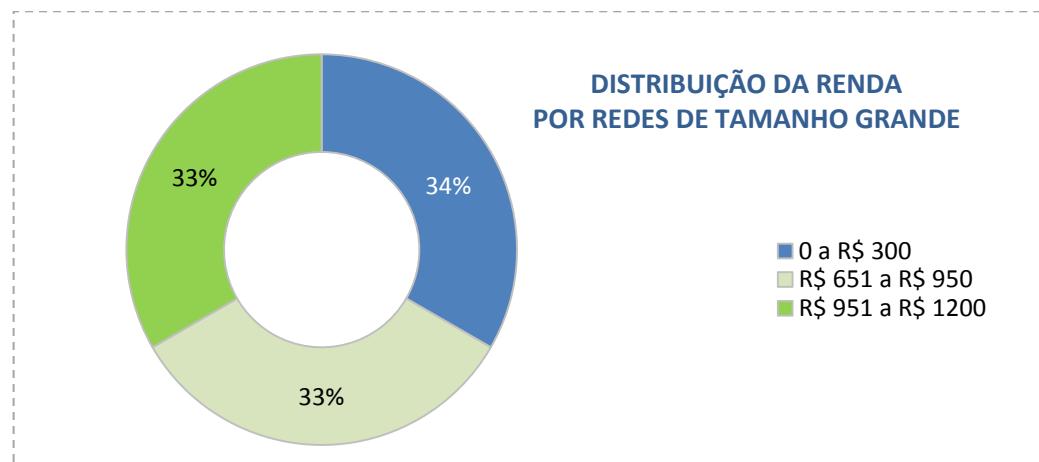


Figura 55 – Distribuição de renda para redes de tamanho grande.

Quando se compara a renda média dos entrevistados com os tamanhos de suas redes, obtém-se o gráfico a seguir, o qual mostra que a renda daqueles indivíduos cuja rede é de tamanho médio, supera em 55% a renda daqueles cuja rede é pequena. Por outro lado, não se verificou incremento de renda para os indivíduos com grandes redes em comparação com aqueles de tamanho mediano.

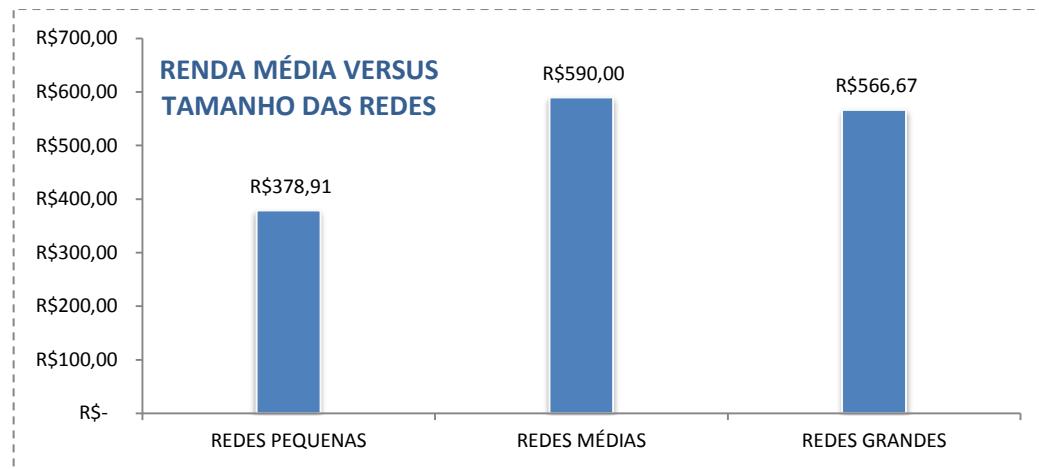


Figura 56 – Renda média versus tamanho das redes.

Contudo, se excluirmos dessa análise aqueles indivíduos que estão sem emprego e analisarmos somente a renda média dos empregados, verificamos que a renda média dos indivíduos com redes grandes supera a renda média daqueles cuja rede é de médio tamanho.

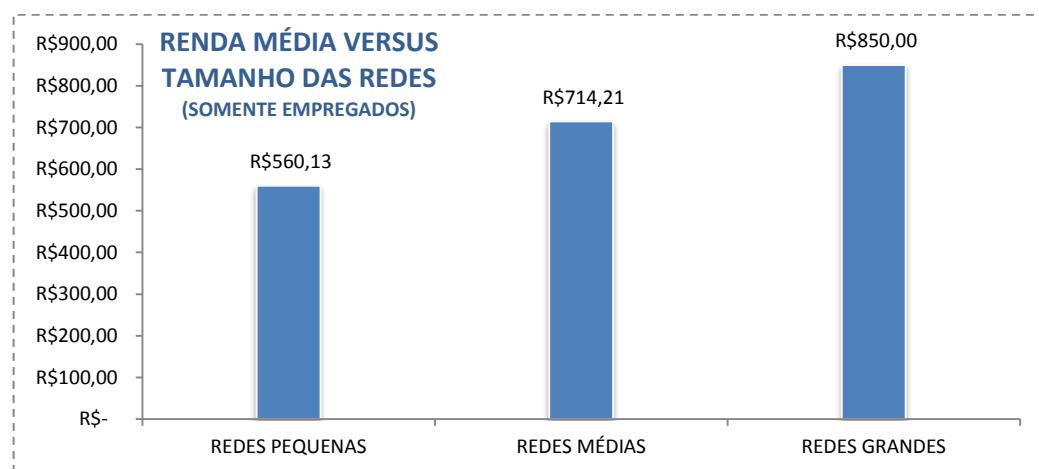


Figura 57 – Renda média versus tamanho das redes, excluindo os desempregados.

O próximo gráfico faz uma correlação entre o número de nós das redes dos indivíduos pesquisados e suas rendas. Embora tenha alguns pontos que destoem do comportamento esperado, há uma linha de tendência que mostra que quanto maior a quantidade de nós de uma rede, maior é a renda. Fazendo uma regressão linear simples, tem-se que para cada nó adicionado à rede, há um incremento de R\$ 6,91 na renda.

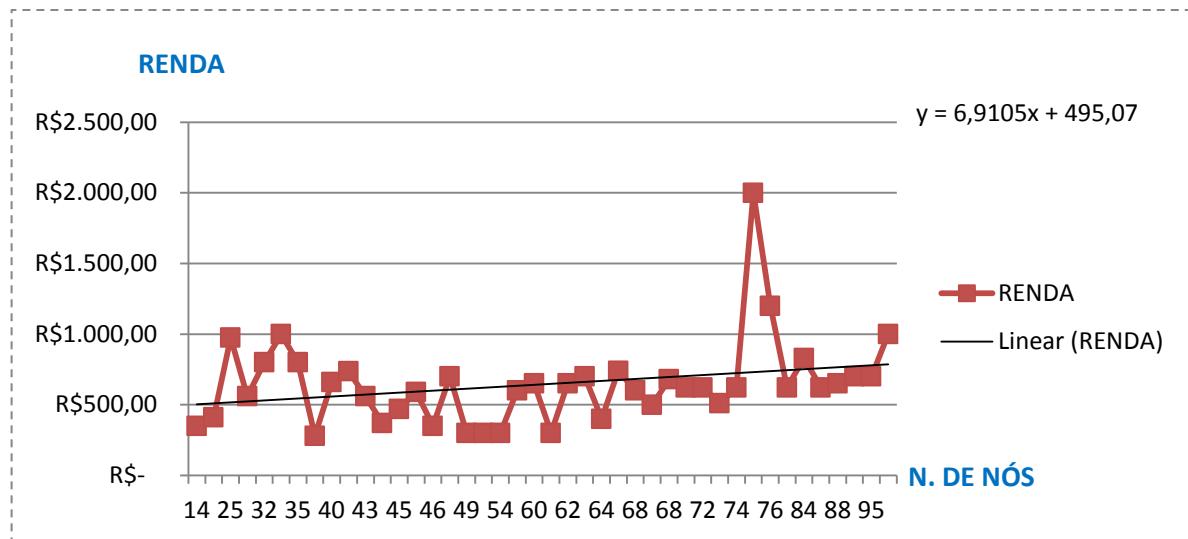


Figura 58 – Evolução da renda em comparação com o número de nós das redes.

Há um dos pontos do gráfico que localiza-se bastante fora da linha de tendência. Trata-se do entrevistado n. 29, um jovem de 25 anos que reside sozinho na comunidade Frei Damião. O entrevistado possui ensino fundamental incompleto e trabalha como pedreiro/pintor de forma autônoma. Analisando os atributos individuais do entrevistado, não seria possível predizer que a sua renda seria uma das maiores identificadas, porém, ao se analisar a sua rede social, verifica-se que a mesma possui boa parte de vínculos situados fora da comunidade (menor localismo) e que seus vínculos na maior parte são distribuídos entre a esfera familiar, mas também entre a esfera do trabalho, o que auxilia a diminuir a homofilia.

Além desta correlação com a renda, buscou-se averiguar qual o impacto que o tamanho das redes também exercia impacto na qualidade de vida dos entrevistados de uma forma mais ampliada. Para tanto criou-se um indicador - aqui

chamado de IDESAG -, o qual foi composto pelas seguintes variáveis, classificações e notas:

ESCOLARIDADE	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NENHUMA	0
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	0,3
FUNDAMENTAL COMPLETO	0,6
MÉDIO INCOMPLETO	0,9
MÉDIO COMPLETO	1,2
SUPERIOR INCOMPLETO	1,5
SUPERIOR COMPLETO	1,8

POSSE DE VEÍCULO	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
MOTO	0,5
CARRO	1

ATIVIDADES DE LAZER	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
POSSUI	1

SISTEMA DE ESGOTO	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
POSSUI	1

ACESSO A MÉDICO	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
POSTO DE SAÚDE	0,5
CONVÊNIO	1
PARTICULAR	1,5

EMPREGO	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
INFORMAL	1
FORMAL	2

RENDA	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
0 a R\$ 300	0
R\$ 301 a R\$ 650	0,4
R\$ 651 a R\$ 950	0,8
R\$ 951 a R\$ 1200	1,2
R\$ 1201 a R\$ 1500	1,6
MAIS DE R\$ 1501	2

ÁGUA ENCANADA	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
POSSUI	1

SISTEMA DE COLETA DE LIXO	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
POSSUI	1

ACESSO A DENTISTA	
CLASSIFICAÇÃO	NOTA
NÃO POSSUI	0
POSTO DE SAÚDE	0,5
CONVÊNIO	1
PARTICULAR	1,5

De posse destes critérios, o cálculo do índice geral de cada entrevistado foi dado pela ponderação de todas as notas, conforme segue:

$$\text{IDESAG} = \frac{\sum(\text{Notas dos critérios})}{\text{Nota máxima (13,8)}}$$

Nota máxima (13,8)

Ao traçarmos um gráfico tendo no eixo das ordenadas o índice obtido pelos entrevistas e no eixo das coordenadas o número de nós, obtemos o gráfico a seguir:

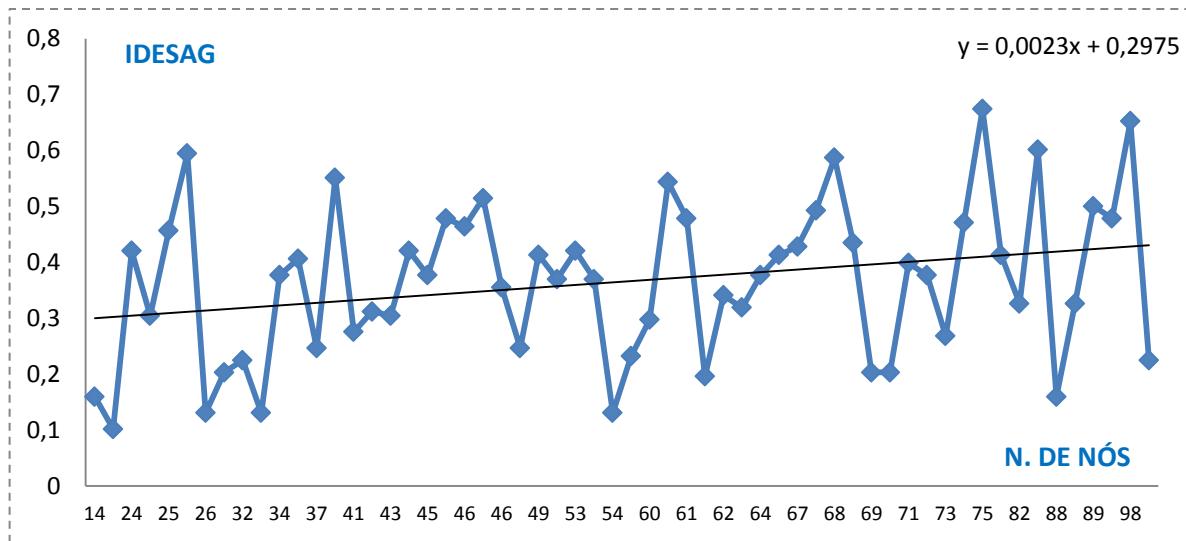


Figura 59 – Relação do IDESAG com o número de nós das redes.

Neste gráfico observa-se uma correlação positiva entre o número de nós e o IDESAG. De acordo com a equação de reta obtida, tem-se que para cada novo nó, há um incremento de aproximadamente 0,2% no índice. Pode parecer pouco, porém, ao considerarmos que o gráfico intercepta o eixo das ordenadas (eixo Y) no valor de 0,2975,⁴ temos que o incremento de um nó eleva este índice base em 0,77%, de tal forma que a cada 13 nós há um incremento de 10% do índice base.

Quando se analisa o impacto do nível de escolaridade na renda dos entrevistados, não houve a aderência comumente esperada entre as duas variáveis (quanto maior a escolaridade, maior a renda). Não se quer traçar nenhuma conclusão com os resultados obtidos, porém, verificou-se que as maiores rendas

⁴ Pela equação obtida, este seria o valor do IDESAG quando o número de nós fosse igual a zero.

localizam-se nos indivíduos com menor escolaridade, mas com redes maiores e menos localizadas.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

	0 a R\$ 300,00	R\$ 301,00 a R\$ 650,00	R\$ 651,00 a R\$ 950,00	R\$ 951,00 a R\$ 1200,00	+ de R\$ 1200,00
NENHUM ESTUDO	-	-	33%	67%	-
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	35%	42%	15%	4%	4%
FUNDAMENTAL COMPLETO	31%	31%	31%	6%	-
MÉDIO INCOMPLETO	57%	43%	-	-	-
MÉDIO COMPLETO	43%	43%	14%	-	-
SUPERIOR INCOMPLETO	-	-	100%	-	-

Tabela 06 - Distribuição de renda por nível de escolaridade.

4.2. INDIVÍDUOS DE CLASSE MÉDIA

A pesquisa com indivíduos de classe média foi realizada, tendo como base de entrevistados conhecidos próximos do pesquisador. Foram entrevistadas 25 pessoas, sendo que os principais critérios socioeconômicos podem ser vistos abaixo:

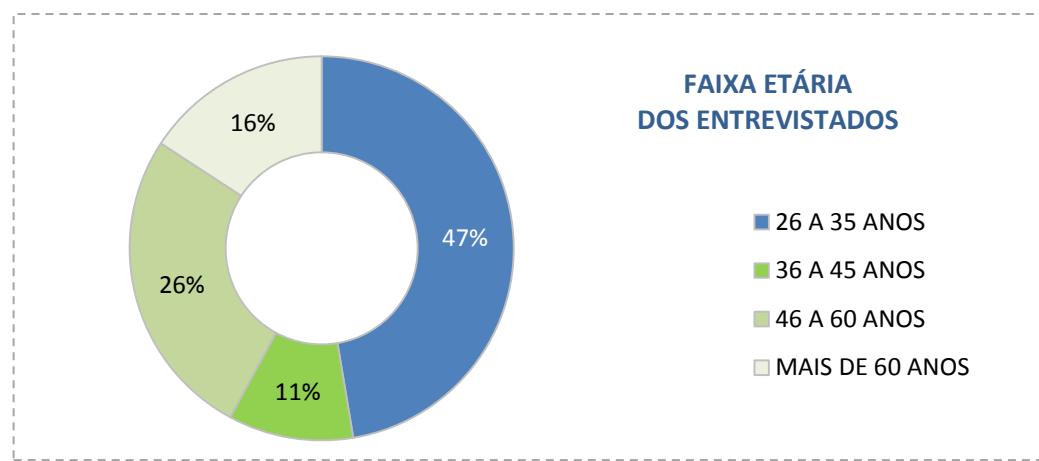


Figura 60 – Faixa etária dos entrevistados de classe média.

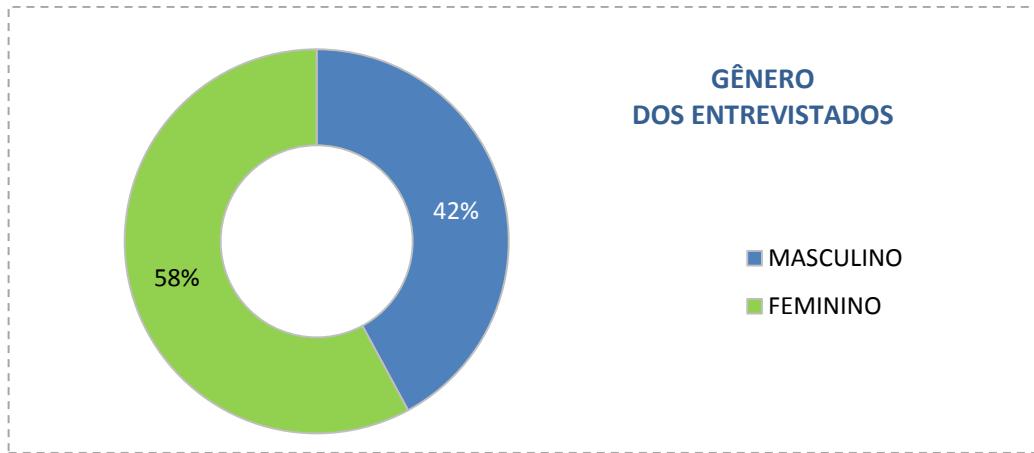


Figura 61 – Gênero dos entrevistados de classe média.

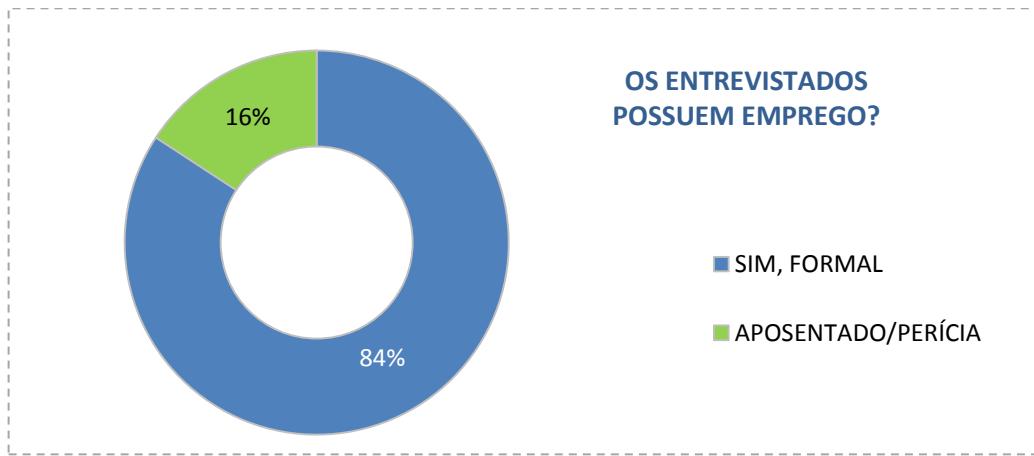


Figura 62 – Empregabilidade dos entrevistados de classe média.

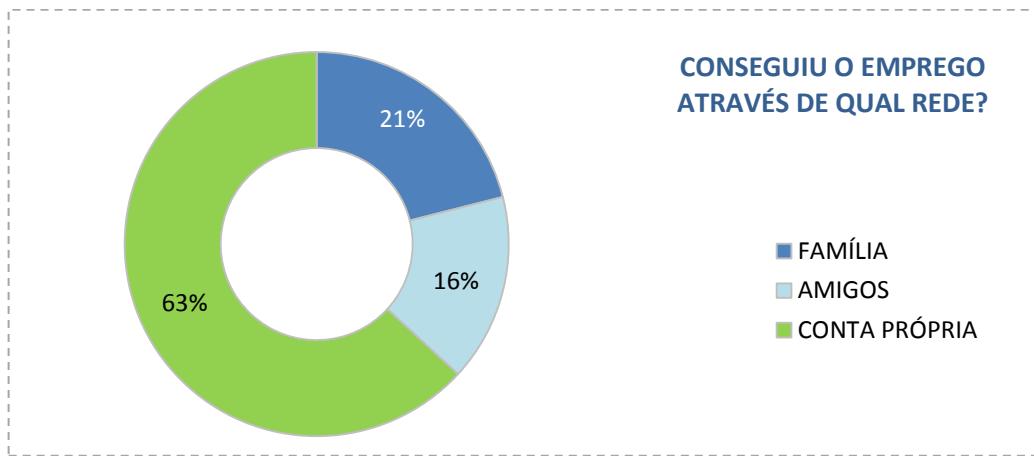


Figura 63 – Através de qual rede os entrevistados de classe média conseguiram seus empregos.

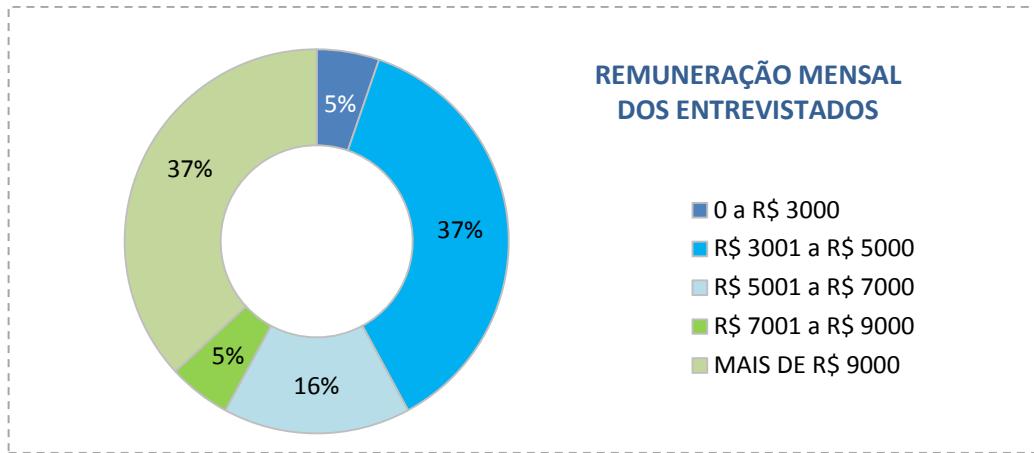


Figura 64 – Remuneração mensal dos entrevistados de classe média.

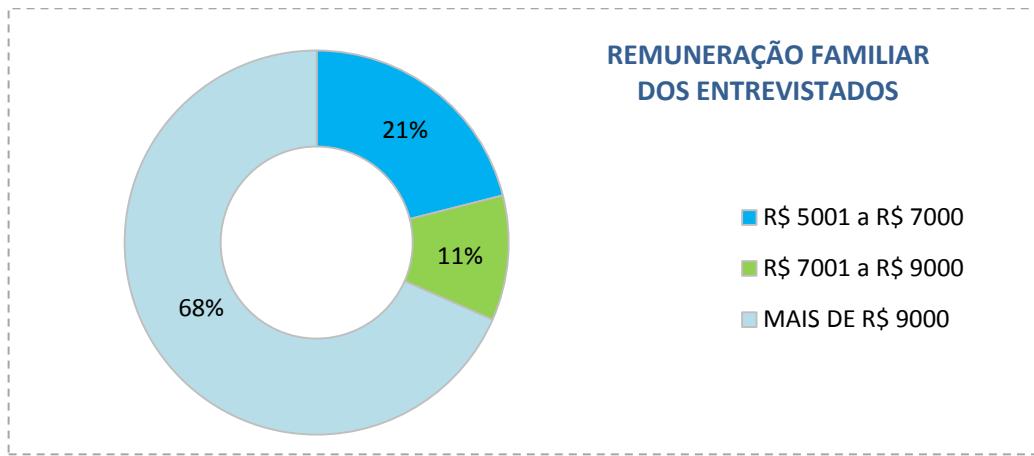


Figura 65 – Remuneração mensal familiar dos entrevistados de classe média.

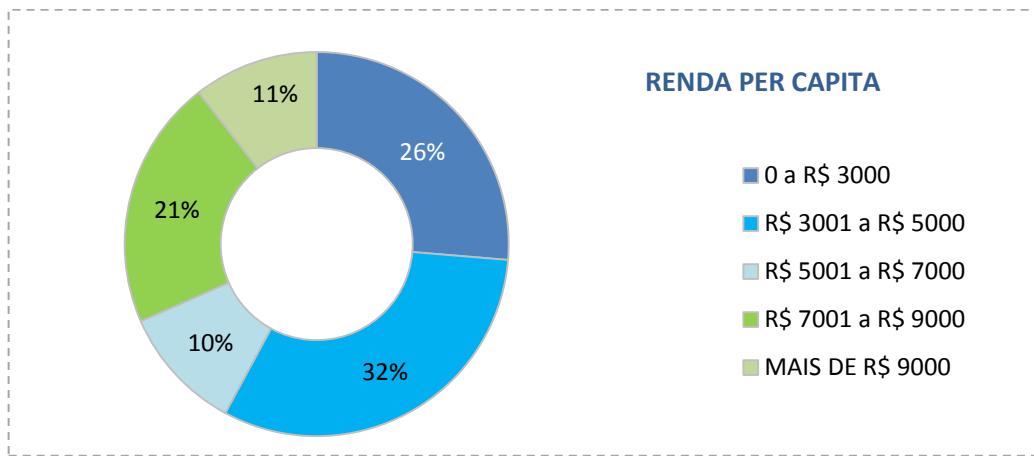


Figura 66 – Renda per capita dos entrevistados de classe média.

A renda média dos entrevistados foi de R\$ 7.821,05. Quando se analisa a renda familiar per capita dos entrevistados, verifica-se que 26% possuem renda per capita abaixo de R\$ 3.000,00, 32% possuem renda entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00, 10% possuem renda entre R\$ 5.001,00 e R\$ 7.000,00, 21% possuem renda entre 7.001,00 e R\$ 9.000,00 e 11% com renda superior a R\$ 9.000,00. Esta concentração de indivíduos com renda per capita elevada pode ser explicada pelo fato de que os indivíduos entrevistados ou possuíam filhos adultos e que não mais dependiam de suas rendas ou tratavam-se de indivíduos casados, porém, sem dependentes. Sobre a obtenção de emprego, verificou-se que 63% dos entrevistados conseguiram emprego por conta própria, 21% através da família e 16% através de amigos.

Além das informações que podem ser obtidas pelos gráficos anteriores, vale destacar que todos os entrevistados possuíam nível superior e que em relação aos filhos, todos aqueles em idade escolar estavam frequentando escola ou faculdade. A totalidade dos entrevistados possuía alguma atividade de lazer, porém, essa esfera praticamente não possui e tampouco adicionou vínculos às redes de contatos, uma vez que as atividades de lazer são realizadas em sua grande maioria com pessoas da própria família. Outro ponto de destaque é que 84% dos entrevistados dizem possuir alguma religião, porém, apenas 8% se consideram praticantes.

Por meio da tabulação dos dados referentes às redes e esferas de sociabilidade dos entrevistados de classes média e alta, as seguintes características foram encontradas:

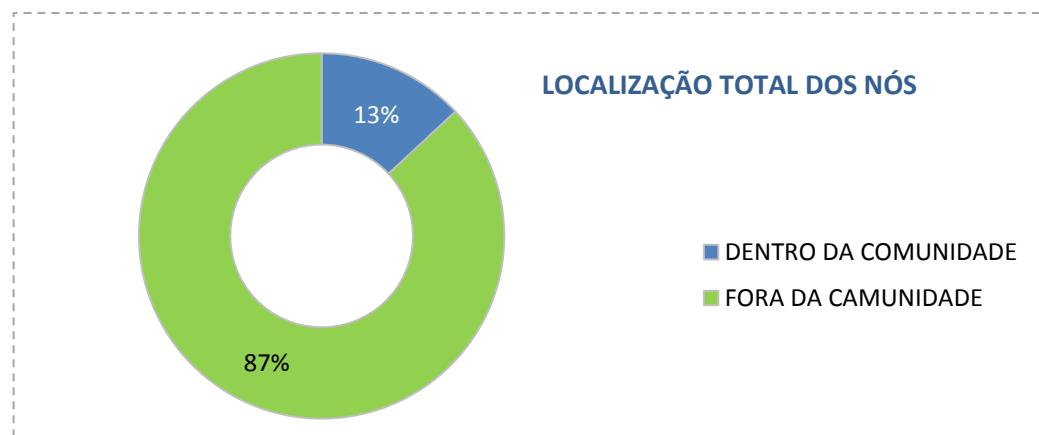


Figura 67 – Localização total dos nós dos entrevistados de classe média.

Muito diferente da distribuição de nós dos indivíduos que estão em situação de sócio vulnerabilidade, 87% dos nós da classe média encontrou-se fora da comunidade em que os entrevistados residem. Isto lhes habilita melhor acesso a informações e serviços, enquanto que os indivíduos vulneráveis encontram-se segregados.

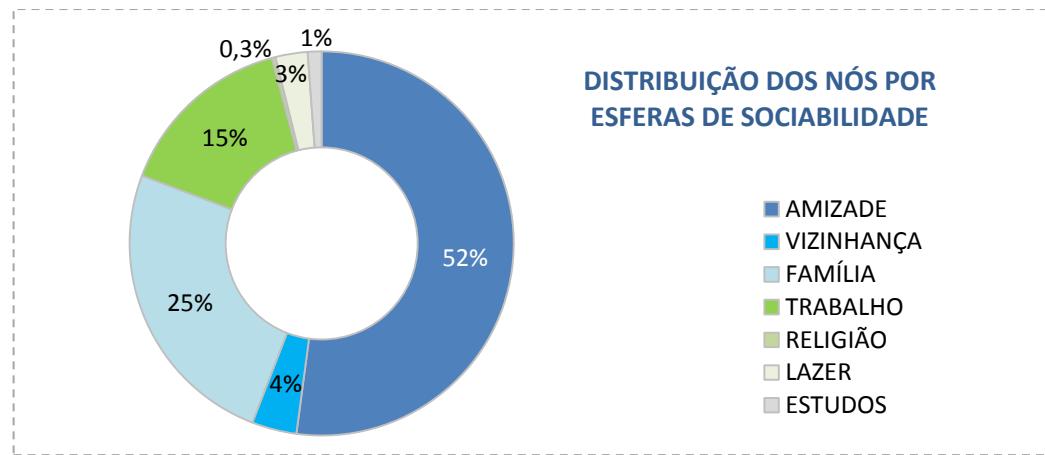


Figura 68 – Distribuição dos nós por esferas de sociabilidade dos entrevistados de classe média.

Quando se analisa a distribuição dos nós pelas esferas de sociabilidade, verifica-se a predominância das esferas de amizade (52%), família (25%) e trabalho (15%). Já quando se faz a análise dos contextos de entrada destes nós, a esfera dominante é a familiar, respondendo por 38% do total de vínculos, sendo seguida pelas esferas do trabalho e amizade, com 27% e 15%, respectivamente.

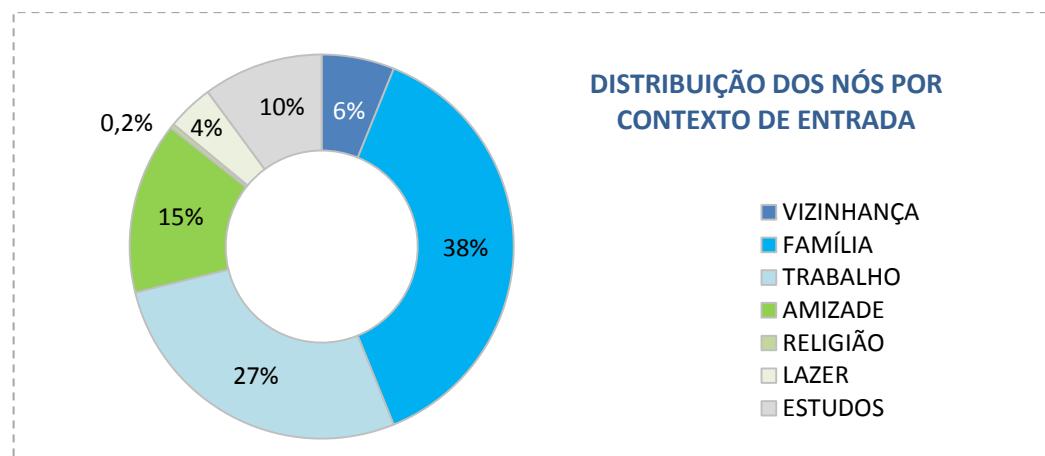


Figura 69 – Distribuição dos nós por contextos de entrada dos entrevistados de classe média.

Deixando de analisar os números totais, mas verificando quais as esferas de sociabilidade preponderantes, temos que 92% dos entrevistados tem na amizade a principal esfera de sociabilidade, sendo complementados por 8% que tem na família e no trabalho as principais esferas.

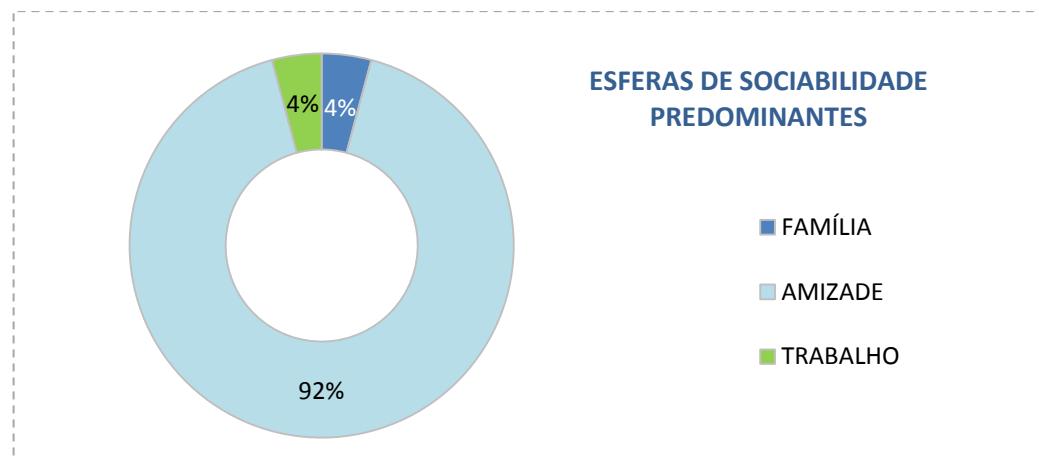


Figura 70 – Esferas de sociabilidade predominantes nos entrevistados de classe média.

Sobre as principais esferas para a obtenção de novos contatos (contexto de entrada), a família se mostrou como predominante, com 76%, sendo seguida pela esfera do trabalho com 20% e a esfera da amizade com 4%.

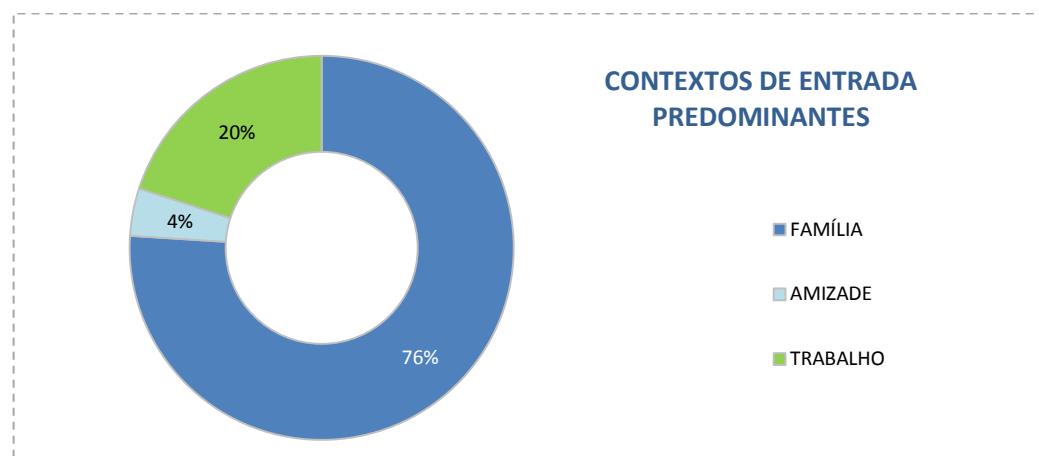


Figura 71 – Contextos de entrada predominantes nos entrevistados de classe média.

Embora apenas 20% entrevistados tenham dito que o trabalho foi a principal esfera para a obtenção de novos contatos/nós, o mesmo aparece como a segunda

esfera mais importante para outros 36% dos entrevistados, como pode ser visto abaixo:

PRINCIPAL CONTEXTO DE ENTRADA			
	1 ^a COLOCAÇÃO	2 ^a COLOCAÇÃO	3 ^a COLOCAÇÃO
ENTREVISTADO 01	FAMÍLIA	TRABALHO	VIZINHANÇA
ENTREVISTADO 02	FAMÍLIA	TRABALHO	AMIZADE
ENTREVISTADO 03	TRABALHO	FAMÍLIA	VIZINHANÇA
ENTREVISTADO 04	FAMÍLIA	AMIZADE	TRABALHO
ENTREVISTADO 05	FAMÍLIA	TRABALHO	-
ENTREVISTADO 06	FAMÍLIA	AMIZADE	TRABALHO
ENTREVISTADO 07	FAMÍLIA	TRABALHO	ESTUDOS
ENTREVISTADO 08	FAMÍLIA	AMIZADE	TRABALHO
ENTREVISTADO 09	FAMÍLIA	TRABALHO	AMIZADE
ENTREVISTADO 10	FAMÍLIA	TRABALHO	AMIZADE
ENTREVISTADO 11	TRABALHO	FAMÍLIA	ESTUDOS
ENTREVISTADO 12	FAMÍLIA	ESTUDOS	AMIZADE
ENTREVISTADO 13	FAMÍLIA	ESTUDOS	AMIZADE
ENTREVISTADO 14	FAMÍLIA	ESTUDOS	TRABALHO
ENTREVISTADO 15	AMIZADE	FAMÍLIA	TRABALHO
ENTREVISTADO 16	TRABALHO	FAMÍLIA	AMIZADE
ENTREVISTADO 17	FAMÍLIA	AMIZADE	ESTUDOS
ENTREVISTADO 18	FAMÍLIA	TRABALHO	ESTUDOS
ENTREVISTADO 19	FAMÍLIA	AMIZADE	TRABALHO
ENTREVISTADO 20	TRABALHO	FAMÍLIA	VIZINHANÇA
ENTREVISTADO 21	FAMÍLIA	AMIZADE	TRABALHO
ENTREVISTADO 22	TRABALHO	FAMÍLIA	AMIZADE
ENTREVISTADO 23	FAMÍLIA	AMIZADE	ESTUDOS
ENTREVISTADO 24	FAMÍLIA	TRABALHO	ESTUDOS
ENTREVISTADO 25	FAMÍLIA	TRABALHO	AMIZADE

Tabela 07 – Principais contextos de entrada para indivíduos de classe média.

Vale ressaltar que em nenhum momento a esfera de estudos aparece com predominância ou destaque. Porém, tal fato não quer explicitar que esta esfera não seja importante, uma vez que é a mesma que propiciou aos entrevistados melhores empregos, os quais, por sua vez, impactaram na obtenção de novos contatos/nós.

Constatou-se que 75% dos entrevistados possuíam redes de tamanho grande, seguidos por 17% cujas redes eram de tamanho pequeno e 8% cujas redes eram de tamanho médio.

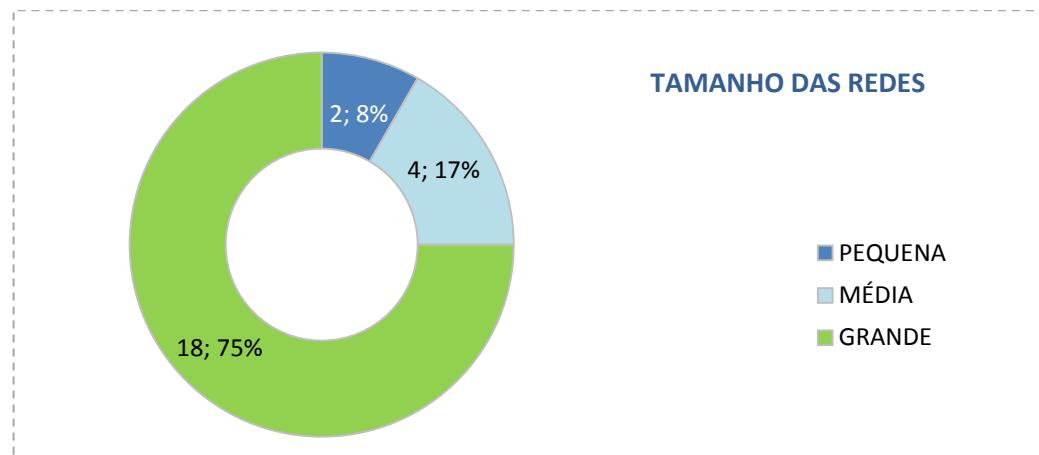


Figura 72 – Tamanhos das redes dos entrevistados de classe média.

Sobre esta presença de entrevistados com rede pequena, tem-se como justificativa que os mesmos eram pessoas com faixa etária próxima de 60 anos e que já estavam aposentados, o que acabou por reduzir significativamente o números de seus contatos/nós, principalmente aqueles relacionados à esfera do trabalho.

Abaixo, como exemplo de um diagrama de rede de indivíduos de classe média, temos a rede do entrevistado nº 69, a qual possui 112 nós, sendo que 86% dos mesmos encontram-se fora da sua região de domicílio. A maior parcela dos seus vínculos situa-se na esfera da amizade (52%), sendo que este entrevistado conseguiu o emprego atual através desta esfera. Como maior contexto de entrada para seus vínculos encontra-se a esfera familiar, sendo seguida pela esfera do trabalho. O diagrama auxilia a visualizar como a rede deste entrevistado distoa daquelas apresentadas para os indivíduos mais vulneráveis. São poucos os nós de coloração vermelha (vínculos locais) e há um considerável número de nós relacionados à esfera da amizade (losangos).

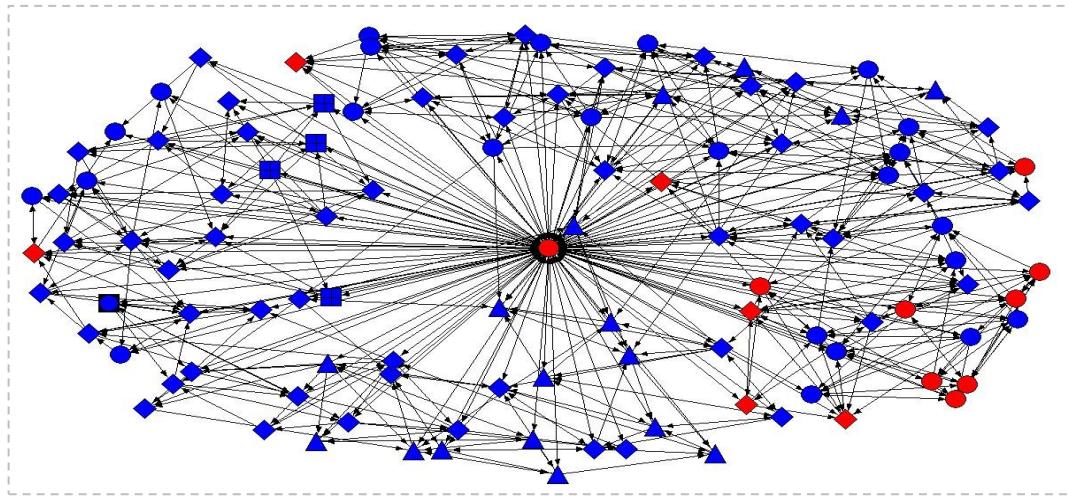


Figura 73 – diagrama de rede do entrevistado nº 69.

Quando se compara a renda média dos entrevistados com os tamanhos de suas redes, verificamos pelo gráfico abaixo que os indivíduos com as maiores redes têm de fato as maiores rendas. Diferentemente do esperado, verificou-se que os indivíduos com redes pequenas possuem renda média superior àqueles de rede de tamanho médio. Contudo, isso pode ser explicado pelo fato de que os indivíduos com redes pequenas tratavam-se de pessoas aposentadas, as quais não mantinham mais contato com antigos colegas e tampouco se dispunham a fazer novos contatos.

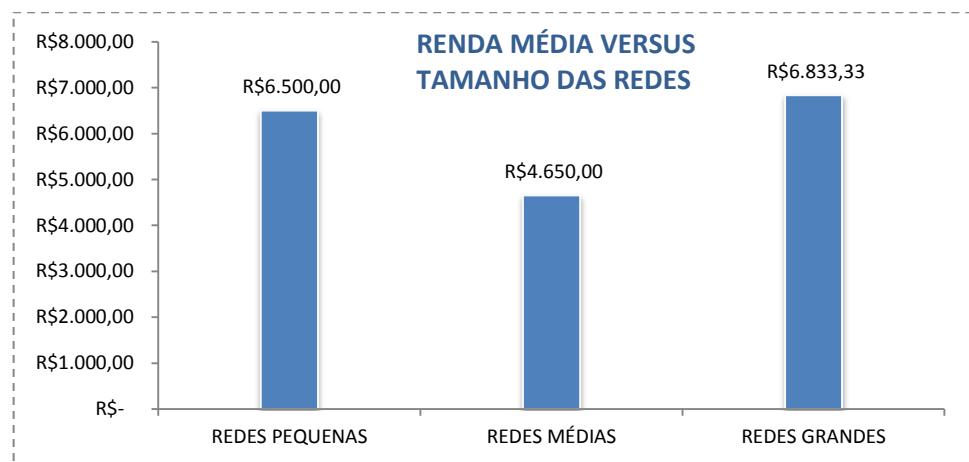


Figura 74 – Renda média versus tamanhos das redes para a classe média.

Mesmo com um menor número de pesquisas e com um gráfico bastante irregular, ao se estabelecer um gráfico que comparara o número de nós dos

entrevistados com suas rendas individuais, verifica-se também que na classe média as variáveis “número de nós da rede” e “renda” possuem uma correlação positiva, sendo que para cada nó adicionado à rede, há um incremento de R\$ 427,72 na renda.

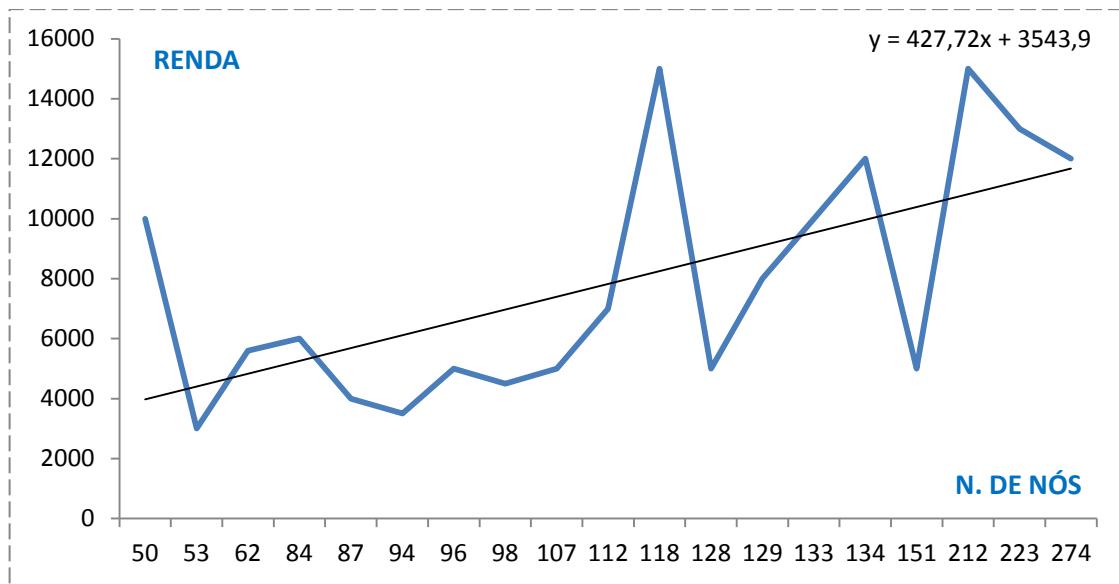


Figura 75 – Evolução da renda em comparação com o número de nós das redes dos entrevistados de classe média.

5. ANÁLISE

5.1. COMPARATIVO ENTRE AS REDES

Corroborando com o referencial teórico e com as pesquisas já efetuadas, quando se compara as redes dos indivíduos de classe média com as redes dos indivíduos em situação de pobreza, verifica-se que estas são menores e mais locais. As redes de indivíduos de classe média possuem uma maior quantidade de vínculos com pessoas de fora do local de moradia, o que acarreta na sociabilidade da classe média ser muito menos associada à vizinhança, lhe permitindo maior acesso a oportunidades. Caracterizam-se assim as *bridging ties* (vínculos que efetivam relações entre grupos distintos). Por sua vez o localismo das redes dos indivíduos em situação de pobreza aumenta a homogeneidade dos vínculos e pode representar uma barreira ao acesso de informações, serviços e oportunidades, limitando o mundo social.

Na pesquisa com indivíduos em condições de vulnerabilidade, foi observado que a maior parte (55%) dos nós localiza-se dentro das comunidades pesquisadas, o que indica segregação e homofilia. De todos os 60 entrevistados deste grupo, 38 apresentaram redes com predominância de nós localizados dentro das próprias comunidades. Também se encontrou que a maior parte das redes era de pequeno tamanho, seguidas pelas de tamanho médio e grande respectivamente. Tal fato ajuda a elucidar o ciclo vicioso da pobreza, uma vez que é custoso criar e manter vínculos.

No que tange às esferas de sociabilidade, 37% dos entrevistados tinham na vizinhança a principal esfera, o que também corrobora que é mais barato – monetariamente e em termos de esforço empreendido - e fácil manter vínculos com pessoas da própria comunidade, aumentando assim a segregação e a dificuldade à mobilidade social. Para os indivíduos cuja sociabilidade está baseada na própria comunidade ou em áreas próximas à mesma, verificou-se que 41% dos entrevistados possuem renda mensal não superior a R\$ 300,00, seguidos por 28% que possuem renda mensal entre R\$ 651,00 e R\$ 950,00 e 18% com renda entre R\$ 301,00 e R\$ 650,00.

Como comparativo, a renda dos entrevistados cuja sociabilidade é focada fora da comunidade, encontrou-se que apenas 24% dos entrevistados possuíam renda inferior a R\$ 300,00 e que pouco mais da metade (52%) dos entrevistados possuem renda entre R\$ 301,00 e R\$ 650,00. Também foi neste grupo que se encontrou as maiores rendas. Como se constatou, a renda média dos indivíduos cuja rede era pouco local foi cerca de 50% superior aos entrevistados cuja rede de contatos era fortemente local.

No que tange ao impacto do tamanho das redes na variável renda, também se encontrou uma correlação positiva, ou seja, quanto maior a rede, maior a renda auferida. De modo geral, a renda média dos indivíduos com redes pequenas foi de R\$ 560,13, para os indivíduos de rede média a renda foi de R\$ 714,21 e para os indivíduos com redes grandes a renda média encontrada foi de R\$ 850,00.

Diferentemente dos entrevistados que estavam em situação de sócio vulnerabilidade, 87% dos nós da classe média encontravam-se fora da comunidade em que os entrevistados residem. Isto lhes habilita melhor acesso a informações e serviços (GRANOVETTER, 1973), enquanto que os indivíduos vulneráveis encontram-se segregados. Constatou-se que 75% dos entrevistados possuíam redes de tamanho grande, seguidos por 17% cujas redes eram de tamanho pequeno e 8% cujas redes eram de tamanho médio. Sobre a distribuição dos nós, verificou-se que apenas 4% deles referiam-se à esfera de sociabilidade da vizinhança, percentual bastante diferente daquele constatado com os indivíduos mais vulneráveis. Sobre a renda, pode-se dizer que a dos entrevistados de classe média foi significativamente superior a dos indivíduos sócio-vulneráveis.

	SÓCIO-VULNERÁVEIS	CLASSE MÉDIA
NÚMERO MÉDIO DE NÓS	54	122
% DE NÓS LOCAIS	54,6%	13,1%
% DE NÓS EXTERNOS	46,4%	86,9%
% DE REDES PEQUENAS	56,7%	16,7%
% DE REDES MÉDIAS	38,3%	8,3%
% DE REDES GRANDES	5,0%	75,0%

PRINCIPAL ESFERA DE SOCIALIZAÇÃO	VIZINHANÇA	AMIZADE
PRINCIPAL CONTEXTO DE ENTRADA	VIZINHANÇA	FAMÍLIA
RENDA MÉDIA	R\$ 639,84	R\$ 7.821,05

Tabela 08 – Comparativo entre os principais resultados das redes de indivíduos vulneráveis e indivíduos de classe média.

5.2. A FERRAMENTA UTILIZADA

A ferramenta utilizada para a identificação das redes sociais foi uma adaptação da utilizada por Soares (2008) na dissertação “Pobreza, segregação e redes sociais: um estudo sobre o impacto da remoção dos moradores da favela Guinle.” Tal ferramenta é útil no tocante à geração de nomes, pois ordena e facilita a lembrança de contatos por parte dos entrevistados, auxiliando para que se obtenha o maior número de nomes possíveis. Após a geração, a ferramenta também é útil ao permitir a classificação dos mesmos, tanto para que se tenha conhecimento sobre qual a esfera de sociabilidade a qual cada nome pertence, como também para identificar qual foi a esfera de sociabilidade que ocasionou a entrada de cada nome na rede social do entrevistado. Por fim, quando habilita o cruzamento dos dados socioeconômicos de cada entrevistado com as características de sua rede, a ferramenta cumpre seu papel de melhor compreender a pobreza através das redes sociais.

Contudo, no decorrer desta pesquisa identificou-se que algumas adequações poderiam ser feitas à ferramenta, de modo que se obtivesse uma melhor compreensão das redes e de seu impacto. Uma das adequações facilmente aplicável seria a inserção da coluna “tipo de relação/auxílio” no Formulário de Rede. Nesta coluna, o entrevistado responderia para cada um dos nomes de sua rede qual o tipo de auxílio que os mesmos já lhe proporcionaram, de modo a melhor identificar se o contato refere-se a um *bonding tie* ou a um *bridging tie*. Seria mais fácil, assim, mensurar o impacto das redes sociais na mobilidade social e no acesso a informações, serviços e oportunidades. Como exemplos, seguem abaixo dois nós

que representariam *bonding ties* (BONT) e outros dois que representariam *bridging ties* (BRIT):

FORMULÁRIO DE REDE (Preenchido a partir dos nomes gerados no FORMULÁRIO SEMENTE)				
Nome	Dentro ou fora da área	Esfera de sociabilidade	Contexto de entrada	Tipo de relação/ auxílio
MARCOS LIRA ⁵	D	VIZINHANÇA	FAMÍLIA	“EMPRÉSTIMO DE FERRAMENTAS”
				“BONT”
CLAUDIA BEZ	D	VIZINHANÇA	FAMÍLIA	CUIDAR DO FILHO ÀS QUARTAS DE MANHÃ
				“BONT”
PAULO GOES	D	AMIZADE	FAMÍLIA	EMPRÉSTIMO DE APTO EM NOVA CIDADE
				“BRIT”
ALLAN DINIZ	F	TRABALHO	AMIZADE	INDICAÇÃO DE EMPREGO
				“BRIT”

Tabela 09 – Adequação ao Formulário de rede da ferramenta utilizada.

Outra restrição da ferramenta utilizada foi a não obtenção de uma “matriz de contatos”. Por meio da geração de nomes e do formulário de rede foi possível verificar as relações existentes entre o ego “pessoa entrevistada” e seus nós, porém, não foi possível identificar a existência de vínculos dos nós entre si. Esta inobservância acabou por não permitir que alguns indicadores da rede fossem gerados, tais como densidade da rede, grau de centralidade, entre outros. Como sugestão para pesquisas futuras, seria interessante obter todos esses cruzamentos.

Outra adequação, e esta seria de maior impacto, é a permuta de um único momento para a coleta de nomes/vínculos para diversos momentos para este registro. Melhor explicando, para cada entrevistado seria entregue um formulário, para que três vezes por semana fossem registrados os contatos estabelecidos no dia e os tipos de relacionamentos obtidos. Esta dinâmica seria estabelecida pelo período de três meses. Essa alteração serviria para identificar os nós com maior

⁵ Os nomes utilizados são todos fictícios.

presença no cotidiano do entrevistado. Como restrições e riscos a este modelo, temos a possível falta de disciplina ou de compreensão dos entrevistados para o registro dos nomes e a “fabricação” de resultados.

Além dos dados já solicitados pela ferramenta atual, o entrevistado informaria qual o tipo de relação estabelecida com o contato e qual a frequência desta: diária (D), semanal (S), mensal (M) ou anual (A). O campo “classificação da relação/auxílio” seria posteriormente preenchido pelo pesquisador.

REGISTRO DE CONTATOS: DIA ____ / ____						
Nome	Dentro ou fora da área	Esfera de sociabilidade	Contexto de entrada	Relação/ auxílio	Frequência do contato	Classificação da relação/auxílio
DONA AUGUSTA	F	AMIZADE	FAMÍLIA	ENSINAR A BORDAR NA COOPERATIVA	S	BRIT
PEDRO (DA PADARIA)	D	VIZINHANÇA	VIZINHANÇA	AQUISIÇÃO DE PÃES	D	BONT
JULIANO BEZ	D	AMIZADE	FAMÍLIA	JOGAR FUTEBOL NOS DOMINGOS	S	BONT
JÚNIOR	D	VIZINHANÇA	VIZINHANÇA	CONERTO DA MOTO	A	BONT

Tabela 10 – Alteração na forma de registro de nomes e características.

O encontro com o entrevistado ocorreria em três momentos, sendo o primeiro para a aplicação do questionário socioeconômico e explicação sobre a ferramenta de registro de nomes. O segundo momento ocorreria após um mês, para verificar se os registros estão sendo feitos corretamente e o terceiro após três meses, com a coleta dos registros e esclarecimento de dúvidas por parte do pesquisador.

Tanto a ferramenta utilizada nesta dissertação, quanto a proposição efetuada, são importantes ao evidenciar que as redes impactam na sociabilidade dos indivíduos e no seu acesso tanto a bens materiais quanto a serviços. Somente por

este fato, instrumentos como este já tem o seu valor, pois podem “abrir os olhos” de estudiosos e técnicos sobre a relevância das redes na mitigação da pobreza.

Uma vez tendo esta compreensão, os gestores poderiam implementar uma maior quantidade de políticas destinadas ao fomento das redes sociais, tais quais a melhor estruturação de centros comunitários, criação de espaços públicos para convivência e criação/manutenção de vínculos, melhoria do transporte público – para facilitar acessos e diminuir a segregação, a remoção de favelas para outras áreas (mais ou menos segregadas), a promoção de intercâmbios entre as comunidades, entre outros. Uma vez implementadas estas políticas, por meio de surveys longitudinais, a aplicação destas ferramentas de ARS permitiriam a comparação entre as redes no tempo T0 (antes da implementação) e no tempo T1 (após a implementação), de modo a verificar quais foram as alterações obtidas e checar os impactos nas condições socioeconômicas dos indivíduos.

6. CONCLUSÕES

Além do mercado, tanto o Estado quanto a sociedade são provedores de recursos e serviços essenciais que compõem as estruturas de oportunidades, as quais, por sua vez, definem o bem-estar dos indivíduos. Assim, a pobreza e a vulnerabilidade poderiam ser compreendidas como ausência de ativos ou renda, mas também como a dificuldade em acessar os recursos materiais e imateriais.

As redes sociais são importantes para a compreensão da pobreza, pois a qualidade destas pode representar um constrangimento ao acesso das estruturas, como também definem o tipo de relação que os indivíduos mantêm com outros indivíduos e organizações. Essas interações podem tanto auxiliar na resolução de problemas cotidianos, como encadear acesso a melhores informações e oportunidades, as quais, por sua vez, desencadeiam melhores condições de vida e também maiores possibilidades de se extrair renda do mercado.

Tem-se então que os tipos de redes estabelecidos impactam na qualidade de vida e também na renda dos indivíduos. Não apenas o seu tamanho, mas também a localização dos nós, as esferas de sociabilidade e os contextos de entrada são importantes condições para que os indivíduos consigam superar condições de segregação e acesso restrito à estrutura de possibilidades. Uma pessoa pode ser considerada mais pobre ou rica de acordo com as redes sociais que estabelece e na qual está imersa, uma vez que elas caracterizam uma maior ou menor possibilidade de acesso a bens e serviços, bem como maiores e melhores contatos e possibilidades de se alcançar uma maior renda.

Por meio das pesquisas realizadas, encontrou-se que as características das redes sociais – quantidade e localização dos nós, principais esferas de sociabilidade, contextos de entrada – variam bastante quando comparadas entre as redes de indivíduos em situação de pobreza e as de indivíduos de classe média. De forma bastante sintética, as redes do primeiro grupo são geralmente menores e com maior localismo e homofilia e também tem como principais esferas de sociabilidade e contextos de entrada, a vizinhança e a família. Por sua vez, as redes dos indivíduos

de classe média são mais amplas, diversas e menos locais, tendo como principais esferas e contextos de entrada, a amizade, a família e o trabalho.

Qualquer política pública tem como pressupostos os estudos e compreensões sobre o fenômeno em análise, sendo que no tocante ao combate à pobreza, a abordagem de redes se mostra como mais uma peça a compor esse mosaico. Neste sentido, alguns estudos nacionais já consideram que as políticas públicas podem tirar proveito das redes sociais em sua implementação, uma vez que algumas redes possuem importante penetração nas comunidades. Sua integração às políticas de Estado faz com que as políticas cheguem de modo mais assertivo aos seus beneficiários, como também ajudam a customizá-las às contingências de cada região.

Além desta integração, pode fazer sentido a criação de políticas para o combate à pobreza que tenham como prerrogativa a criação de certos tipos de vínculos identificados como importantes - menos locais e mais heterofílicos, por exemplo - a este combate. Fomentar redes sociais com maior variabilidade social pode trazer resultados importantes em termos de acesso à estrutura de oportunidade e apoio social.

Segundo esta linha e tendo a ciência da economia dos vínculos - há um custo envolvido na criação e manutenção de vínculos - a redução dos custos de comunicação e a melhoria dos sistemas de transporte e mobilidade urbana são exemplos de políticas públicas que impactam na formação das redes sociais. Vale ressaltar que não se quer dizer que as políticas baseadas nas redes sociais devam substituir aquelas tradicionais, tais como educação, qualificação profissional, transferência de renda, microcrédito, entre outras. Contudo a proposição de novas políticas que considerem mais efetivamente as redes podem surtir efeitos positivos no combate à pobreza.

A ferramenta para análise das redes sociais utilizada cumpriu com a sua finalidade, porém, algumas adequações poderiam ser implementadas para melhor identificar os contatos/vínculos e a qualidade dos mesmos. Tais implementações habilitam uma melhor compreensão do fenômeno da pobreza através das redes

sociais e por consequência, mensurar os impactos de políticas públicas nas características das redes sociais e na sociabilidade dos indivíduos.

O instrumento de pesquisa adaptado e as sugestões propostas a partir dele não serão diretamente utilizados no combate à pobreza, porém, podem auxiliar os gestores na formulação de suas estratégias e políticas de mitigação da pobreza desse complexo fenômeno.

Como proposta de estudos futuros, pode-se conduzir um estudo híbrido, tanto como uma abordagem quantitativa semelhante à efetuada nesta dissertação, porém combinada com um enfoque qualitativo, através de entrevistas de profundidade, procurando conhecer mais a fundo as relações sociais dos entrevistados e como estas são criadas e se reforçam. Tal estudo funcionária como um bom complemento à compreensão dos tipos de vínculos existentes (*bridging e bonding ties*) e de como estes são usados pelos indivíduos..

Com o advento da tecnologia, também pode ser efetuado um estudo que verifique o impacto das redes virtuais (caso exista) no fenômeno da pobreza. Dado que muitas das mobilizações e relacionamentos migraram dos meios físicos (análogicos) para os digitais, tal modernização tende a refletir também no fenômeno multidimensional da pobreza e da segregação.

Por fim, tendo como base um pequeno manual introdutório sobre pobreza e redes sociais, poderia ser feito um estudo fortemente qualitativo junto aos gestores públicos, de modo a elencar quais as compreensões destes sobre o fenômeno da pobreza e se os mesmos comprehendem e concordam com a abordagem de redes para a formulação de políticas públicas. Certamente este seria um estudo interessante e que pode gerar bons *insights* para os governantes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo. In: São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdade sociais. São Paulo, Editora Senac, 2005.
- BABBIE, E. Métodos de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- BICHIR, R. Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2006.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodologica . 5. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.
- CARPIM, T. R. Pa. **Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas:** o programa Santo André Mais Igual. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- CARVALHO, M. C. B. A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos. Rede de Informações do Terceiro setor, Rio de Janeiro, abr. 2003.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, M. L. G. Avaliação de Políticas e Programas Sociais. Caderno de Pesquisa n. 12. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP – UNICAMP, 1989.
- FONTES, B.; MARTINS, P. H. (org.). Redes Sociais e Saúde – novas possibilidades teóricas. Recife, Ed. UFPE, 2003.
- GIL, A. C., Métodos e técnicas de pesquisa social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GODBOUT, J; Caillé, A.. O espírito da dádiva. São Paulo: Editora FGV; 2007.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. 2nd ed. Canadá: Oxford University Press, 2003.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. Revista de Administração Pública, v. 33 n.5, p. 115- 141, 1999.

KAZTMAN, R. La Dimension Espacial em las Políticas de Superacion de la Pobreza Urbana. Santiago do Shile: CEPAL, 2003.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na bahia sob o prisma multidimensional:** uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlância, 2009.

LIMA, A. L. M. C. **Modelagem de Equações Estruturais:** uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2005.

MAJONE, Giandomenico e WILDAVSKY, Aaron. Implementation as Evolution. In: THEODOULOU e CAHN. Public Policy: the essential readings. Upper Saddle River, NJ, Prentice Hall, 1995.

MANCE, E. A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARCON, C.; MOINET, N. Estratégia-rede. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 214 p.

MARQUES, E.; TORRES, H.. **São Paulo:** Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais São Paulo: Editora SENAC; 2005.

MARQUES, E.. Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo. Tese de livre docência, FFLCH/USP, 2007.

MARQUES, E.. Redes Sociais, Segregação e Pobreza. São Paulo: Editora UNESP; 2010.

MARTINHO, C. **O projeto das redes:** horizontalidade e insubordinação.: AED, Revista Aminoácidos, nº. 2, 2002.

MAY, T.. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: ArTmed, 2004.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E.. As redes e o desenvolvimento social. *Cadernos FUNDAP*, n. 22, p. 81-101, 2001.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Pelotas: EDUCAT, 2002.

OLIVIERI, L. A importância histórico-social das Redes. *Rede de Informações para o Terceiro Setor*, Rio de Janeiro, jan. 2003.

PAIVA, C. A. “**Redes Sociais e ação coletiva:** o caso da “Nós Voluntários”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Sinos, 2007

PEDRO, R.. **Redes na Atualidade:** Refletindo sobre a Produção de Conhecimento). In: Tecendo o Desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social. Maria Inácia D'Avila e Rosa Pedro (org). Rio de Janeiro, Mauad: Bapera Editora, 2003

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil:** afinal do que se trata? São Paulo: Editora FGV, 2003.

SABATIER, P and MAZMANIAN, D. The Conditions of Effective Implementation. *Policy Analysis*, vol. 5, 1979.

SCHERER-WARREN, I. **Redes Sociais:** trajetórias e fronteiras. (in) SILVEIRA, L. C. ; LIMA, R. L.. *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz. EDUNISC. 2005.

SILVA, A. M. R. Um estudo sobre pobreza multidimensional na região nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

SILVA, P. L. B. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Caderno de Pesquisa n. 48. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP – UNICAMP, 2000.

SOARES, B. R.. **Pobreza, segregação e redes sociais:** Um estudo sobre o impacto da remoção dos moradores da favela Guinle, Guarulhos/SP. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2008.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G.. Das redes sociais à inovação. Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

VELASQUEZ, V. A. O. Manual Introdutório à Análise de Redes Sociais. Universidad Autonoma del Estado de México, 2005.

VERGARA, S. C.. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WHITAKER, F. Rede: uma estrutura alternativa de organização. Revista Mutações Sociais. CEDAC, Rio de Janeiro, março/abril/maio, 1993.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Health promotion glossary. World Health Organization, 1998.